

ABANDONADOS NOS DESASTRES:

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE DIMENSÕES OBJETIVAS E SIMBÓLICAS
DE AFETAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS DESABRIGADOS E DESALOJADOS

Organização:



Conselho
Federal de
Psicologia

Estudo:

Impactos da Migração e do Deslocamento em Comunidades



ABANDONADOS NOS DESASTRES:

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE DIMENSÕES OBJETIVAS E SIMBÓLICAS
DE AFETAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS DESABRIGADOS E DESALOJADOS

Organização:



Estudo:

Impacto de Afetivos e Percepções Sociais em Desastres



**ABANDONADOS NOS DESASTRES:
uma análise sociológica de
dimensões objetivas e simbólicas
de afetação de grupos sociais
desabrigados e desalojados**

1ª edição - Brasília-DF
Conselho Federal de Psicologia
2011

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Disponível também em: www.cfp.org.br

1ª edição – 2011
Projeto Gráfico – Luana Melo/Liberdade de Expressão
Diagramação – Fabrício Martins
Capa – foto de Wilson Dias/ABr
Revisão – Joira Coelho/Suely Touguinha



Liberdade de Expressão - Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadeexpressao.inf.br

Coordenação-Geral/ CFP
Yvone Magalhães Duarte

Edição
Priscila D. Carvalho – Ascom/CFP

Produção
Gustavo Gonçalves – Ascom/CFP

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107

E-mail: ascom@cfp.org.br
www.cfp.org.br

Impresso no Brasil – Novembro de 2011

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Valencio, Norma; Siena, Mariana; Marchezini, Victor
Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e
simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Va-
lencio. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

160 p.

ISBN: 9788589208437

1. Grupos sociais 2. Desabrigados 3. Desastres I. Título.

HM131

**Conselho Federal de Psicologia
XV Plenário
Gestão 2011-2013**

Diretoria

Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-Presidente
Deise Maria do Nascimento – Secretária
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiros efetivos

Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte
Aluizio Lopes de Brito
Secretário Região Nordeste
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste
Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste
Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti
Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Roseli Goffman

Conselheiros convidados

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

Relatório Final:
Estudo solicitado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP.

Estudo:

Coordenação:

Norma Valencio

Economista, mestre em Educação, doutora em Ciências Humanas.

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em
Desastres – Neped da UFSCar.

Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em
Sociologia da UFSCar.

Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências da
Engenharia Ambiental da USP-São Carlos.

Pesquisadora Colaboradora do Departamento de Geografia da
Unicamp.

Equipe:

Mariana Siena

Socióloga, mestra em Sociologia, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da UFSCar.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
– Neped da UFSCar.

Victor Marchezini

Sociólogo, Mestre em Sociologia, Doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da UFSCar.

Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
– Neped da UFSCar.

Novembro
2011

Apresentação

O presente relatório é resultado do trabalho solicitado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped), do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Intitulado "Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados", o documento descreve e analisa a afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados em desastres ocorridos no Brasil. O Neped foi convidado por seu acúmulo de conhecimento no tema e pela abordagem sociológica centrada nas pessoas, sendo referência ao mundo acadêmico e também a este Conselho Federal.

Pela perspectiva dos danos à saúde mental, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) acredita que as situações de emergências e desastres precisam ser enfrentadas com políticas públicas que contemplem desde a prevenção até o acompanhamento das vítimas dos desastres.

Tais políticas públicas, como em todas as outras áreas, devem oferecer e garantir à sociedade brasileira o respeito aos direitos humanos. A não aplicabilidade desses direitos evidencia o distanciamento do poder público em relação às necessidades prementes das populações. O documento apresentado infelizmente traz inúmeros exemplos de situações em que a incapacidade do Estado de formular e implementar políticas leva à omissão do poder público, quando não a ações desastrosas do ponto de vista do atendimento a populações.

Portanto, o objetivo deste relatório é incentivar a produção, a sistematização e a difusão do conhecimento para psicólogos e psicólogas que atuem nas situações de emergências e desastres. Além de produzir referências conceituais e metodológicas para a atuação da Psicologia em situações de emergências e desastres, esperamos que este documento sirva como base e referência para acompanharem, intervirem e contribuírem com as políticas públicas. Auguramos pela promoção de Educação permanente e também a promoção do tema na formação acadêmica. Por fim, acreditamos que a articulação com atores sociais potencializa formulação, implantação, monitoramento e avaliação da política pública de defesa civil.

Já no ensejo das ações desencadeadas após o VII CNP, no final de 2010 os Conselhos de Psicologia participaram ativamente da construção e dos embates para a realização da I Conferência Nacional de Defesa Civil. Superando todos os percalços do processo e a dificuldade para a participação da sociedade civil no processo, as deliberações da Conferência são um conjunto interessante de diretrizes para as políticas públicas na área que merecem atenção e também deverão subsidiar os debates da Psicologia sobre o tema.

As ações dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia nessa área vêm sendo, em 2011, baseadas em um planejamento estratégico comum para o tema de emergências e desastres, com os seguintes objetivos:

1. Incentivar a produção, a sistematização e a difusão de conhecimento.
2. Produzir referências conceituais, metodológicas e tecnológicas de atuação da Psicologia (psicólogos e Sistema Conselhos) em situação de emergências e desastres.
3. Acompanhar e intervir em políticas públicas relevantes a partir da contribuição da Psicologia em emergências e desastres.
4. Promover educação permanente em emergências e desastres e promover a inserção do tema na formação acadêmica.
5. Articular-se com os atores sociais para potencializar a formulação, a implantação, o monitoramento e a avaliação da política pública de defesa civil.

Ações como a publicação da presente pesquisa e a realização do II Seminário Nacional da Psicologia em Emergências e Desastres, realizado de 23 a 25 de novembro de 2011, em Brasília, são parte desse planejamento, que inclui realizar audiências públicas e reuniões de articulação nacional e regional com entidades da defesa civil, construir a inclusão do tema como parte da formação de psicólogas e psicólogos na universidade e a elaboração de Plano Operacional de Contingências do Sistema Conselhos.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura da publicação a seguir.

Humberto Verona – Presidente do CFP

Sumário

Agradecimentos	11
Introdução	13
1. Objetivos	15
2. Procedimentos Metodológicos	15
3. Resultados	19
3.1 Bases conceituais: desastre e desfiliação social no contexto da modernidade.....	19
3.1.1 A situação de abandono nos desastres: considerações preliminares.....	27
3.1.1.1 O abandono em camadas	35
3.1.1.2 Ilhota/SC: o abandono nos Baús.....	37
3.1.1.3 Barreiros/PE: o abandono nos acampamentos.....	64
3.1.1.4 Petrópolis/RJ: mecanismos de dissolução do grupo de desabrigados	77
3.1.1.5 União dos Palmares/AL: a lógica do “deixa-morrer” no acampamento Laginha	89
3.1.1.6 Teresópolis/RJ: discursos da calamidade versus discursos da normalidade	101
3.1.1.7 Jaboatão dos Guararapes/PE: a resistência possível diante do abandono	120
4. Considerações finais: o abandono como indício de desastres catastróficos num futuro próximo.....	139
5. Referências	145

Agradecimentos e homenagens

A equipe executora desta prestação de serviço, na forma de atividade de extensão contratada pela Fundação de Apoio Institucional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos (FAI/UFSCar), agradece ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) a confiança depositada para a viabilização do presente documento e pelo reconhecimento da importância do olhar sociológico para subsidiar o fazer profissional do psicólogo diante o contexto de emergências e desastres.

Igual apreço a equipe dedica aos entrevistados que, tendo sido severamente afetados por desastres ocorridos em diferentes localidades do país, e diante as diversas agruras que persistem em seu cotidiano, receberam-na sem quaisquer restrições de tempo no oferecimento de seus comoventes depoimentos. São memórias que, a despeito de visivelmente ainda machucarem seus narradores, foram compartilhadas de bom grado. São feridas expostas, de difícil cicatrização, porque a rotina do abandono, ao reconfirmar a desfiliação social do grupo, não lhes permite sarar. Como as formas de alívio e superação das dores relacionadas aos desastres – extensivos no tempo e intensivos na intersubjetividade – passam pela detecção das especificidades do processo de indiferença que contamina gradualmente as relações micro e macrossociais, cremos que as informações que os desajolados e os desabrigados nos prestaram poderão contribuir decisivamente para, no dizer arendtiano, trazer luz ao problema, pois identificam e exprimem o reverso da cidadania. E, pelo reverso, mostram aquilo que precisa se concretizar em prol da humanização de todos os envolvidos.

Agradece, ainda, a equipe, a todos os demais entrevistados que forneceram preciosas informações documentais devidamente citadas nesse relatório, bem como forneceram pontos de vista que complementaram as representações dos afetados sobre os desastres abordados.

Por fim, mas não menos importante, prestamos nossas homenagens aos mortos e desaparecidos nos desastres aqui relatados, esperando que sua trágica e prematura partida sirva, o quanto antes, como um precioso

ensinamento à sociedade brasileira. Em especial, esperamos que as autoridades públicas constituídas não desperdicem esse ensinamento, dele fazendo bom uso para que as vidas que se foram e os prantos que causaram não sejam tudo o que resta quando a exuberância do que se entende como poder encontrar seu inexorável ocaso.

Introdução

O presente Relatório Técnico Final é parte da prestação de serviço solicitada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na forma de documento científico de cunho sociológico, versando sobre grupos sociais brasileiros que, tendo sido severa e multidimensionalmente afetados no contexto do desastre, que vivenciaram e ainda vivenciam em suas respectivas localidades, passam a ser considerados pelos autores como *abandonados*.

Tal prestação de serviço visa à agregação de elementos conceituais, documentais e empíricos, pela via da análise sociológica, a fim de constituir uma interpretação preliminar (posto o caráter dinâmico das relações sociais investigadas) do contexto de abandono nos desastres que subsidie o aprimoramento da atuação profissional do psicólogo.

1. Objetivos

O Objetivo Central desta Prestação de Serviço é "descrever e analisar sociologicamente dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados em desastres ocorridos no Brasil, as quais caracterizem um processo sociopolítico de abandono".

Como Objetivos Específicos, são identificados vieses socioespaciais, de gênero e etário na forma como a desfiliação social se manifesta.

As variáveis analisadas foram:

o tempo cronológico e o tempo social decorrido do início do estado de desabrigo ou desalojamento até o momento presente;

as dimensões objetivas e simbólicas constituintes da precariedade que as estratégias de territorialidade alternativa à perda da moradia suscitaram, resultando em comprometimento ao indivíduo, ao grupo familiar e à rede primária; por fim, a qualidade da interlocução dos grupos afetados com o poder público visando ao restabelecimento das condições regulares de moradia e demais serviços relacionados à garantia dos mínimos vitais e sociais, numa perspectiva de proteção à cidadania.

2. Procedimentos metodológicos

Para a consecução desse documento e cumprimento da prestação de serviço, a equipe contratada dedicou-se, entre os meses de junho e agosto de 2011, à realização das seguintes atividades:

- a. revisão bibliográfica;
- b. levantamento e análise documental;
- c. pesquisa de campo.

Na *revisão bibliográfica*, a equipe revisou literatura sociológica e de áreas de conhecimento afins, visando a embasar conceitualmente as regularidades do processo de desfiliação social, bem como suas especificidades pertinentes ao contexto de desastres, o que é apresentando no **item 3**, abaixo.

Tais balizas conceituais referenciaram a elaboração preliminar de uma caracterização de práticas sociais constituintes da situação específica de *abandono* no contexto dos desastres no Brasil. O incremento das informações, propiciado pela análise documental e de campo, permite

retomar essa caracterização nas conclusões deste trabalho para, em parte, endossá-la e, noutro tanto, aprimorá-la.

As fontes consultadas foram livros e artigos científicos, acessados em bases físicas e virtuais das três universidades de inserção institucional da equipe (UFSCar, USP e Unicamp) bem como do acervo particular da mesma. As referências das obras consultadas encontram-se ao final deste estudo.

O levantamento e a análise documental, por seu turno, permitiram a identificação de informações relevantes para caracterizar socialmente o município de inserção dos grupos multidimensionalmente afetados nos desastres e denotar aspectos da situação de abandono em que se encontram. Primeiramente, por meio de consulta às bases virtuais do IBGE, fez-se uma breve caracterização demográfica e de evolução dos principais indicadores das localidades para as quais a equipe se dirigiu posteriormente, para a realização da pesquisa em campo. Em seguida, foram identificados os principais veículos da imprensa escrita em âmbito nacional, regional e local que pudessem conter as matérias jornalísticas relativos aos desastres que seriam alvo da coleta *in loco*. Uma vez identificadas e selecionadas as matérias, a leitura delas focalizou, de um lado, a busca de regularidades e especificidades dos discursos e práticas sociopolíticas característicos de uma afronta aos direitos da pessoa humana. De outro, focalizou uma cronologia de práticas de violência, omissões, descasos e inadequações da conduta do ente público ante os grupos afetados cujo conjunto configurasse um processo de desfiliação social destes.

Os veículos consultados, cujos trechos das matérias colhidas serão apresentados integradamente à análise das informações de campo, foram:

UOL Notícias; JC Online; Agência Estado; Jornal Cruzeiro do Vale; Diário de Pernambuco; O Globo; Portal G1; Diário de Petrópolis; Gazetaweb; União Notícia; Último Segundo; R7.

Além desses, a equipe buscou acesso documentos oficiais e comunitários de grande valia no tema deste trabalho. Em relação ao primeiro, destaca-se o acesso às notícias constantes nos sites oficiais das prefeituras municipais das localidades visitadas e de demais órgãos, como a Secretaria Nacional de Defesa Civil, Tribunal de Contas do Estado

do Rio de Janeiro, Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Diário Oficial da União e outros; o acesso ao *Diagnóstico sobre Eventos Naturais Extremos ocorridos no Vale do Cuiabá*, elaborado por Valverde et al (2011) a pedido do Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; ao *Guidance Note on Recovery Psychosocial do International Strategy for Disaster Reduction* da International Recovery Platform (UNDP, 2010), além de sites e blogs de ONGs e afins atuantes nas referidas emergências.

Em relação aos documentos produzidos pelas comunidades afetadas nos desastres, destaca-se a favorabilidade das conversações presenciais da equipe para acessar relatórios de associações locais (encaminhados por lideranças comunitárias às autoridades competentes), fotodocumentação do acervo pessoal de afetados bem como vídeos de membros da comunidade afetada reportando os acontecimentos imediatamente pós-impacto. Tal conjunto de registros caracteriza um olhar endógeno sobre os acontecimentos e como esses afetam a qualidade de vida comunitária.

Por fim, a *pesquisa de campo* realizou-se, ao longo do mês de julho, nos quatro municípios descritos no projeto, a saber, Ilhota/SC, Teresópolis/RJ, Barreiros/PE e União dos Palmares/AL e, *adicionalmente ao disposto no projeto, para maximizar o uso dos recursos financeiros disponibilizados pelo CFP*, em Petrópolis/RJ, Jaboatão dos Guararapes/PE. Os referidos casos foram selecionados não apenas por se destacarem, na imprensa e no discurso oficial, como ocorrências pontualmente de grande vulto, mas porque apresentavam indícios de que os grupos mais afetados estavam em situação de abandono.

Merece destaque o fato que, à exceção de uma única localidade (União dos Palmares/AL), todas as demais haviam sido objeto de pesquisas sociológicas anteriores da equipe, financiadas pelo MCT-CNPq – como é o caso de Ilhota-SC, Barreiros-PE e Jaboatão dos Guararapes-PE – bem como pelo Conselho Federal de Psicologia – como no caso de Teresópolis-RJ e Petrópolis-RJ. Tal fato qualifica o presente esforço, posto que permita compreender de maneira mais apurada, com base nas análises precedentes, a dinâmica sociopolítica do abandono que ali se processou no *tempo cronológico* como no *tempo social*.

No que se refere aos sujeitos abordados presencialmente pela equipe, buscou-se prioritariamente dar voz à pessoa abandonada no desastre, compondo, pelos diversos registros individuais ou grupais obtidos *in loco*, a configuração de um ponto de vista coletivo. Quando possível, a equipe complementou a informação pela abordagem das lideranças comunitárias e dos gestores públicos locais.

As informações foram colhidas por quatro diferentes técnicas, a saber: *entrevista em profundidade*, em grande parte com a viabilização de seu registro gravado; *fotografia* e *filmagem*, ambos buscando situar o sujeito no contexto ao qual ele refere seu estado de abandono; e, por fim, por meio de *observação direta* complementada por apontamentos escritos dos membros da equipe. Tais técnicas foram aplicadas de maneira diferente em cada um dos seis campos realizados devido às diferenças das circunstâncias socioambientais e sociopolíticas dadas. Os discursos, as práticas e as circunstâncias socioambientais do sujeito central da pesquisa foram capturados o quanto possível pelos instrumentos tecnológicos utilizados e a observação direta logrou associá-los aos silêncios, olhares, gestos e formas de interação com os membros da equipe, dentre outros. Na soma das seis localidades onde a pesquisa se efetuou, o material bruto gerado constitui-se de:

- 75 entrevistas gravadas;
- 3 entrevistas sem gravação (devido a restrições das condições de abordagem aos sujeitos, questões envolvendo a segurança da equipe ou por solicitação do entrevistado);
- 1.650 registros fotográficos;
- 26 filmagens.

Tal material é de *acesso exclusivo* da equipe contratada, que o apresenta, neste relatório (bem como em publicações futuras), seletivamente, subordinado às referências conceituais a serem explicitadas abaixo, bem como com a devida integração ao material documental.

3. Resultados

Os resultados serão apresentados destacando, primeiramente, as bases conceituais que, no âmbito da literatura crítica das Ciências Humanas e, em particular, da teoria sociológica contemporânea, permitem entender a lógica macrossocial brasileira incitadora tanto de processos de desfiliação social quanto dos desastres situando, no entremear de ambos, a condição de abandono de grupos multidimensionalmente afetados. Tem-se, assim, o lastro científico, de cunho essencialmente humanístico, para, na sequência, analisar as regularidades e especificidades dos seis casos brasileiros investigados *in loco* recentemente, os quais reportam a face concreta da desigualdade social em três distintas macrorregiões do país: Nordeste, Sudeste e Sul.

3.1. Bases conceituais: desastres e desfiliação social no contexto da modernidade

O contexto de modernidade é intrinsecamente produtor de desastres, posto caracterizar-se pela criação contínua de riscos. Estes se relacionam a uma gama de artefatos e serviços que imbricam, sinérgica, indissociável e ambigualmente, efeitos benéficos e maléficos ao bem-estar coletivo, contexto a que Beck (1992) denominou *sociedade de risco* e Giddens (1991; 1997), por seu turno, chamou de *modernidade tardia*. Embora haja uma expressão concreta de ameaças naturais e tecnológicas que rondam o cotidiano, é preciso considerar seu caráter relacional com as condições materiais, culturais e políticas dos vários grupos em seu contexto sócio-histórico específico. As ameaças não apenas, no mais das vezes, são deflagradas pelo exercício contínuo, contraditório e ambíguo da vida social e econômica como também é atinente a esse exercício o aparecimento de diferentes gradações de proteção com a qual cada um dos grupos pode contar quando deparado com os efeitos perigosos e adversos de suas próprias práticas; ou das práticas do outro, que repercutem deletoriamente sobre si.

A precariedade física e material de determinados grupos – que vai da fragilidade dos cuidados com o corpo ao das condições de moradia – tem sido ditada pela naturalização das desigualdades sociais em diversos países, incluindo o Brasil, o que concorre para que haja o recrudescimento da vulnerabilidade social de grandes contingentes populacionais, levados por essa razão a se tornar os primeiros afetados nos desastres. Referido

ao contexto nacional, Martins (2000) define a modernidade como anômala; isto é, postíça, enganosa, que acoberta o patriarcalismo que ainda se mantém com nova roupagem.

Os grupos empobrecidos e, particularmente, aqueles cujo contexto social apartador impede a mobilidade socioespacial ascendente, são afligidos pelo segregacionismo que se traduz, espacialmente, em territórios mais propensos às ameaças de toda a ordem. Expostos estão tanto às ameaças decorrentes da modernidade tardia, na forma de produtos e serviços que comprometem a saúde e bem-estar tais como a persistente convivência com poluentes, contaminantes e resíduos, quanto aquelas que decorrem da iniquidade distributiva, como a falta de acesso aos serviços de saneamento, serviços de saúde e outros. Ademais, o vivenciamento doloroso dos efeitos pernósticos do desenvolvimento desigual por tais grupos, sem que possam usufruir os benefícios do progresso material envolvente, é recrudescido pela forma aviltante como se lhes é possível enfrentar os perigos da natureza, que vão das chuvas intensas aos seus inúmeros efeitos sobre o território e o ambiente circundante, desde o desmoronamento da moradia ao ataque de animais peçonhentos. No Brasil, os desastres relacionados às chuvas estão, em número de ocorrências cadastradas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), em segundo lugar – após as secas e estiagens prolongadas. Porém, são os desastres que mais diretamente se associam a mortes e desaparecimentos súbitos bem como à geração de expressivo contingente de desabrigados e de desalojados. Radicam dessa relação social ultrajante as omissões, inadequações e/ou insuficiências das práticas institucionais de garantia da proteção civil.

No âmbito sociopolítico, Irwin (2001) salienta que o controle sobre os fatores ameaçantes é uma performance mal disfarçada das instituições modernas o que converge com o que, antes dele, afirmou Hewitt (1998): sob o aspecto da gestão pública, **o desastre é um evento sociocultural, não passível a gerenciamento por sistemas tecnocráticos**. Por seu turno, numa abordagem construcionista, Douglas e Wildavisky (1983) destacam que os discursos sobre os riscos e desastres não emanam primariamente da observação do mundo objetivo, mas do universo cultural de cada povo e, nesse, de cada grupo, e mesmo indivíduo, que ajustam sua observação e atribui significados ao que vê conforme

assentado num dado viés de classe, ideológico, político, espacial, entre outros vieses forjadores de referências precedentes da vida social. Os autores advertem, ainda, para o processo no qual os grupos produtores de riscos os acobertam, intentado que os efeitos nocivos da tecnologia permaneçam desconhecidos, prejudicando o controle social sobre eles.

Assim, para as Ciências Humanas e, particularmente, para a Sociologia – e diferentemente do que os discursos hegemônicos inculcam – não é a intensidade ou magnitude de um fator de ameaça aquilo que configura imediatamente um desastre, mas o tecido social que esse fator encontrará; ou mais precisamente, é esse tecido social, em suas tramas econômicas, culturais, políticas, simbólicas e subjetivas que guarda a exata dimensão da afetação, indo desde um simples acidente a uma catástrofe.

Para a Sociologia dos Desastres, o termo desastre não é objeto de fácil desvelamento. Ao contrário, há uma profusão de interpretações que contribui para que o enxerguemos nos seus diversos aspectos humanos e sociais. O mais relevante, no escopo desse relatório, **é o entendimento do desastre como crise, em ocorrência num tempo social**; isto é, num tempo não meramente o cronológico, como o estudo clássico de Sorokin (1942) já havia apontado. O ponto de vista do afetado – no seu viés de gênero, etário, étnico e outros – deve ser considerado como igualmente válido ao do meio técnico e científico, no que complementa Enrico Quarantelli (2005): desastre é uma crise que exige foco no **processo coletivo** de planejamento. **Não se trata, pois, de os gestores produzirem planos escritos, veiculá-los como uma panaceia, formalizando intenções públicas com o bem-estar dos grupos vulneráveis, mas promoverem efetivamente interações e relacionamentos que permitam trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como se comprometendo com a atualização/socialização constante das informações.** Continua o referido autor, alertando para o fato de que **não é o incremento tecnológico stricto, mas a reconceitualização das políticas públicas o que está em jogo no entendimento do que sejam desastres**; isto é, a compreensão acerca de como funciona e o que fazer quando a estrutura social entra em considerável *stress* (QUARANTELLI, 2005). Conforme expressaram Valencio e Valencio (s/d:5):

(...) quando um município decreta, e tem reconhecido, nos níveis superiores do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), a sua situação de emergência (s.e.) ou estado de calamidade Pública (e.c.p.), em última instância, reconhece a sua vulnerabilidade institucional. Ou seja, reconhece a sua incapacidade estrutural para lidar com um evento que impactou deletariamente aquela jurisdição, engendrando a materialização de danos e prejuízos aos cidadãos ali inseridos. Trata-se, assim, de um indicador de falha no cumprimento do contrato social relativo à organização e administração pública do espaço das relações econômicas e extraeconômicas territorializadas, o que fere dimensões de confiança coletiva que, às duras penas, precisariam ser repactuadas, sempre em bases relacionais e materiais mais precárias.

Desastres são evocados, pelos afetados, como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano oriundo de uma multidimensionalidade e agudização de danos havidos, em contraponto à recorrente prática de negação e indiferença de outros atores, incluindo das frações do Estado.

Hannah Arendt (2010a; 2010b) lembra-nos de como *a mentira organizada* é prática corrente no domínio das afirmações cabais na esfera pública, apresentando-se como uma arma adequada contra a verdade e a vida dos que a expressam. A autora assinala, ainda, *a banalização das práticas de violência* na totalidade do corpo político, propiciada pela burocratização da vida pública para aniquilar a condição humana. Nas suas palavras,

A burocracia é uma forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir; pois o domínio de Ninguém não é um não-domínio, e onde todos são igualmente impotentes temos uma tirania sem tiranos (ARENDR, 2010a: 101).

No contexto brasileiro, a forma movediça como a burocracia interpreta simplificada os acontecimentos trágicos, redefine direitos constitucionais dos grupos afetados como 'carências negociáveis', dissolvendo o drama humano em negócios em torno de obras civis. Isso bem explicita a redutibilidade da condição

humana daqueles que, muitas vezes, simultaneamente, viram perder seus familiares, sua moradia, seus meios de trabalho bem como o espaço da vida comunitária, local onde a esfera social mais imediatamente se promove na busca da humanidade compartilhada. Trata-se na escalada da insignificância dos sujeitos sujeitados, tal como sintetiza primorosamente a filósofa Olgária Matos (2008):

O tempo na contemporaneidade é fatalizado pela ordem das urgências, o culto dos meios e esquecimento dos fins (...) A "escalada da insignificância" resulta numa lógica de desengajamento em relação ao mundo compartilhado (...) com a dificuldade na criação de laços duradouros, com a obsolescência de valores como o respeito, solidariedade, responsabilidade e fidelidade.

Desde os tempos coloniais, a concepção sociopolítica que rege as elites governantes no Brasil é a de controle de territórios extensos a partir da imposição de um projeto econômico de benefícios socialmente restritos. Obras portentosas são demonstração de uma violência (e não poder, como assinala o pensamento arendtiano) que exige a desterritorialização contínua de grupos sociais que não se apresentem como funcionais ao projeto de progresso nas localidades visadas. As migrações, frequentes e compulsórias, minam historicamente os sentidos de pertencimento de tais grupos. Daí por que autores como Acselrad (2006), se refiram não à vulnerabilidade, como um estado, mas ao *processo de vulnerabilização*, isto é, à relação sociopolítica de violência que esgarça o direito do outro e, no bojo da qual, o projeto de bem-estar de parte (pequena) da nação nutre-se do mal-estar provocado à parte (maior) restante. As mudanças incessantes no conteúdo do espaço urbano e rural brasileiros são aspectos vivos desse caráter civilizador questionável, que se mantém por meio de uma subserviência quase que permanente dos povos no Brasil, que devem "sair da frente" das elites políticas e econômicas, não as incomodar; ou, na melhor das hipóteses, ajustar-se aos planos dessas elites, acatando e seguindo metas de crescimento econômico ainda que à custa do olvidar sistemático de direitos humanos, sacramentados apenas no papel e fugidias retóricas discursivas (VALENCIO, 2011b).

Nesse contexto, a que Florestan Fernandes (1979) definiu como sendo de resistência sociopática das classes dominantes a uma

transformação social em prol de uma cultura cívica, a burocracia nacional inflou-se para impedir o avanço de um projeto civilizador alternativo visando à superação das históricas assimetrias sociais. Daí por que, a cada nova onda de progresso material ensejado pelo empresariado protegido pelo Estado, os hiatos de cidadania entre pobres e ricos terem se tornado profundos abismos. Neles, pobres viram miseráveis, formam massas, destituídas não apenas das coisas, mas de um sentido identitário substantivo; massas que perambulam às tontas na paisagem nacional em busca de oportunidades econômicas sempre fugidias, sempre além de suas habilidades, de requerimentos da 'boa aparência', de seu traquejo social. Imersas num cotidiano de barbárie, obnubilado num discurso propalado como 'desenvolvimento', tais massas veem as providências burocráticas moverem-se, no mais das vezes, contra si. O braço operacional público torna-se força policial, a qual frustra, sem trégua, as precárias tentativas de espacialização de tais grupos; "desentoca-os", por assim dizer, como se fossem bestas-feras; abate, impiedosamente, com tratores, os casebres que os abrigam; danifica os objetos interiores do lar, de tão custosa aquisição; enfim, destrói e faz desvanecer a crença derradeira desses grupos na garantia da privacidade e da proteção de sua pessoa humana. Essas massas destituídas, anômicas, computadas em milhões de brasileiros, são os alvos preferenciais dos desastres ditos "naturais" e revelam a catástrofe social naturalizada e precedente à ameaça gerada por quaisquer fenômenos atmosféricos (VALENCIO, 2011b).

Enfim, o embate em torno da definição de desastre é crucial, pois envolve uma mal disfarçada disputa por influir nas arenas decisórias bem como na cena desoladora, controlando o destino dos grupos afetados. Embora o desastre seja um acontecimento social trágico – definição sociológica em torno da qual há relativo consenso –, vários são os planos em que ele ocorre. Há um plano simbólico, que se desenvolve em termos discursivos, no qual atuam e disputam diversas e, não raro, divergentes interpretações desse fenômeno social, incluindo aquelas que escamoteiam ou simplificam o aspecto social para dar uma visibilidade desproporcional aos fatores ameaçantes (pois isso envolve acesso privilegiado a recursos públicos e projeção social e política). Há um plano concreto, que imiscui dimensões socioambientais, sociopolíticas e econômicas. Há, ainda, um plano subjetivo, que circunscreve múltiplas e

diferentes formas de organizar a experiência pessoal de vivenciamento do acontecimento referido ou de aproximação ou distanciamento em relação ao sofrimento do outro. E assim por diante. De tal sorte essa diversidade de circunscrições e de sujeitos ocorre que haverá a narrativa de muitos desastres naquilo que, a distância, para a opinião pública, parece se tratar de uma coisa só.

Um fator fulcral que age para que os planos acima convirjam na degradação da condição humana é a *pobreza multidimensional*, conceito lançado pelo UNDP (2010) para expressar as várias e simultâneas dimensões de privação que um grupo pode experimentar, reduzindo sua condição humana.

Podemos dizer que a pobreza multidimensional é um desastre social historicamente naturalizado, o qual suscita a afetação multidimensional nos desastres subsequentes que AINDA são representados, no imaginário social, como tal; significa dizer que há, no horizonte civilizacional nacional, uma possibilidade de também naturalizarmos a profusão de desastres que ocorrem atualmente, tornando comum a morte de pessoas, o desaparecimento de corpos, a vida sobre os escombros e ruínas que é cotidiano de muitos brasileiros atualmente (VALENCIO, 2011b). Denominá-los como desastres "naturais" é uma forma de deslegitimar a politização e o controle social na definição do problema e evitar a busca compartilhada de soluções.

No Brasil, os grupos estruturalmente desamparados, que já estão no percurso da desfiliação social, sofrem mais frequentemente o impacto de fatores naturais e tecnológicos ameaçantes e têm diante si um leque imenso de novas destituições.

Desalojados e desabrigados nos desastres são subgrupos de afetados que têm a esfera social da vida completamente comprometida, como provam os inúmeros estudos científicos anteriores desenvolvidos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres-Neped/DS/UFSCar.

Conforme assinala Arendt (2010a), a esfera social é onde convergem as esferas privada e pública. Enquanto, na esfera privada, as narrativas primordiais do *self* e as redes primárias se formam a partir do exercício da alteridade, protegidas pela casa – o *locus* onde a intimidade é resguardada

para o repouso, o devaneio e a satisfação das necessidades básicas – é na esfera pública que se desenvolve a noções de ser político, de participação no projeto de bem comum. Se essa participação é obstruída, as forças que deveriam se orientar para a consecução do bem comum são corroidas, convertendo os agentes silenciadores e os silenciados em participantes de um jogo de mútua hostilidade e rancor, o que se reflete na paisagem de segregação e no sentimento de insegurança que é suscitado de lado a lado.

Como acontecimentos sociais, desastres entremeiam a dinâmica e a estrutura da sociedade, apresentando dimensões objetivas e subjetivas tanto na forma como são produzidos como também vivenciados. No caso brasileiro, a persistência e incremento de processos transescalares de desfiliação social tem sido uma das principais causas para a elevação do número de municípios sujeitos a afetação. Com o conseqüente desgoverno local das medidas de resposta e recuperação, os contextos de emergência geram o aumento da decretação de situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP), cujas medidas para reparar os danos e proteger os afetados de novas ocorrências são, no mais das vezes, pífias, o que tem rebatimento na sucessão de decretos de SE ou ECP que centenas de municípios brasileiros oficializam ano após ano. **Não se trata, em muitos casos, de práticas institucionais em que a omissão ou inadequação do atendimento aos afetados se dê em razão da mera imperícia técnica dos agentes das instituições públicas envolvidas; se trata de uma perícia cuja deformação ética ensejada pela racionalidade burocrática se nutrem do apelo aos afetados nos desastres para destes fazer uso instrumental no acesso a recursos extraordinários e fora de processos licitatórios e, ato contínuo, apartar os afetados da fruição direta ou indireta de tais recursos, deixando-os, em maior ou menor medida, à própria sorte. A repetição das emergências é mais do que uma regularidade evidente no contexto institucional brasileiro, a qual atesta a vulnerabilidade do ente público na proteção civil: é uma regularidade movida pela lógica da violência sistemática ao outro, provocando/permitindo/favorecendo, num tempo social, a agudização do sofrimento físico, moral, emocional e coletivo dos grupos afetados multidimensionalmente nos desastres (VALENCIO, 2011b).**

Se um viés de classe tem sido nítido na omissão ou insuficiência das medidas públicas de prevenção e preparação ao impacto dos fatores de ameaça, também o é no atinente à intensidade e duração dos processos recuperativos no pós-impacto. Para os mais pobres, o desamparo precedente e banalizado em sua trajetória de vida é recrudescido com o desastre, dilacerando ainda mais os referentes materiais, sociais, simbólicos e existenciais que pautam a vontade de seguir em frente e superar a situação.

3.1.1 A situação de abandono nos desastres: considerações preliminares

A atual Política Nacional de Defesa Civil define desastre como sendo o "*resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais*". No geral, essa definição incorporou-se no meio técnico de defesa civil para engendrar uma interpretação do fenômeno como sendo algo a-histórico; portanto, desvinculado das relações políticas e sociais expressas no espaço. A temporalização do desastre, suscitada nessa definição, toma a forma estrita do dia, hora e minuto do impacto do 'evento adverso'. As relações sociais que aparecem nos discursos oficiais não são as que situam o processo de vulnerabilização no plano sociopolítico historicamente dado, mas as que reforçam, nesse plano, a produção social dos estigmas contra os grupos empobrecidos, culpabilizando-os por sua afetação para, nisso, buscar legitimação de medidas recuperativas monológicas, pífiyas ou nulas.

Desalojados e desabrigados nos desastres são subgrupos de afetados que têm a esfera social da vida completamente comprometida. Conforme assinala Arendt (2010a), a esfera social é onde convergem as esferas privada e pública. Enquanto, na esfera privada, as narrativas primordiais do *self* e as redes primárias se formam a partir do exercício da alteridade, protegidas pela casa – o *locus* onde a intimidade é resguardada para o repouso, o devaneio e a satisfação das necessidades básicas – é na esfera pública que se desenvolve a noções de ser político, de participação no projeto de bem comum. Se essa participação é obstruída, as forças que deveriam se orientar para a consecução do bem comum são corroídas, convertendo os agentes silenciadores e os silenciados em participantes de um jogo de

mútua hostilidade e rancor, o que se reflete na paisagem de segregação e no sentimento de insegurança que é suscitado de lado a lado.

É relevante discriminar, num contexto de desastre, os afetados em geral daqueles que porventura se tornam desalojados e desabrigados e, entre esses, os que se transformam em abandonados.

Enquanto os afetados nos desastres são aqueles que sofrem, direta ou indiretamente, qualquer tipo de dano, desalojados edesabrigados são tipos de afetados que têm esse dano configurado centralmente na dimensão da vida privada em decorrência da danificação severa ou destruição da moradia. A perda do espaço privado gera um drama não apenas coletivo – envolvendo numerosas famílias no cenário dos desastres –, mas um drama que se torna público: a imprensa incita, no imediato pós-impacto, sua visibilidade para além do testemunho local; o problema social decorrente torna-se, algumas vezes, objeto de comoção pública e mobilizam-se auxílios de toda a ordem, do trabalho voluntário às doações. Então, sucede o fastio da imprensa, que sai em busca de outras tragédias, assim como os voluntários. Trata-se da fadiga da compaixão a que se refere Sennett (2004), o que faz o drama cair no esquecimento. Amparados e apoiados nas primeiras horas de seu infortúnio veem seus direitos de reabilitação e recuperação serem deslegitimados a cada demonstração de desapareço e de afastamento do outro, a cada perda das manifestações públicas outrora solidárias; enfim, na dissipação de uma memória da sociedade em torno daquele drama.

A deterioração sinérgica da esfera pública e da esfera privada corresponde ao decaimento da condição humana na esfera social. Esse decaimento poderia ser expresso, a princípio, numa hierarquia de abandono, situado em cinco diferentes grupos, a saber:

- Os desaparecidos;
- Os mortos;
- Os desabrigados;
- Os desalojados;
- Os demais afetados.

Os grupos nessa hierarquia, como de resto em todas as hierarquias, devem ser tomados num sentido relacional, pois que, no plano concreto,

essas condições se enfeixam. Estão mais suscetíveis a morrer antes de famílias que, nos desastres, ficam situadas nos grupos de desabrigados ou de desalojados. A condição de desaparecido no desastre, representando desvinculação involuntária de seu grupo de convivência, é também dada por resolvida pelo meio envolvente quando se trata de ente de famílias desalojadas ou desabrigadas as quais, num viés de classe, são majoritariamente pobres e miseráveis. É como se, para os entes sobreviventes das famílias, a impossibilidade de viver o luto de maneira apropriada, e a permanência de dúvidas e angústias por longo tempo, fosse algo socialmente aceitável.

Entre os sobreviventes, os desalojados e os desabrigados são grupos sociais cujas relações persistentemente debilitadas com as frações do Estado se deterioram intensivamente num *tempo social*. Configuram um abandono que também pode ser visto como uma manifestação de invisibilidade social; dito de outra forma, como uma espécie de *desaparecimento* das vistas do Estado ou, ainda, uma evidência de sua progressiva *morte social*. Conforme discutiram Valencio e Valencio (s/d), a tipologia que distingue os *desalojados* dos *desabrigados*, formatada no meio técnico de defesa civil, muitas vezes dificulta ao leigo de atentar para certas nuances e para a dinamicidade entre essas condições de subcidadania. Explicam ou autores:

(...) quanto mais retarde as providências de reconstrução, mais se assiste à transformação de desalojados em desabrigados e vice-versa. O desalojado torna-se desabrigado quando cessam as condições de acolhida privada, no geral, devido à perda (a) do ambiente de liberdade e intimidade da família anfitriã ou (b) das condições materiais desta para dar continuidade ao apoio aos acolhidos ou, ainda, (c) decorrente da insuficiência ou suspensão do valor de auxílio-moradia fornecido pelo Estado para prover o aluguel de um imóvel alternativo. A alteração da condição de desabrigado para a de desalojado dá-se, sobretudo, quando o contexto de convivência e suprimento dos mínimos vitais no abrigo provisório se torna aquém do admissível aos valores, princípios e necessidades psicossociais e materiais do indivíduo ou da família. (...) Há, ainda, a situação usual de desabrigados e desalojados que, diante a imobilidade do ente público para reconstruir moradias, retornam aos terrenos

interditados e ali refazerem parcamente seu teto visando a restituição de sua privacidade – fundamento da saúde psicossocial – e rearticularem seus meios de vida; e, por fim, há os que vivenciam o descaso absoluto dos gestores públicos (...) Em anomia, seguem em migração, perambulando pelas cidades, como população em situação de rua (VALENCIO e VALENCIO: s/d:6-7).

Se, entre os sobreviventes do desastre, a condição de desabrigado é caracterizada como a mais socialmente degradante, não é com a prática pública de desativação dos abrigos provisórios que o problema social está resolvido. Ao contrário, transmuta-o para a intensificação da degradação das alternativas de alojamento que, no geral, repercutem na piora das relações nas redes privadas das famílias. Há, de fato, uma violência institucionalizada subjacente à difusão de tais práticas, que, ao dissolver compulsoriamente os abrigos que perduram por meses ou anos, joga para debaixo do tapete a questão essencial que subjaz a existência desses lugares: a falta ou ineficácia das ações recuperativas que centralmente, deveriam focalizar a garantia do direito à moradia digna e segura ao grupo.

Em termos formais, é de competência da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) a organização dos abrigos¹. Contudo, o aglomerado humano de exclusão, denominado desabrigados, está suscetível diante as práticas desses órgãos, por várias razões, dentre as quais: a) pela própria inexistência do órgão municipal de defesa civil; b) pela existência da Comdec como um "fantasma", isto é, imbuída de conflitos políticos (VALENCIO et al., 2006) que tendem a operacionalizá-la como plataforma política para certas ações, descontínuas, perante os segmentos mais pobres da população; c) a existência desse órgão, porém, com falta de quadro humano e preparo para lidar com a organização de abrigos, jogando a responsabilidade nas mãos da assistência social igualmente despreparada; d) apresentando um tipo de preparo institucional que depõe contra a condição humana envolvida na lógica do mundo privado da família; por exemplo, concebendo o abrigo como um espaço público de controle,

1 O Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), em seu artigo 13, atribui as competências das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdecs) ou órgãos correspondentes, entre as quais se incluem o ato de "planejar a organização e a administração de abrigos temporários para assistência à população em situação de desastres" (CASTRO, 1997, p. 54).

impondo a coletivização de rotinas e pessoas, enfim, como um território de cumprimento de uma função técnica.

Se, para Bourdieu (2004), o *habitus* implica atuação calcada num padrão contínuo de percepções e práticas, os agentes situados na defesa civil, assim como de assistência social e voluntários, que ficam à frente da gestão de abrigos, estão sujeitos a tais padrões, os quais, no geral, se confrontam com os padrões das famílias abrigadas. São tecidas relações de poder sobre este multiterritório. Os abrigados aspiram desenvolver estratégias adaptadas que visam a restabelecer sua rotina, seu mundo privado, para tentar reatar os laços da unidade familiar e com os membros da localidade onde viviam. Essas estratégias objetivam tentar fazer do espaço público um território doméstico em que se desenvolvia o *habitus* da família, em que se processavam as identidades e os papéis de seus membros e daquele coletivo privado (por exemplo., pai, marido, mãe, esposa, filhos, bichos de estimação, amigos da família) nas diversas funções associadas à concepção de lar.

No entanto, os coordenadores de abrigos, ao instituírem um conjunto de práticas que tende a coletivizar rotinas, regimentar o tempo para as ações, padronizar condutas, instrumentalizar procedimentos de controle sobre os usos dos espaços, sobre os alimentos, sobre os próprios corpos dos abrigados, inviabilizam que o abrigo se torne um lar para cada uma das famílias ali instaladas, impedem que as famílias se reconheçam enquanto tal pela afirmação de seus papéis na espacialidade que lhes é destinada; isto é, não conseguem se apropriar devidamente desse território para apropriar-se dele como espaço para as relações privadas, como "meios de re-criar a realidade", diria Moscovici (2003, p. 90). Por exemplo, muitas chefes do lar anseiam a reprodução do espaço da cozinha no intuito de se executar o papel de mãe no preparo e no servir das refeições a seus filhos e companheiros e, nisso reafirmar as relação em família, reatar as identidades e os vínculos. Contudo, a coordenação do local homogeneiza essas identidades que passam a ser cristalizadas na classificação de abrigados para, desse modo, instituir os padrões necessários ao funcionamento das instalações que aquele espaço deve cumprir: a cozinha passa a ser o local da produção de comida a uma *quantidade de pessoas* e não um local em que deva ensejar encontros familiares, que seja permeado por um conjunto

de valores, sentidos e sociabilidades envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento.

Em geral, os tipos de instalações utilizadas pela defesa civil como abrigo temporário classificam-se como fixas ou móveis. As instalações fixas compreendem as "edificações públicas ou privadas adaptadas para a habitação temporária" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 22), como, por exemplo, ginásios, escolas públicas, centros comunitários. As instalações móveis são constituídas "por barracas de Campanha para a habitação temporária, em área pré-determinada" como, por exemplo, "campos de futebol, quadra poliesportiva sem cobertura fixa, descampados horizontais, entre outros" (Idem, p. 23).

Os órgãos de defesa civil têm estruturado abrigos temporários principalmente em instalações fixas. Para tanto, têm-se utilizado ginásios, creches, centros comunitários, igrejas, mas, principalmente, escolas públicas. A utilização desses espaços físicos irá comprometer a dinâmica social precedente, ao se criar outra territorialidade sob um território em que havia outra funcionalidade, como a de servir à educação formal, por exemplo. Se, inicialmente, após o impacto do fator de ameaça, emergem formas de solidariedade e práticas de caridade por parte da comunidade não impactada, materializadas pela doação de alimentos, materiais de higiene pessoal, roupas, colchões, móveis, os quais são encaminhados aos abrigos, no decorrer do tempo, as doações cessam, mesmo que os serviços de atendimento social local não tenham sido restabelecidos. Ademais, a ocupação desses espaços, também no passar do tempo, são reivindicadas pela comunidade não-impactada no intuito de refazimento das funções precedentes. A criação de abrigos temporários pelos órgãos de defesa civil, dentro de um território configurado para outras funções públicas, engendra conflitos potenciais que podem emergir no interior da comunidade em relação à apropriação do lugar. Sob o pressuposto de que as funções de abrigo são temporárias, o que muitas vezes não procede, o Estado almeja restituir um tipo de "normalidade social" na configuração do espaço que desencadeia anormalidades na vida cotidiana dos grupos envolvidos, especialmente, entre famílias abrigadas e grupos que prescindem de abrigos, os quais querem a instituição do território da situação precedente, ou seja, nas suas funções normais, como estabelecimento de educação (quanto

de trata de uma escola), de lazer (quanto se trata de um ginásio de esportes), entre outros. Há, dessa forma, uma disputa de poder sobre o território entre os sujeitos envolvidos, quais sejam: as famílias abrigadas, os cidadãos não impactados e os órgãos de defesa civil.

Essa hierarquização da satisfação das necessidades coletivas se desenvolve, por exemplo, quando a comunidade não-afetada necessita utilizar os ginásios públicos para práticas esportivas ou há preocupações com o cumprimento do calendário escolar, mas são requerimentos inviabilizados porque a municipalidade precisa prover abrigos temporários. Daí, os conflitos na disputa pela legitimidade do uso territorial com a escola-abrigo, do ginásio-abrigo etc. Esses conflitos podem acentuar a situação degradante e exacerbar a condição *outsider* dos desabrigados, tornando mais pública a sua ausência de laços sociais, isto é, de quem não ter para onde ir. Conforme Elias & Scotson (2000, p. 23), "um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído". Se as posições de poder referem-se à capacidade de ser caracterizado por meios de suas propriedades, de seus bens, de suas casas e pelos lugares que se ocupa (BOURDIEU, 2001), ter posições de poder é ser capaz de desterritorializar o outro.

Tais desabrigados compõem aquilo que Bauman (2005) designou como seres *supérfluos*, que se sentem constrangidos cada vez que precisam recorrer ao aparato público, o qual, por seu turno, dá indícios, pelas práticas dos agentes públicos (seus discursos, feições, gestos, procedimentos), que essas pessoas precisam parar de onerar a burocracia com tantas solicitações, precisam "se virar", "dar um jeito", não incomodar o restante da sociedade que "dá certo".

Os abrigados estão, assim, sob uma desterritorialização extrema, constituindo-se como o que Haesbaert (2004) definiria como um *aglomerado humano de exclusão*, marcados pela instabilidade espacial, pela insegurança em relação ao futuro mais imediato, pela ameaça de um tipo de despejo; enfim, pelo fantasma de ser, a qualquer momento, descartados como pessoa.

Em termos sociológicos, a problemática que induz à transformação compulsória de desabrigados em desalojados – dando aparência de eficácia na solução dos danos humanos relacionados aos desastres

– se refere não apenas ao abandono em si, mas à ocultação do próprio abandono, dispersados no espaço, desidentificados no seu drama, miseráveis como outros quaisquer, num país de milhões de miseráveis; desvinculação social que obnubila compromissos públicos, deveres e direitos.

Há que se destacar que, no contexto macrosocial da modernidade, só tem realidade o que tem visibilidade. Assim, o drama dos desalojados e dos desabrigados, que se dissipa na memória macroenvolvente, torna-se irreal para o outro, e essa irrealidade fere moralmente os grupos severamente afetados nos desastres, rebaixa sua autoestima. Uma forma de evitação, aparentemente, da dor do abandono – embora, ambigualmente, seja também uma forma de intensificá-la – é adaptar-se paulatinamente à degradação de sua humanidade. Abandonar-se, por assim dizer. Assim se procede quando a luta coletiva pela restauração da dignidade na vida cotidiana parece não ter efeito, não ganhar concretude, ser vã. Emerge paulatinamente um cansaço em reivindicar. A própria dispersão compulsória de desabrigados, na transformação de seu *status* para o de desalojados, serve para que os subcidadãos afetados nos desastres não se reconheçam mais, não interajam cotidianamente, desagreguem-se e desarticulem-se politicamente para que, assim, cada qual suponha a importância de sua luta e não haja controle social sobre as medidas recuperativas que, muitas vezes, deixam de se efetivar.

A estratégia de dispersão de grupos vulneráveis faz parte de um arcabouço de violência material e simbólica ainda presente nas práticas correntes das várias frações do Estado brasileiro que atuam nas emergências, incluindo as instituições de defesa civil e assistência social – ainda que em contradição com aspectos de seu discurso institucional – e a criminalização dos afetados passa a ser seu complemento indispensável. Na dispersão, as frações do Estado se desresponsabilizam pela proteção aos direitos da pessoa dos afetados. As autoridades incitam, no imaginário social, uma concepção de desastre num tempo cronológico no qual as interações sociopolíticas com os afetados, no médio e longo prazo, a partir do pós-impacto, já não podem reportar-se àqueles acontecimentos: **o desastre já seria um acontecimento do passado**. Significa dizer, postular direitos em cima dessa memória seria, nesse imaginário, algo não apenas anacrônico, mas ilegítimo, típico de

"proveitadores", como assim são denominados aqueles que teimam em não silenciar sobre a extensão dos danos até os dias presentes. São criminalizados os grupos que, no vácuo de apelos desatendidos pelas autoridades, procuram a resolução de seus dramas mediante medidas parciais e precárias, como o retorno às suas moradias destruídas, danificadas ou interditadas em áreas tidas como suscetíveis ao impacto de novos fatores de ameaça. Não raro, as mesmas omissões e insuficiências do poder público no atendimento às ações recuperativas dos desalojados e dos desabrigados convertem-se em fiscalização para impedir tais grupos a retomar a reconstrução e habitação de suas moradias nos locais de sua antiga inserção. **O esforço desproporcional do poder público – e que se apresenta como uma regularidade sociopolítica preocupante no contexto nacional – de obstruir a espacialização antecedente dos desalojados e dos desabrigados, ao mesmo tempo que não lhes garante as condições de produção social de uma nova espacialização, esvazia os resquícios que porventura ainda haja no caráter humanizante nas interações sociopolíticas, o que deve ser refletido no bojo das violências supracitadas.**

3.1.1.1 O abandono em camadas

Muitas são as formas como o abandono nos desastres pode se manifestar, mesclando presenças e ausências, ações e omissões, conteúdos concretos e simbólicos, todos com os seus respectivos desdobramentos no plano intersubjetivo.

Em termos sociológicos, uma das tentativas preliminares de construção de uma caracterização de situação de abandono nos desastres, aplicável no contexto sócio-histórico brasileiro, poderia ser aquela que, dialogicamente, levasse em conta aspectos das representações sociais da realidade da instituição voltada para missão de reduzir os desastres, que é o meio perito de defesa civil – que a fraciona em ações de *prevenção*, *preparação*, *resposta* e *recuperação* – e dos grupos afetados, cuja vida vivida é integradora das falhas, tolhimentos e indiferenças na execução das ações do ente público. É a essa última abordagem que nos lançaremos a seguir, não sem considerar que a dinâmica social processa contínuas mutações no objeto investigado.

Conforme dissemos mais acima, **não é no impacto de um fator de ameaça que começa um desastre, na forma como a Sociologia concebe esse acontecimento social trágico que institui uma crise na esfera social. No geral, as relações macro e microsociais precedentes é que desenham as características da vulnerabilidade, dando contornos que tanto ampliam quanto reduzem as defesas de um determinado grupo contra os perigos de natureza variada.** Tais relações incluem tanto a lógica organizadora do tecido territorial quanto a que rege o acesso aos recursos naturais, aos bens materiais, à infraestrutura e demais serviços públicos e assim por diante.

Nesse aspecto, devemos considerar que, idealmente, as ações de *prevenção* e *preparação* lançadas pelos órgãos de defesa civil visam precipuamente a evitar que desastres ocorram, fortalecendo a capacidade comunitária de resistir ao eventual impacto de um dado fator de ameaça. Do que decorre que os danos concretizados e extensivos, associados ao impacto de um fator de ameaça, já são a constatação da existência de falhas, omissões e inadequações nas ações de prevenção e preparação que o ente público, até ali, produziu. Se tais ações inexistiram ou não se propagaram aos grupos que delas necessitavam ou não foram atualizadas conforme mudaram as feições do grupo vulnerável e suas circunstâncias, então há um desastre social em ocorrência, que, no âmbito sociopolítico e em termos socioeconômicos, tem estado nitidamente associado ao viés de classe. A naturalização desse desastre oculto, que é a esfera pública degradada, reverberando no comprometimento da esfera social, é um indício de abandono dos grupos empobrecidos mesmo antes que lhes atinjam outras ameaças.

No entanto, uma vez que essas não tardem, e não haja como se proteger, outro desastre – assumido institucionalmente como tal – lhes corrói o cotidiano, nutrindo-se a expectativa que, a partir desse reconhecimento oficial, ações de *reabilitação* e *recuperação* sejam postas em curso. Se não o forem, outra camada de abandono é adicionada na existência desse coletivo.

O ponto de vista dos afetados é importante fonte de informação não apenas para imprimir as especificidades sobre as questões supra, mas para dar um testemunho que subsidia a identificação das regularidades das ações do poder público que não protegem o grupo a contento.

São dois os níveis de questionamento a se levantar: o primeiro, relacionado à adequação das concepções de mundo adotadas pela instituição de defesa civil que coordena as ações voltadas idealmente para a redução dos desastres e, o segundo, voltado para a eventual discrepância entre o discurso institucional – isto é, para as concepções assumidas oficialmente como adequadas – e as práticas que a instituição efetivamente adota ou endossa, uma vez na coordenação geral das demais ações setoriais envolvidas nas emergências. Portanto, são igualmente duas as dimensões de abandono: as que dizem respeito à produção monológica da concepção de proteção que o ente público elabora, impeditiva da troca de pontos de vista que balizem a formatação compartilhada de uma política de defesa civil, compelindo o outro ao silêncio das ideias, e as que dizem respeito às contradições entre o amparo institucional prometido e aquele que efetivamente é posto em prática.

Nas conclusões deste relatório, após a apresentação dos seis casos sobre os quais a equipe se debruçou, faz-se uma caracterização dos mais importantes danos e prejuízos à integridade física, moral e social dos grupos abrigados.

Por fim, não menos importante, há que atentar para as considerações de Valencio e Valencio (2010) de que o vagar nas providências burocráticas de reconhecimento da emergência nos níveis superiores de governo é um indício preocupante de indiferença pública ao quadro agudo de desproteção de direitos dos afetados. A letargia burocrática decorrente de um misto de insuficiência de quadros, incapacidade técnica e rotinas administrativas lentas, cuja morosidade é aceita socialmente, é dissonante de um ideário de atendimento pleno nas emergências visando à ideia de normalização das rotinas do lugar. Contudo, a ideia de normalidade em contexto social de desigualdade estrutural, também é passível de crítica.

3.1.1.2 Ilhota/SC: o abandono nos Baús

O município de Ilhota/SC foi criado em 1958 e está localizado na microrregião Itajaí, ao leste do Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí-SC. Apresenta extensas áreas de várzeas e planícies sedimentares, entremeadas de morros, com altitudes que variam de seis a 819 metros acima do nível do mar. O município tem um dos picos

mais altos da região, denominado Morro do Baú, com 819 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, 2009) (Foto 1). O principal rio que corta o município é o Itajaí-Açu, e uma balsa que, segundo os munícipes, amiúde quebra é que faz a ligação mais curta entre a zona urbana e a zona rural da Região dos Baús (Fotos 2 e 3).



Foto 1: Ao fundo de conjunto habitacional não concluído, o impotente Baú que dá nome às comunidades no seu entorno (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).



Fotos 2 e 3: O rio Itajaí-Açu corta Ilhota e, na margem oposta, as comunidades da Região dos Baús comunicam com a área urbana no uso da balsa. Quando quebra, há um longo percurso por estrada como alternativa (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011 e dezembro de 2008).

Com área de 245,2 km², possui densidade demográfica de 43hab/km². No ano de 1991, possuía 8.852 habitantes, dos quais 5.504 (62,18%) residiam na área urbana e 3.348 (37,82%), na área rural. Já

no ano 2000, a população total aumentou para 10.574 habitantes, um crescimento populacional verificado tanto na área urbana, que passou a ter 6.445 habitantes (60,95% do total), mas principalmente na área rural, que subiu para 4.129 habitantes (39,05% do total). Assim, a taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, diminuiu 1,97%, passando de 62,18% para 60,95% (PNUD, 2000). Em 2010, a população total de Ilhota chegou a 12.355 habitantes, dos quais 7.898 residentes (63,93%) em área urbana e 4.457 (36,07%) em área rural (IBGE, 2010). Ou seja, o crescimento populacional da área urbana foi mais que proporcional ao havido na área rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Ilhota, no ano de 1991, era de 0,736, apresentando melhora em 2000, quando passou para 0,795. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a da educação, com 50,3%, seguida da renda (32,2%) e da longevidade (17,5%). Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini passou de 0,41 (em 1991) para 0,44 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda aumentou no município (PNUD, 2000) apesar do aumento do IDH-M.

Ilhota tem como principais atividades econômicas a indústria de confecções e, no meio rural, o cultivo de arroz irrigado, a bananicultura e o beneficiamento de madeira. A atividade rural municipal está fortemente inserida na Região dos Baús, que compreende seis comunidades, a saber: a do Baú Baixo, a do Alto Baú, a do Alto Braço do Baú, a do Baú Central, a do Braço do Baú e a do Baú Seco (Fotos 4 a 6).



Fotos 4 a 6: A rizicultura, a bananicultura e as serralherias são as principais atividades econômicas no meio rural da Região dos Baús (Fonte: Acervo do Neped: outubro de 2010 e julho de 2011).

No ano de 2002, o município recebeu o título de "Capital Catarinense de Moda Íntima e Moda Praia", por se destacar no setor de turismo

de compras de moda íntima e moda praia. A crescente instalação de fábricas de biquínis e lingerie, iniciada na década de 1980, deu à cidade uma nova perspectiva para a economia local. Inúmeras lojas do setor localizam-se nas margens da rodovia Jorge Lacerda, situada às margens do rio Itajaí-Açu (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009) (Fotos 07 e 08).



Fotos 07 e 08: Aspectos da rodovia Jorge Lacerda, que funciona como via urbana principal de Ilhota, abrigando lojas da afluyente indústria de moda íntima (Fonte: Acervo do Neped, outubro de 2010).

O Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004) aponta que, no período de 1980-2004, os maiores desastres relacionados às chuvas no município ocorreram no ano de 1987 (mês de outubro), com um saldo de 213 desabrigados, e no ano de 1992 (mês de maio), em que o município contabilizou 5.580 desabrigados.

Como Ilhota está localizada no Vale do Itajaí, foi um dos vários municípios atingidos pelas inundações e episódios de escorregamentos havidos em novembro de 2008. Neste episódio, devido fatores relacionados desde a suscetibilidade dos solos, a concentração das chuvas, a precariedade material de moradias e afins, aproximadamente 80 mil pessoas tiveram de abandonar suas casas. Segundo a última contabilização disponibilizada pela Defesa Civil de Santa Catarina (16 fev. 2009), os números de pessoas severamente afetadas no Vale do Itajaí foram: 135 mortos; 2 desaparecidos; 2.637 desabrigados e 9.390 desalojados.

Especificamente no município de Ilhota, a autoridade municipal decretou estado de calamidade pública no dia 24 de novembro de 2008,

caracterizando o desastre como relacionado a enxurradas (cf. DOU, Seção 1, n. 72, quinta-feira, 16 de abril de 2009, p. 32).

É importante notar que a data do decreto municipal que anunciou o desastre foi 24 de novembro de 2008, homologado pelo decreto do estado de Santa Catarina datado de 16 de janeiro de 2009 e reconhecido pela Sedec/MI por meio da portaria nº 348, de 15 de abril de 2009, foi publicado em 16 de abril de 2009 no Diário Oficial da União. Portanto, uma publicação que se distancia 143 dias da data do impacto da ameaça que deflagra (mas não encerra) um conjunto de rupturas na vida cotidiana dos munícipes de Ilhota.

Em Ilhota, a contabilização oficial estadual disponibilizada indica terem sido 47 mortos, uma pessoa desaparecida e 475 pessoas desabrigadas, distribuídas em abrigos temporários (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008). No relatório feito pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, datado de 31 de dezembro de 2008, informa-se que havia 526 desabrigados instalados em seis abrigos provisórios. O formulário de Avaliação de Danos (Avadan), preenchido no dia 24 de novembro de 2008 e parte integrante da documentação de reconhecimento do estado de calamidade pública pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Sedec/MI), apontou o despreparo da defesa civil local como um critério "muito importante" para o agravamento do desastre. Na contabilização de alguns dos danos materiais pela autoridade municipal, encontravam-se 980 residências populares danificadas e 85 destruídas. Também segundo o Avadan do município, diferentemente do dado estadual, os desalojados computavam 3.500 pessoas e os desabrigados, 1.300. O desencontro de informações lança dúvidas quanto à consistência delas, mas há que se considerar, além das falhas de comunicação, a forma sempre dinâmica como a afetação ocorre: pessoas dadas por desaparecidas nas primeiras horas ou dias podem reaparecer após uma circunstância de isolamento; moradias podem colapsar ou se apresentar inabitáveis dias ou semanas após o principal impacto, o que coloca novas famílias no rol de desalojados ou desabrigados, entre outros.

Ademais, no Vale do Itajaí, o despreparo dos órgãos atuantes na emergência resultou num resgate de pessoas que, em seguida, na reabilitação, eram levadas separadamente para abrigos em outros

municípios, ocasionando a fragmentação da família. Isso gerou muito apreensão por parte dos membros da família que, após toda a sorte de temores e perdas associados à vulnerabilidade física, espacial e social, ficaram circunstancialmente sem notícias do paradeiro uns dos outros, compartilhando instalações públicas com estranhos.

O cômputo da autoridade municipal de que até 4.800 pessoas teriam tido as suas moradias comprometidas no episódio, em diferentes graus, o que representa 41,55%² dos habitantes da localidade em situação de severa afetação. Desse total, 960 pessoas estavam situadas na faixa de idade entre 0 a 14 anos, 3.140 tinham entre 15 a 64 anos, 540 tinham acima de 65 anos e 160 eram gestantes. Especificamente, entre os 1.300 desabrigados, havia 60 gestantes, 240 idosos (acima de 65 anos), 260 pessoas encontravam-se na faixa de idade de 0 a 14 anos e 740, no intervalo entre 15 a 64 anos.

Entre os abrigos provisórios, as rotinas das famílias inseridas no abrigo localizado no Colégio Marcos Konder (situado em área urbana) (Fotos 9 e 10) e no abrigo no salão paroquial Capela Cristo Rei (situado em área rural) (Fotos 11 e 12) foram objeto de estudo sociológico do Neped, realizado em dezembro de 2008, sob os auspícios do MCT/CNPq (VALENCIO *et al*, 2009).



Fotos 9 e 10: Fachada e interior da Escola de Educação Básica Marcos Konder, que serviu como abrigo provisório aos desabrigados das várias localidades de Ilhota, do final de 2008 ao início do ano de 2009 (Fonte: Acervo do Neped, dezembro de 2008).

2 Frente os 11.552 habitantes contabilizados pelo IBGE em 2007.



Fotos 11 e 12: Interior do salão paroquial da igreja Cristo Rei, o qual também serviu como abrigo provisório aos desabrigados de Ilhota, sobretudo aos das comunidades dos Baús, de final de 2008 ao início de 2009 (Fonte: Acervo do Neped, dezembro de 2008).

Nessa ocasião, os abrigados manifestaram sua concepção de abandono de variadas formas, como o Sr. R.:

Nós não somos rapaz pequeno para perder tudo o que a gente tem (...) [na reunião na Assembleia Legislativa] aqui de Ilhota não apareceu ninguém [para falar da nossa situação] quando é pra eleger, aí sabem onde a gente mora (...) não deu pra salva nada, nem documento, só fiquei com a roupa do corpo (...) além de sair sozinho, eu e a minha família. E prestando socorro pros vizinhos, 13 tirados vivos e mais 5 que tavam mortos, ficaram lá (...) aí nós ajudando esses que tavam quebrado, nós botava em cima de duas tábuas, num colchão de espuma (...) depois, pegava mulher e criança, e levava pra cima do morro.

Sobre a forma como chegaram ao abrigo provisório no seu próprio município:

Primeiro, fomos levados pra Blumenau, de Blumenau fomos para Gaspar e eles transferiram nós para cá [para o abrigo em Ilhota].

E adiciona a Dona L.:

Eu vim pra cá [pro Baú] pra fazer a minha vida ali e estou passando por tudo isso e uma coisa ou outra eu preciso recuperar de novo (...). Passados mais de 30 dias da destruição e da vida em abrigo, as

famílias já demonstravam exaustão com o desencontro de informações e com a ausência de perspectivas de recuperação. Já havia uma tensão decorrente do boato de que o abrigo seria desativado até fevereiro de 2009, e os abrigados seriam transferidos pra acampamentos, para que o estabelecimento (da escola Marcos Konder) pudesse retornar às aulas. Dessa tensão, provinha a fala injuriada do abrigado, Sr. F.

Só pra ter uma ideia: hoje é dia de Natal, dia 25 de dezembro, e eu cheguei a escutar antes aqui que, depois do abrigo, o Exército ia doar barraca pra nos morar [para saírem do abrigo montado na escola em razão do retorno das aulas em fevereiro] e agora parece que o Exército cortou. Poxa! Vão filmar o Alto do Baú, lá pra vê em que nós morávamos... É uma vergonha, me senti humilhado, me senti no chão!

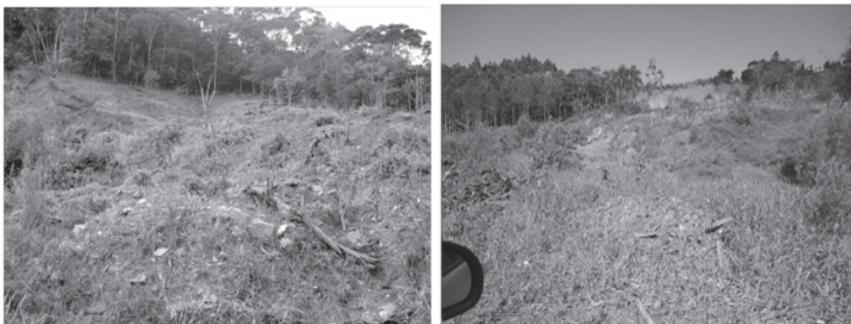
Foram grandes também as perdas materiais, tanto de bens privados como do patrimônio público. Uma das regiões mais afetadas por enchentes e deslizamentos foi o complexo do Morro do Baú, situado no triângulo formado pelos municípios de Ilhota, Luiz Alves e Gaspar. Trata-se de área estritamente rural, onde se concentram produtores de arroz, banana, granjas de aves e propriedades com florestas plantadas de pinheiro e eucalipto (VIANA; SOUZA, 2009).

Seis meses após o início da tragédia, em matéria jornalística, Sylos (2009) descreve a situação:

Incrustado na pequena cidade de Ilhota (112 km de Florianópolis), o complexo do Baú foi uma das áreas mais castigadas pelas enchentes do final de 2008. A cadeia de morros ficou completamente isolada após as chuvas, e parte da população só conseguiu sair de lá com a ajuda de helicópteros. Seis meses depois, os moradores que tiveram que deixar suas casas - seja porque elas ficaram destruídas ou porque estão em área de risco - estão buscando alternativas para sobreviver. Leoni Reinert, 41, tinha um rancho onde criava frangos. Perdeu 180 aves com as enchentes. Sua casa não foi derrubada, mas uma enorme fenda no morro da frente fez a Defesa Civil considerar aquela uma área de risco. "Eu voltaria, mas minha mulher não quer. Ela tem medo", conta. Leoni agora vive de bicos

e sua esposa trabalha como faxineira na prefeitura. Após passar três meses abrigados em uma escola pública, ele, a mulher e o filho alugaram uma casa no centro da cidade com o dinheiro do auxílio-reação pago pelo Estado. Segundo a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, cerca de R\$ 18 milhões provenientes de doações estão sendo distribuídos em seis parcelas de R\$ 415 aos moradores de oito cidades cadastradas. Mas, como Leoni começou a receber as parcelas em dezembro, esse benefício vai terminar no final de maio (...) O secretário de Justiça e Cidadania, Justiniano de Almeida Pedroso, afirma que a "questão é financeira". "Inicialmente seriam 4.000 famílias, mas hoje temos 7.000 cadastradas", afirma. "O intuito era fazer naquele momento, para dar um fôlego, para tocar a vida de novo", argumenta o secretário. A costureira Inguilore Fauro, 46, entretanto, não conseguiu ainda começar vida nova. Ela, o marido e os dois filhos sobrevivem com o auxílio-reação e com o dinheiro que o marido consegue na roça. Desde que sua moradia desabou com um deslizamento, a família mora com parentes no salão da igreja da comunidade (...) Antes das enchentes, Inguilore trabalhava como costureira, mas, com a cooperativa local fechada, ficou sem encomendas. Cesta básica não tem mais chegado até ali. "Não sei o que aconteceu, apenas cortaram", reclama. "Não está fácil, às vezes a gente tem vontade de sumir, se isolar em um canto, se enfiar em um buraco", desabafa (...) O prefeito prometeu que em seis meses a gente estaria na nossa casa, e nada ainda.

Lojas comerciais de moda íntima e moda praia, situadas em uma de suas margens na rodovia Jorge Lacerda, bem como as plantações de arroz foram danificados com o transbordamento e força das águas do rio Itajaí-Açu. Escorregamentos também ocorreram em várias áreas do município, sobretudo nos Baús (Fotos 13 e 14), ocasionando mortes e ferimentos de pessoas, morte de animais, destruição de moradias, perda dos bens móveis em seu interior e perda dos meios de trabalho (máquinas, veículos, implementos, plantações, estoques e outros).



Fotos 13 e 14: Aspectos de áreas que sofreram deslizamentos em novembro de 2008, destruindo plantações, soterrando moradias e, no caso da imagem à esquerda, ceifando a vida de pessoas (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011 e outubro de 2010).

Comenta o Sr. M.:

Ainda hoje, se convive com a tragédia ainda, transborda bueiro, inunda a casa (...) As firmas saíram (...) se ajeitasse bem essas potes, talvez chegassem as empresas de novo (...) fizeram de conta que nos era lixo do lixo (...) principalmente prefeitura e a defesa civil (...) afundei o caminho (...) vereador é pra ver, não se nada... (...) o meu irmão tem problema, tá em tratamento a muitos anos (...) só que quando ronca trovoada ele não vai dormir, fica andando até tarde da noite (...) isso foi depois da tragédia (...) parece que eles faz pro povo fugir daqui.

Partiram da comunidade as primeiras providências de resgate de sobreviventes. Na vizinhança, as famílias procuram pelos terrenos mais altos e cujas instalações e solidariedade de longa data pudesse ser o abrigo da primeira hora, como o foi no galpão do Sr. G., (Fotos 15 e 16) que relata:

Aqui ficaram 90 pessoas, a gente muita pessoa idosa e muita criança (...) aqui tinha evangélico, católico, tinha protestante, tava tudo junto, improvisou uma cozinha, assou uma carne (...) conseguimos pegar água de uma nascente, com uma mangueira (...) abrimos um lençol e com uma lata de tinta, pintamos o pedido de socorro.



Fotos 15 e 16: Aspecto externo e interior de galpão que serviu de primeiro abrigo a quase uma centena de vizinhos durante os sucessivos escorregamentos e inundações nos Baús (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Nos escorregamentos e estrondos sob a noite chuvosa, também os vizinhos e amigos foram acudir onde havia relato que a situação era a mais crítica. Conta o Sr. João Alves, um dos primeiros que, sem ao menos saber em que situação se encontra seu filho, de tudo fez para salvar, em vão, a vida de uma amiga:

O colchão levantou e a cama, e o colchão ficou por cima dela (...) enterrou as pernas dela (...) eu comecei a limpar e aí eu vi que era um cabinho de uns 10 cm de móvel (...) entre as costelas e o quadril, não dava pra cortar, não dava pra passar um serrote, aí eu fui pegar e toquei a motosserra do lado dela e ela disse "meu Deus, que alívio!" (...) tiramos uma perna dela, foi ligeiro (...) a outra ficou, os móveis traçaram o tornozelo dela. Chegou um senhor tava com medo, por causa do morro tava dando muito estouro lá em cima (...) mas aí ele pegou e puxou e aí já ficou os dedos tudo, metade do pé ficou e aí, ela tinha anemia não podia dar um arranhão, mas tava bastante machucada (...) ela lutou até pelo o último suspiro (...) botamos ela pra dentro [da minha casa], depois, pra dar mais ar pra ela, pusemos ela aqui fora [na porta da casa] ela morreu na porta da sala.

Nas primeiras semanas, o desastre em Ilhota, como de resto em todo o Vale do Itajaí, obteve grande visibilidade pública. De um lado, a proximidade das festas natalinas e o apelo à solidariedade – em particular,

no meio televisivo – compuseram um grande envolvimento de terceiros naquele drama, os quais, na forma de trabalho voluntário, doações em dinheiro ou donativos em mantimentos, vestuário, brinquedos e afins, interagiram direta ou indiretamente (Figuras 3 e 4). Contudo, conforme descrito em Valencio *et al* (2009) e Marchezini (2010), mesmo no intervalo entre o Natal e o Ano Novo, os abrigados de Ilhota passavam por vários tipos de privação, indo da ausência de uma interação sociopolítica direta com a autoridade local às restrições de acesso aos donativos.

Já no concernente aos donativos, seu principal local de depósito fechou durante as referidas festas. Ambos sinalizaram a existência de uma administração local que concebia poder seguir o curso normal de sua jornada apesar das necessidades contínuas de provimento e recuperação daquelas famílias abrigadas. Houve abrigo que a administração pública local permitiu controle por terceiros e, analisando retroativamente, alguns abrigados suspeitam que por trás dessa e de outras ações voluntárias estivesse o desvio de donativos. Na região, isso, de fato, já havia ocorrido e foi comprovado por matérias jornalísticas. Nos primeiros meses do ano de 2009, um incêndio num galpão de donativos em Ilhota, ato que a comunidade suspeitava ser criminoso, veio eliminar eventuais provas de desvio de donativos para finalidades comerciais.

Passado um ano de meio do início daquele evento, em outubro de 2010, o retorno à Ilhota, sob os auspícios do MCT/CNPq (VALENCIO, 2011a) propiciou verificar, de um lado, que um processo de construção de conjuntos habitacionais estava em curso, sob os auspícios do Ministério da Integração Nacional e do Reino da Arábia Saudita. Ambos, um ao lado do outro, foram erguidos numa área urbana e consideravelmente distante das principais comunidades afetadas de Ilhota, que estavam nos Baús. Ademais, embora o projeto construtivo de ambos os conjuntos fosse semelhante – a moradia com espaço inferior a 50 m², independente do tamanho da família, e formatado num *layout* único – o material construtivo de ambos os conjuntos eram de qualidade diversa um do outro, sendo aquele apoiado pela Arábia Saudita, de qualidade superior. As comunidades mais atingidas e que, portanto, deveriam ter sido priorizadas no acesso à moradia, ficaram abandonadas do outro lado das rodovias e noutras margens do rio Itajaí-Açu. Ficaram a quilômetros de distância, em lugares que entremeiam o lugar de moradia e o lugar

de trabalho, numa dinâmica eminentemente rural, bastante diversa das moradias entregues no bairro urbano de Ilhotinha (Fotos 17 e 18).



Fotos 17 e 18: No bairro de Ilhotinha, aspectos dos conjuntos habitacionais. Na imagem à esquerda, datada de outubro de 2010 e ainda em obras, a parte superior do terreno exhibe moradias concretizadas pelos auspícios do Reino da Arábia Saudita. Na parte inferior, em madeira, moradias construídas sob o apoio do Ministério da Integração Nacional. Na imagem à direita, datada de julho de 2011, as moradias já se encontram em uso (Fonte: Acervo do Neped).

De outra parte, mesmo com os indícios de importantes volumes de recursos destinados à localidade, a própria estrutura e quadro de pessoal da Defesa Civil municipal permaneciam intrigantemente na indigência. O espaço físico ínfimo, reduzido a duas minúsculas salas, dois funcionários e uma motocicleta cedida (que, na ocasião da visita do Neped, estava com o pneu furado) era tudo com o que contavam diretamente para exercício de suas funções (Fotos 19 e 20).



Fotos 19 e 20: Aspecto externo e interior das instalações da Defesa Civil Municipal de Ilhota, com o veículo em seu uso (Fonte: Acervo do Neped, outubro de 2010).

Na mesma ocasião, entrevistamos a presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), Sra. Tatiana Reichert, cuja preocupação persistia quanto ao quadro de desprovimento dos moradores da localidade. Assim definiu a situação naquele momento:

Começando pelo resgate, eu acho que a gente aprendeu, ou pelo menos deveria ter aprendido, foi que o primeiro que socorre é o do lado, é o vizinho do lado, mesmo quando ele não precisa ser socorrido também, isso eu vivi na minha família. Minha irmã esperou 14 horas e meia o resgate do Estado e o socorro que ela teve foi dos vizinhos que também estavam na casa dos outros, com falta de água e energia, e junto com ela mais umas 30 pessoas, eu acho que defesa civil é isso: somos todos nós. Porque a gente só viu o socorro do Estado chegar quando a gente já tinha socorrido, foi uma decisão nossa sair das casas, foi uma decisão nossa buscar abrigo e cada um foi fazendo o que dava para fazer, o socorro realmente chegou muito depois(...) No que diz respeito à parte do luto, eu acho que naquele momento não deu pra viver essa parte, porque a gente tinha que pensar em quem se foi e a gente tinha que pensar em se salvar, então, eu não sei o que é pior, porque a gente tava sem casa, sem emprego e não sabia se ia ter o que comer no dia seguinte, a gente tinha que tentar esse restabelecer e deixar essa parte de luto um pouco de lado. A parte do luto vinha mais quando você ia descansar e você começava a pensar em ter um direito de sofrer, porque durante dia era muita coisa, muita correria (...) Foi muito difícil pra mim a morte da minha irmã, que foi muito sofrida, porque ela lutou até o último segundo, mas não tinha socorro. No caso da minha mãe foi mais difícil, porque o corpo dela sumiu e depois foi encontrado, mas não fomos nós que fizemos o reconhecimento porque falaram que era melhor a gente não ver o corpo. Hoje eu vejo um velório é uma coisa triste, mas é uma coisa que precisa ter, porque é um ciclo que se rompe e nós não tivemos isso. (...) O vizinho que não olhava na cara do outro foi o que socorreu, o que achava que era muito importante que tinha carro importado, teve que ir pra fila do abrigo pegar um prato de comida, porque ainda que ele tivesse dinheiro na conta, não tinha comida no mercado, que foi embora com tudo. (...) Mas, em relação à morte, eu mudei muito, antes eu via como uma coisa

muito dolorosa, hoje eu acho que é uma coisa normal. O fato de eu ter perdido 14 pessoas de uma vez só me fez mudar de pensamento. Porque o que dói é a saudade, não a morte, porque a dor da saudade a cada dia ela aumenta. (...) Eu digo que pelo menos a tragédia me serviu pra isso, porque melhora o ser humano. (...) Quando se fala em verba federal, não se vê falar de 1 milhão ou 10 milhões, a gente só ouve falar que chegou, e depois que chegou, foi pra onde? (relato da Sra. Tatiana Reichert, presidente da Adarb).

Suspeita-se que recursos públicos voltados para a recuperação do município na forma de horas de máquina (tratores abrindo vias; pavimentação e outros) tenham sido alegadamente utilizados na Região dos Baús, mas servido, de fato, à área urbana, para melhorar a qualidade de vida dos munícipes daquela porção do município e fazer progredir os negócios dali. Enquanto isso, os produtores rurais da Região dos Baús viam-se sufocados por dívidas para recomeçar suas lavouras, serralherias, piscicultura e afins e chegaram ao limite da capacidade de endividamento, o que a Sra. Tatiana via com apreensão:

(...) O grande problema da tragédia foi a agricultura, porque nos outros setores a gente conseguiu se reerguer, mas as pessoas dizem o bananal tá verdinho e produzindo, o arroz também e que tudo voltou ao normal aparentemente. Mas, o problema é que os agricultores fizeram dívidas pra 10 anos, são 7 anos de pagamento e mais 3 de carência. A grande maioria dos agricultores chegaram no ponto máximo de endividamento, então tem que rezar pra nos próximos meses não acontecer mais nada, porque se não eles não vão conseguir pegar mais um empréstimo com o governo pra mais nada (...) Quando o governo do estado passou pros desabrigados o que eles chamaram de auxílio reação, de 415 reais, que não foi dinheiro do estado, foi dinheiro de doações, o estado só gerenciou esse dinheiro. Nós fomos à Assembleia [Legislativa] e isso entrou em votação. Nós fizemos primeira audiência pública de Ilhota, fizemos um pedido pra Assembleia pra que esse auxílio também fosse passado ao agricultor porque mesmo que ele não tivesse perdido a casa, ele perdeu 100% da safra. Foi 100% arroz, 100% hortifruti, e isso já foi comprovado.

Passados dois anos e meio, em julho de 2011, estivemos novamente na Região dos Baús para verificar *in loco* o andamento das providências públicas desde então.

Uma mescla de serviços públicos não prestados e outros de qualidade questionável, além de interações sociopolíticas degradantes compõem o quadro de abandono local, como Dona D. relata:

Eu vou embora daqui, eu tô doente, eu não tenho mais coragem de ficar aqui (...) quando chove, eu sumo, eu me mando (...) tu olha o rio, em 40 minutos tá batendo na minha casa, coisa que nunca aconteceu. Quando eu pedi pra desassorear, não fizeram (...) uma pessoa não passa mais, a ponte cai, quem tá trabalhando, dá dez onze, onze horas, já não vem mais pra casa, cai barreira, cai ponte (...) o Baú ficou abandonado (...)

Continua o Sr. W.:

"Minha irmã ficou dezessete dias debaixo do barro (...) parece que o filho dela descobriu onde ela tava e chamou os bombeiros.

Algumas pontes na localidade, cuja entrega das obras ocorreram em início de 2010, já se encontram comprometidas devido à duvidosa avaliação geotécnica e/ou à má execução das obras civis, e outras nem sequer permitem o tráfego de veículos automotivos de passeio (Fotos 21 e 22).



Fotos 21 e 22: Aspectos de duas pontes na Região dos Baús, ambas comprometidas e fonte de risco para o tráfego de pessoas e veículos (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Continua o sr. W.:

Faltam essas pontes para voltar a crescer e voltar a ter serviço (...) as firmas foi tudo embora (...) perdi uma casa, perdi terreno e não ganhei nada até agora (...) caiu barreira, rachou tudo o terreno (...) o que não foi embora com água, a defesa civil passou a retroescavadeira (...) defesa civil e assistência social, fica jogando um para o outro e nada de pagar [os beneficiamentos existentes no terreno interditado].

O comprometimento das pontes é um dos fatores centrais que caracterizam a acelerada inviabilidade do escoamento de produção ligada ao beneficiamento de madeira, uma das principais atividades econômicas geradoras de emprego e renda na comunidade (Foto 23). Os motoristas dos caminhões pesados, que precisam circular com a carga de toras e/ou tábuas, estão com receio de trafegar naquelas que apresentam riscos; isso desacelera o ritmo das atividades.



Foto 23: O tráfego de veículos pesados, sobretudo ligado ao transporte de madeira para beneficiamento nas serralherias nos Baús, é cada vez menos frequente devido ao estado em que se encontram as pontes que, embora refeitas após os episódios de 2008, demonstram ser de pouca resistência frente ao peso de cargas e ao fluxo local (Fonte: Acervo do Neped, outubro de 2010).

Serralherias fecham suas portas e os funcionários são dispensados. Outras atividades, como a de confecção, também paralisaram nos Baús após o desastre. A falta de alternativas econômicas acaba sendo um fator que leva famílias a empobrecer e, por fim, migrar.

“Essa ponte tem um ano de uso quando ela caiu, em janeiro de 2011”, conta a Sra. Tatiana Reichert, “o dinheiro é federal e o dinheiro repassado para o estado (...), eles encheram de barro aqui e lá [nas cabeceiras] qualquer chuva que der, vai carregar de novo”.

E arremata o Sr. G.:

A gente aqui se sente abandonado e enganado, as duas coisas, as pontes tão lá caída, é um descaso total, não culpo só o prefeito, mas o pessoal do estado (...) a ponte não suporta mais [passar meu caminhão]; fechou cooperativa, fábrica de conserva, três madeireiras grandes (...) o dinheiro que era pra ser usado aqui, usaram tudo lá [na zona urbana].

Pela metade também ficou a recuperação de muitas das vias públicas nos Baús, com placas anunciando a obra pública, mas, o material do pavimento correspondente, abandonado nas beiras das estradas ou colocado de maneira inadequada, num misto de uma terraplanagem mal feita e um tráfego incessante que leva ao desnivelamento progressivo da via (Fotos 24 e 25).



Fotos 24 e 25: O *outdoor* anuncia a obra com recursos federais. Mas o material para viabilizá-la encontra-se abandonado na beira das estradas na Região dos Baús e as obras permanecem inconclusas (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Um estabelecimento escolar jamais foi recuperado na comunidade e outro encampou a turma do primeiro e retomou o ensino. Isso levou a agregação de crianças e adolescentes de faixa etária muito distinta, o que é motivo de preocupação das mães.

Ademais, para o estabelecimento escolar ativo, a escola Alberto Schmidt, os moradores consideram inapropriada a reforma havia em suas instalações, pois alegam que as fundações não aguentariam por muito tempo o segundo pavimento recentemente feito. O estabelecimento está inserido ao lado de uma área cujo terreno é suscetível a escorregamento e a obra de contenção, insistentemente solicitada e realizada com vagar, ainda não aparenta ser de todo suficiente (Fotos 26 a 28). Explica o membro da ADARB, Sr. João Alves:

A parte debaixo [da escola] não tem capacidade de por outro andar em cima (...) os sacos [como contenção do morro] já tá apodrecendo (...) os degraus pra água descer só fizeram por causa das denúncias que nós fizemos.

E arremata a Sra. Tatiana Reichert:

Esse morro aqui, em 2008, quando foi feito o levantamento pelos geólogos, então dizia que tem calha, tinha que ter os recortes de morro, taludes. A primeira obra que foi pedida foi essa aqui, porque em 2009 começavam as aulas gente nunca teve acesso ao projeto [de contenção] (...) e nunca foi terminado (...). As aulas continuaram (...) foi gasto 150 mil reais numa ampliação [da escola] está encostada no morro.



Fotos 26 a 28: O morro, com obras de contenção incompletas, é uma ameaça permanente ao cotidiano das crianças e adolescentes que são obrigados a frequentar a Escola Alberto Schmidt, muitas dos quais se ausentam em dias de chuvas ou ficam intranquilas durante as aulas, temendo pelo pior (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Os perigos associados ao lugar onde está situado o estabelecimento escolar são fonte de preocupação das crianças e de suas mães, sobretudo quando em dia de chuva, quando ambas receiam frequentar o local e

preferem renunciar à frequência naquele dia letivo, ainda que isso comprometa a aprendizagem. Trata-se, em ambos os casos, de riscos à integridade física e à vida social, cuja escolha contínua que as famílias da Região dos Baús precisam fazer se constitui numa forma de violência que o ente público, indiretamente, pratica contra elas. Os medos permeiam a vida cotidiana e, na insistência dos riscos, se avolumam ao ponto de antigos moradores se sentirem emocional e moralmente exaustos e progressivamente levados a se desenraizar do lugar tido como seu. O relato de Dona D. ilustra essa situação:

Fora o problema das crianças na aula (...) Esse meu menino estuda lá no Baú Central e quando chove muito eu não mando ele na escola porque é capaz de não voltar. O ônibus fica no meio da estrada (...) porque era assim alto de lama. O ônibus encalhava (...) as crianças no meio da estrada (...) perigo do ônibus virar e de tudo (...) Ai de conselho tutelar que vier atrás de mim porque eu quero dizer: não tem condições, eu preciso os filhos debaixo das minhas asas do que aí, correndo risco, com esses ônibus pela estrada, fica trancado, meio de lama, cai ponte, quebra ônibus, então eu levo os filhos comigo.

Além disso, embora o município de Ilhota tenha obtido novas unidades de ônibus escolares, são veículos velhos e sem manutenção os que trafegam na Região dos Baús. Se o veículo quebra de vez, não é substituído por outro; simplesmente, os alunos que dele dependem perdem as aulas (Foto 29).



Foto 29: Ônibus escolar precário, que serve as crianças e adolescentes da região do Baús (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Quando em atividade, tais veículos, contam as mães, trafegam com superlotação, em torno de 60 crianças por vez. Assim trafegam nas vias e pontes mal conservadas. Muitas vezes, sequer havendo manutenção nos freios, as crianças (de até 6 anos de idade) são solicitadas a saltar do veículo, da frente de casa ou da escola, continuam as mães, expondo-as ao risco de mais esse acidente evitável.

Esse conjunto de embarços no cotidiano escolar, sem que o poder público se faça presente e tome as devidas providências para saná-lo, reitera nos moradores do lugar um sentimento compartilhado de desconsideração, humilhação e esquecimento por parte das autoridades que já estaria se refletindo na autoestima dos que representam o futuro da localidade, as crianças e adolescentes. Banaliza-se neles a concepção sociopolítica de que tenham que contentar-se com pouco e que é normal que suas vidas possam estar por um fio todos os dias.

Tenho bastante aflição da escola; muita, muita preocupação. Aí, no início das aulas, a minha filha pequena não queria ir porque tava chovendo (...) levei ela de carro [outro dia] e chegando lá, e desembarquei, abrindo a porta do carro, a primeira coisa é que botei o pé na água, vinda do morro, e eu me senti mal (...) ela viu muita coisa que não deveria ter visto e ela diz: quando chove, eu não quero mais ir pra aula. Quando eu cheguei lá, eu entendi a aflição dela, porque eu também fiquei aflita (...) ela queria voltar pra a escola dela, mas tá abandonada, ficou sem professor, ficou em abandono (...) pro lado cá, não tem ônibus bom (relato da Dona S.).

A filha adolescente, B., complementa:

As portas do ônibus não fecham, tem que pular quando não tem freio, daí ele [motorista] vai bem devagarinho, daí a gente tem que pular com o ônibus em movimento, desde a criança do pré-escolar (...) [na escola] tem rachaduras na parede (...).

O ginásio de esportes ao lado da escola (Foto 30), embora interdito pela defesa civil, é ainda utilizado temerariamente como um local de lazer por crianças e adolescentes da vizinhança, posto a ausência de outros espaços próximos para a sua recreação.



Foto 30: O ginásio de esportes, ao lado da escola Alberto Schmidt, encontra-se interditado, devido os riscos de escorregamento do morro vizinho. Por qual razão a escola, então, permanece em funcionamento? (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

No que tange às medidas recuperativas, a entrega de moradias na localidade foi uma das mais divulgadas e aguardadas e, no entanto, uma das que mais concretamente expressam o descaso como a comunidade local foi tratada tanto pelo poder público quanto por instituições da sociedade civil que fizeram promessas (e recolheram doações da sociedade civil) para esse fim.

Uma área particular foi desapropriada pelo poder público, dando início ao que foi anunciado como um conjunto habitacional suficiente para todos aqueles que tiveram suas casas destruídas ou interditadas pela defesa civil. Um serviço de terraplanagem foi feito, estabelecendo o nível das duas ruas principais e de alguns terrenos. No entanto, pouco mais de dez unidades habitacionais foram iniciadas e apenas quatro delas foram entregues a famílias. Chama a atenção, primeiramente, a indiferença do poder público com a situação de famílias que, com a desativação dos abrigos, passaram a morar por um período prolongado, e de maneira precária, na residência alheia, com todos os constrangimentos que isso acarreta às partes, pois se trata do espaço privado e da intimidade do outro. Assim relata o desalojado, Sr. H.:

Até agora estou sem casa, morando com meu avô, entrei numa lista (...) tenho um irmão deficiente e também a minha mãe [viúva] (...) procurei um monte [providências das autoridades, mas mandaram pra um, para outro, acabou em nada, desisti também, não fui mais atrás.

Tal indiferença é, ainda, constatável pelo número reduzido de unidades edificadas no Braço do Baú bem como devido à lentidão como essa ação pífia é concretizada para o bem-estar daquelas famílias que sofreram severamente com os eventos ocorridos em novembro de 2008 (Fotos 31 a 36).



Fotos 31 a 36: O conjunto habitacional dos Baús é um exemplo de descompromisso com a recuperação dos grupos mais severamente afetados da localidade: obras interrompidas e tomadas pelo mato; madeira de baixa qualidade; terraplanagem, que vai se perdendo sem os muros de contenção nos terrenos. As crianças brincam em meio aos espaços de abandono (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Muitas dessas famílias, sem esperança de solução vinda do poder público e cuja dignidade impede de degradar ainda mais as relações em sua rede privada, retornaram para seus antigos locais de moradia, incluindo em áreas que a defesa civil considerava com suscetíveis, para "tocar a vida" Outras famílias, vivendo de trabalhos descontínuos e mal-remunerados em lavouras na região, na construção civil e afins, mal têm condições de se manter e lhes é inviável reconstituir o sistema de objetos do interior do domicílio para eventualmente se mudar; precisam, ainda, "morar de favor". A extinção do pagamento de auxílio-aluguel dificultou ainda mais a busca dos locais alternativos de moradia e, sem amparo público, o acolhimento na casa de parentes e amigos não lhes permite dar, em reciprocidade, uma colaboração devida, perdurando a situação de uma espacialização desumana. Assim explica o Sr. Z. em relação a

casa ainda incompleta que está prometida pelo ente público, naquela conjunto, a um parente seu:

Do jeito que ela tá aí [a casa de madeira, incompleta e sem tratamento], pegando sol e chuva, pode ver que ela já tá verde, depois de tampar, dura 5 anos (...).

Em relação à sua família nuclear, rememora:

Fiquei no abrigo (...), uns oito meses, aí tinha gente que cuidava (...) enquanto chegou doação, tinha 50 [pessoas] cuidando (...) Aí, o que aconteceu, falaram: "ó vocês tem que sair! Tem que sair!" Mas aí, falamos: Do jeito que teve a tragédia, não tem casa pra a gente alugar (...) Aí falaram que iam ajudar enquanto a gente pagasse aluguel, mas pagaram três meses (...) Afundamos em dívida .

A despreocupação pública com a infraestrutura local – inserindo, para cada unidade habitacional uma fossa pequena a qual, nas casas já habitadas, transborda e exige a convivência com os dejetos – constrange os moradores e os leva a tomar medidas alternativas, como o escoamento no terreno vizinho (até o momento, desocupado) (Fotos 37 e 38).



Fotos 37 a 38: Com fossas pequenas em cada unidade, a saturação, no uso contínuo do domicílio, é logo constatável. Os dejetos que transbordam são levados para o terreno vizinho, no nível inferior. Constrangidos, os moradores empurram para o vizinho o problema de saneamento que os empreendedores e gestores públicos deveriam ter previsto e resolvido antes do erguimento das (poucas) casas ali presentes e antes da entrega das demais (previstas) (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Além disso, a madeira é de má qualidade, sem tratamento prévio, apresentando muitos nós, o que reduz a vida útil das moradias feitas com a mesma (Fotos 39 e 40).



Fotos 39 e 40: Madeira enodoadada para a formação das paredes das casas no conjunto habitacional nos Baús: a obra que seque foi entregue terá uma durabilidade mínima, devido o descaso com a qualidade do material (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

A irresolução do problema sanitário no conjunto habitacional em lenta construção gera um efeito dominó de insalubridade, o qual aponta para um agravamento da degradação ambiental e social quando as demais famílias para ali se mudarem. Promessas de entrega das casas são feitas continuamente, mas a presidente da Adarb questiona, apreensiva:

É o que eu disse ao diretor na Cohab: como é que a Cohab vem aqui e constrói as casas se nem saneamento não tem? E tá lá no contrato que essa parte do saneamento era com a prefeitura (...) imagina quando colocar 40 casas, o inferno que vai virar (...) então, ao invés de resolver um problema, tá criando um muito pior em curto espaço de tempo (Relato da Sra. Tatiana Reichert).

Os moradores dos Baús referem-se à Ilhota como um espaço outro que não o seu. Há um estranhamento em relação aos grupos sociais da outra margem do rio Itajaí-Açu, isso não porque corresponda a uma porção urbana do município, mas porque interpretam que a prosperidade da

qual gozam atualmente se deu à custa da exploração midiática e política do drama dos Baús, o qual, entretanto, piora a cada dia, embora com novas feições. O apelo para o reerguimento material de Ilhota engendrou uma série de novos investimentos e a ampliação de outros, ligados à indústria de confecção e a outras. "Tudo o que há de bom, vindo do governo ou das empresas, vai pra lá, pra outra margem do rio", desabafo coletivo nos Baús.

Mas esse desabafo não é vazio. Enseja também a persistente mobilização coletiva daquela comunidade, por meio da Adarb, desde medições de precipitações que um dos seus membros realiza sistematicamente (Foto 41) até, e principalmente, a luta para que a apuração dos fatos relativos à omissão, à inadequação e à insuficiência das ações do poder público, ocorra.

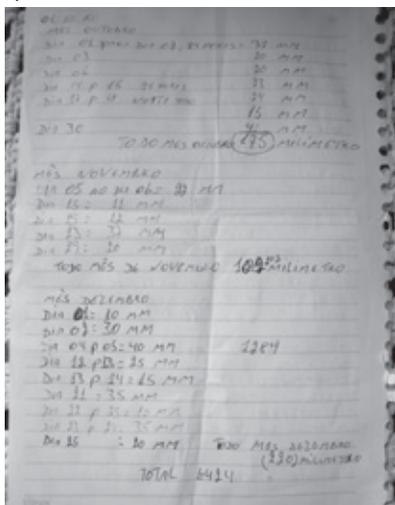


Foto 41: As anotações do Sr. João Alves, membro da Adarb, dão conta dos volumes de chuva precipitados a cada dia nos Baús, encontrando o somatório mensal (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Um dos vários movimentos nessa direção foi a produção comunitária do "Relatório da Região do Morro do Baú, município de Ilhota/SC, referente às obras de reconstrução", entregue pela Adarb ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Corregedoria Geral da União (CGU), além de denúncias anteriores feitas ao Ministério Público Federal (Foto 42).

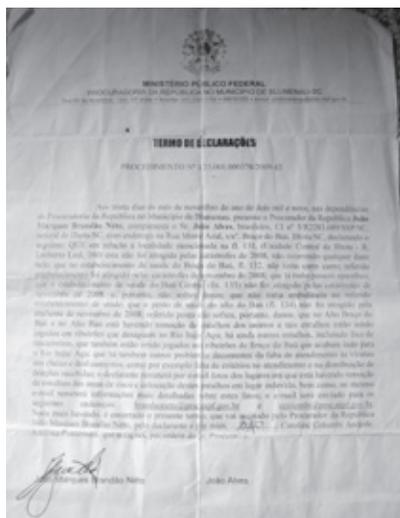


Foto 42: Um ano após o início do desastre, o Ministério Público Federal recebeu denúncia de várias irregularidades ligadas a ações ou omissões do ente público (Fonte: Acervo do Neped, julho de 2011).

Outro movimento foi o que viabilizou a visita guiada da Adarb à comitiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aos Baús, liderada pela deputada Ana Paula Lima (PT/SC), levando-a a contatar que "O que vimos é um descaso com o dinheiro público e com os brasileiros solidários que doaram recursos, e também um desrespeito para com a comunidade do Baú, tão sofrida por tantas perdas" (Informativo Ana Paula Lima, junho/julho de 2011, p. 4).

Assim, paulatinamente, não só as evidências materiais das condições de privação vão sendo visibilizadas e reconhecidas pelas autoridades, mas o ponto de vista dos afetados passa a ser visto como legítimo no horizonte sociopolítico de interpretação dos desastres.

Finaliza a Presidente da Adarb, Sra. Tatiana:

Acho que não é só vim recurso, a gente precisa de fiscalização é isso que precisa, porque a gente sabe do montante, veio muito recurso, agora tem que se saber como é que ele é aplicado, o modo como é aplicado, é visível que não é aplicado como tem que ser (...) a gente já virou notícia antigo, notícia velha. Teve Pernambuco, Alagoas, o Rio (...) e daqui a pouco vem outros tantos (...) com a queda no preço

do arroz, tá todo mundo com dívida atrasada (...) nunca ajudou o agricultor (...) esperando o desassoreamento que não chega (...) a capacidade de endividamento dele chegou no limite, a tendência dele é abandonar a agricultura (...)

3.1.1.3 Barreiros/PE: o abandono nos acampamentos

Durante as enchentes de junho de 2010, 68 municípios pernambucanos foram afetados, sendo que 11 decretaram Estado de Calamidade Pública e 30 ficaram em Situação de Emergência. Segundo o levantamento realizado em 20 de agosto de 2010 (PERNAMBUCO, 2010), houve danos materiais numa diversidade de equipamentos públicos: em 2 hospitais estaduais (um na cidade de Palmares e outro em Barreiros), 4 hospitais municipais (em Água Preta, Barreiros, Cortês e Jaqueira), 85 postos de saúde (19 totalmente destruídos e 66 danificados), 403 escolas estaduais e municipais, 11 delegacias/cadeias/presídios etc. Em relação aos danos materiais em equipamentos particulares, o referido levantamento aponta um total de 14.136 casas destruídas/danificadas. No que se refere aos danos humanos, aponta-se a existência de 20 óbitos, 55.643 pessoas desalojadas e 26.966 desabrigadas. Do total de desabrigados, 7.259 pessoas foram abrigadas em 186 diferentes tipos de abrigos provisórios.

Dentre os municípios pernambucanos, Barreiros foi um dos mais afetados. Criado em 1953, está localizado na microrregião da Mata Meridional Pernambucana (PNUD, 2000). Com uma área de 229,8 km², no ano de 1991, detinha 40.569 habitantes, dos quais 27.558 (67,93%) residiam na área urbana e 13.011 (32,07%) na área rural. Já no ano 2000, a população total diminuiu para 39.139, mas a população urbana aumentou para 31.028 (79,28% do total) enquanto a população na área rural diminuiu para 8.111 (20,72% do total). Assim, embora a população total tenha decrescido, a taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, cresceu 16,71, passando de 67,93% para 79,28% (PNUD, 2000). Em 2010, a população total voltou a subir para 40.732 habitantes, dos quais 33.982 (83,43%) residiam na área urbana e 6.750 (16,57%) na área rural (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 1991, era de 0,583, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,635 o que, no entanto, permanece como um índice preocupante no que concerne à qualidade de vida. A dimensão que mais contribuiu

para esse crescimento foi a educação com 82,7%, seguida da longevidade (26,3%). O IDHM-Renda contribuiu negativamente, com 9%; ou seja, em 1991, o índice era de 0,544 e no ano 2000 abaixou para 0,530, indicando que as relações econômicas locais comprometem a garantia e satisfação dos mínimos vitais e sociais. Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini passou de 0,73 (em 1991) para 0,59 (em 2000), isto é, a desigualdade de renda diminuiu no município (PNUD, 2000), mas a pobreza permaneceu como um lastro da vulnerabilidade estrutural. As famílias mais empobrecidas de Barreiros estão territorialmente estabelecidas às margens do rio Una, vulneráveis a quaisquer elevações súbitas deste rio (Fotos 1 e 2).



Fotos 1 e 2: Aspectos da periferia urbana de Barreiros e suscetibilidade das moradias às eventuais enchentes do rio Una (Acervo Neped, 2010 e 2011).

Barreiros tem como principal atividade econômica o setor de serviços e a agropecuária, baseada na produção de cana-de-açúcar e na criação de bovinos (PERNAMBUCO, 2011). Durante as enchentes do rio Una, ocorridas em junho de 2010, mais de 95% da área do município foi alagada (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2010a).

No Diário Oficial da União, o desastre em Barreiros foi caracterizado, com um conjunto de outros municípios pernambucanos, como em estado de calamidade pública relacionado a enxurradas ou inundações bruscas (DOU, Seção 1, n. 120, sexta-feira, 25 de junho de 2010, p. 63-64). Do início de tais episódios, e cujo decreto estadual data de 21 de junho de 2010, ao reconhecimento do desastre pela autoridade nacional, a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Sedec/MI), no dia 25 de junho de 2010, passaram-se quatro dias; pouco tempo,

se considerado o padrão burocrático brasileiro nessas circunstâncias, mas longo, se considerado o ideal da relação do Estado com o cidadão, o qual, já devido a sua desfiliação social estrutural, constituiu-se em presa fácil no impacto das ameaças relacionadas às chuvas intensas, que a situação de desabrigo evidencia.

As ruas do centro da cidade foram tomadas pelas águas que, em alguns pontos, subiram cerca de 2 metros de altura. O hospital e a delegacia foram inundados e ficaram inoperantes (PE360GRAUS.COM, 2010a). Centenas de casas, o comércio, o hospital, a maternidade, as instalações da Prefeitura Municipal e de vários órgãos públicos de Barreiros foram danificadas. Na maternidade João Alfredo, três mães ficaram isoladas na laje, no primeiro andar do edifício, junto com seus os recém-nascidos, com seus acompanhantes e um enfermeiro. Todos passaram a madrugada esperando o socorro, que só foi providenciado pela manhã (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2010b).

Muitas famílias procuraram abrigo num dos estabelecimentos religiosos da cidade. Foi dali que partiu a notícia de que uma chuva castigaria Barreiros. O padre José Gusmão, à frente do referido estabelecimento de Barreiros, recebeu o aviso de que a enchente atingiria a cidade e se mobilizou para alertar os moradores, além de tocar insistentemente os sinos da sua igreja. Era o primeiro aviso. Foram vários alertas seguidos. Sem resposta, o referido padre saiu às ruas na tentativa de convencer as famílias a deixar suas moradias em busca de local mais seguro – a rigor, as instalações de sua igreja se prestariam a essa função – para se livrar da enxurrada previsível, segundo as informações que recebera acerca do volume e força das águas que vinham de montante. "Sinto que cumpri meu dever. Mesmo não conseguindo salvar tudo, o povo teve tempo de correr e se salvar", disse o padre (PE360GRAUS.COM, 2010b).

Mas o abrigo nas instalações dessa igreja não foi suficiente para alojar os mais de 2.000 desabrigados (FLOR, 2010). Muitos ocuparam as instalações da rodoviária, também localizada em terreno alto, outros se abrigaram em demais prédios públicos ou foram para casa de parentes, e os que não conseguiram teto provisório em uma instalação fixa, montaram barracas ao relento: "Estou com minha sogra, marido e três filhos embaixo de uma árvore", conta Deisiane Jesus da Silva (FLOR, 2010).

Também embaixo de árvores, por muitos dias, passaram as Sras. X. e Z. com as suas famílias, até que foram levadas para um acampamento, onde permaneciam por mais de cinco meses quando, em novembro de 2010, sob os auspícios do MCT/CNPq (VALENCIO 2001c) as entrevistamos:

Por dois dias não tinha água, nenhuma embarcação veio socorrer a gente, e quando vieram eram muito poucas, e tinha muita gente, tinha gente em cima das casas pedindo socorro desesperadas, dois dias. E a água [da enchente], nesses dois dias, aumentou cada dia mais. A noite não via nada. Desesperada! Que não via nada aquele desespero do povo pedindo socorro e não sabia onde era. Aí, quando amanheceu o dia, eu vi que minha casa tinha caído. Depois de dois dias, veio uma mulher que eu nem conhecia, ela veio retirou eu e meu bebê. Aí eu passei 15 dias na casa dela (...) Ela salvou a gente depois que pedimos socorro na pista. Nós ficamos naquela casinha pequenininha de policial na beira da estrada. Deitamos no chão, e depois começou a chegar comida porque lá não passava carro. Essa comida era dela e, mais tarde, eram de doações, vieram as cestas básicas. Aí, veio um cantor. Foi um cantor. Não sei quem é, só sei que ele é de fora do Brasil (...) Ele é internacional, ele mesmo veio com os trabalhadores, eles montaram as barracas. Eles falam em outra língua, a gente não entendia nada e outro moço traduzia pra a gente. Falaram que, quando a gente fosse embora, podia levar pra gente porque era doação dele pra gente. Fomos os primeiros a chegar, e ganhamos porque estávamos precisando mais. Porque a gente tava dormindo lá com a polícia e eles [os policiais] estavam com a perna travada de tanto dormir no carro, e foram eles que nos ajudaram a procurar nossos direitos, vai fazer cinco meses que a gente tá aqui dentro (Relato de Dona X., acampada).

Há relatos de que muitas pessoas “deixaram a cidade, em especial quem não era dono dos imóveis em que vivia. ‘Eles abandonaram a casa e se mudaram com o que restou’, diz a funcionária pública Edilene Silva” (FLOR, 2010).

Nos dois acampamentos públicos montados na beira da rodovia, barracas cedidas pela instituição abrigavam as famílias que não dispunham de possibilidades de acolhimento por sua rede privada de relações (Fotos 3 e 4).



Fotos 3 e 4: Aspecto exterior de acampamento e interior de barraca nele inserido, município de Barreiros (Acervo: Neped, novembro de 2010).

No acampamento Confiança, contam as famílias, durante algum tempo estiveram submetidas por um grupo de traficantes, os quais, a despeito da presença da Polícia Militar na entrada das instalações e de contratados da área de Assistência Social, que ali permaneciam durante o dia, conseguiam não apenas furtar objetos de uso comum – como lâmpadas instaladas nas áreas abertas e vasos sanitários, fornecendo-os num mercado paralelo da reconstrução da cidade – como também realizaram um mapeamento das fontes de renda das famílias, a qual, entre salários, pensões e benefícios obtidos, era entregue aos meliantes no dia do depósito feito pelas fontes pagadoras. Abrigados teriam sido obrigados a realizar os saques bancários com a “escolta” de membros da quadrilha para garantir que a eles entregariam a totalidade dos valores sacados. O risco social, que levou tais famílias a vivenciarem a destruição de suas moradias, agora era incrementado com a perda da renda que lhes era devida e das ameaças caso se recusassem a entregá-la.

A convivência no acampamento apresentava uma série de limitações ao bem estar, indo da inadequada abordagem dos agentes públicos aos roubos frequentes dentro do acampamento, como relata a Dona X:

Perdi tudo, mas estou pagando dívida. (...) Não é fácil. A gente que tá aqui é muito humilhado; tem muita gente aqui que não tinha quase nada e de repente perdeu tudo e ficou só com a vida e a roupa do corpo. Eles vêm aqui [pessoal da assistência social e demais agentes públicos] e humilham a gente porque a gente tem pouca coisa, eles a acham que são superiores, eles dão ordens e querem ser melhores

só porque eles trabalham na prefeitura, só porque eles têm um emprego e uma casa pra morar (...) É a humilhação da comida, na hora da refeição o povo fala mal, não tem mais carne, o pão que chega aqui chega seco, sem mais nada. Tem muita gente que não tinha problema e hoje tem problema de cabeça, porque tem muita gente roubando e veio só uma cartinha pra gente dizendo que eles vão resolver isso (...) água pra beber tem só que é quente, é de doação dessas de copinho, mas tem sempre, e o banho e lá no banheiro, o banheiro e enorme, tinha de tudo no banheiro, mas roubaram tudo pouco a pouco à noite os traficantes roubavam e levavam de tudo roubaram as lâmpadas dos banheiros, as privadas e as pias...[para fazer as necessidades à noite] a gente comprou um pinico e joga no lixo. Só esta chegando absorvente e papel higiênico... Sabonete não veio mais. Passei dois dias com a mesma calcinha só consegui comprar calcinha quando eu recebi.

Em relação aos traficantes, Dona Z. desabafa:

São três traficantes(...) Eles estão aqui dentro. Chegaram aqui e ficaram por aqui (...) Só que eles estão roubando os baús e esses baús que ficam dentro das barracas... Eles invadem e roubam, isso não é vida. Mandamos carta pros policiais nesse instante, agora só sei que eles vão resolver isso, eles [os traficantes] estão pegando tudo e vendendo, baú, colchão... eles cortam [a barraca] com alicate e rasgam, não tem segurança (...) teve uma amiga minha, eu fiquei preocupada porque ela falou para mim. Ela me perguntou se quando a gente morre a gente se esquece de tudo, eu disse pra ela que se ela tivesse pensando em se matar, que se matar é pior do que ficar pagando no mundo, ela perdeu tudo

Os conflitos nas barracas vizinhas dentro do acampamento eram uma constante, retoma Dona X.:

Tem muita briga e discussão, qualquer coisa vira discussão, até uma criança brincando na sua porta vira discussão. Aqui tem gente de todas as qualidades, aqui tem todo tipo de gente (...) Tivemos um protesto, fizemos para o governador que foi o mais bem votado, o

Eduardo Campos, eu queria perguntar a ele se ele não tem dó dos pobres? Será que ele se esqueceu que ele foi o mais bem votado daqui? Será que ele não sabe disso?! A gente votou nele, pensando que ele ia fazer alguma coisa e hoje em dia depois da votação não temos pra onde ir, não temos como nem alugar...

No referente à retomada das aulas, as crianças abrigadas também tiveram dificuldades para se recompor:

Perdeu uniforme, material, perdeu tudo. Recuperaram através do patrão do meu marido. Eles enviaram o material todo pra ela, comprou tudo lá do Recife senão não ia dar pra ela voltar. As outras crianças compraram um material desses bem fininhos, que acabam em um mês, só pros trabalhos no início, depois o governo mandou outro, mais o uniforme (...). Mas a convivência é muita briga, um batendo no outro, os mais velhos batendo nos pequenos, um policial até agrediu um menor, ele já tinha 16 anos e estava fazendo coisas erradas e o policial bateu nele (Relato de Dona X).

O cadastramento das famílias abrigadas resultou no pagamento, pelo governo estadual de um auxílio aluguel no valor de R\$ 150,00. O referido recurso financeiro, embora insuficiente para o aluguel de um imóvel na localidade, havia sido incorporado à renda das famílias para complementar o suprimento dos mínimos vitais tais como na aquisição de itens de alimentação alternativos à refeição fornecida pronta, nos horários e cardápio estipulados pela administração do acampamento e serviço terceirizado de preparo, na compra de remédios, de vestuário e afins. Ademais, Barreiros apresenta um limitado mercado de moradias populares para um potencial inquilinato constituído de desabrigados. O dito valor financeiro, a despeito de ser aquém ao custo mensal de um imóvel localizado em áreas menos suscetíveis, era o mote a que recorriam agentes da área de assistência social para ir aos acampamentos e pressionar pela desocupação da área; isto é, induzir a desativação do abrigo e a transformação dos desabrigados em desalojados, dando aparência de êxito às medidas de reabilitação desses afetados no desastre.

Pudemos testemunhar *in loco* uma dessas abordagens, na qual as agentes da Assistência Social alegavam que a continuidade da presença das famílias no acampamento seria motivo para a cessação do pagamento do auxílio-aluguel. As mulheres, chefes do lar, para quem o discurso era coletivamente dirigido, explicavam a necessidade de permanecer no local e a importância da renda como fonte complementar para a sobrevivência cotidiana, ao que correspondia um argumento desumano, do tipo: "Vocês não davam um jeitinho antes [pra sobreviver]? Pois, então...". Os quintais de parentes e vizinhos eram aventados pelas agentes como alternativas espaciais para a saída das famílias do acampamento, uma vez que se lhes era assegurado que cada qual ficaria no domínio da barraca que estava ocupando na ocasião. Para esse argumento da parte pública, as mulheres reagem com a ausência de espaço, água e eletricidade para viabilizar efetivamente o uso da barraca em terreno particular. Conforme a explicação de Dona Z.:

[Recebemos R\$]150 [de auxílio-aluguel, mas], não tem como alugar uma casa com 150 reais, e se não sair daqui, vão cortar o auxílio-moradia, já foi bloqueado vários auxílios por causa disso, só tem o benefício quem sair daqui, e logo no início não podia voltar pra beira do rio, agora pode tudo, agora você pode arriscar suas crianças.. É uma humilhação! Não tem prazo pra ir pra casa, se quiser voltar pra beira do rio pode ir, o que você quiser fazer da sua vida você faz (...) ele não tá mais ligando pra gente. E 150 é muito pouco não dá pra nada...

Havia promessas em torno da construção de um conjunto habitacional que contemplaria as famílias desabrigadas ou desalojadas, mas o processo de escolha do terreno e a terraplanagem para dar início às obras ainda estava em curso, em novembro de 2010.

O fato é que, oito meses após tais abordagens, retornamos a Barreiros e já não havia mais os dois acampamentos. As áreas estavam vazias, descaracterizadas, com um serviço de terraplanagem em curso para dar espaço a uma nova função (Foto 5).



Foto 5: Novas funções do terreno onde, antes, estavam inseridos os acampamentos (Acervo: Neped, julho de 2011).

Um conjunto habitacional podia ser visto da estrada, numa área alta e bastante evidente. Estava em obras. Contudo, penetrando nas periferias de Barreiros, às margens do rio Una, lá permaneciam assentamentos precários (Fotos 6 a 8) e, nesses, famílias antes acampadas que, sem se recuperar do desastre de meados de 2010, já tinham sido afetadas – agora como desalojadas e moradoras de residências precárias em área suscetível – no desastre deflagrado em maio de 2011.



Fotos 6 a 8: Muitas famílias ainda vivem na periferia urbana de Barreiros, em áreas sujeitas a inundações (Acervo: Neped, julho de 2011)

A tragédia havia se repetido e 55 municípios pernambucanos (AGÊNCIA ESTADO, 2011), sendo Barreiros um deles. O município foi além e voltou a decretar estado de calamidade pública (MADEIRO, 2011a). De acordo com a Defesa Civil Estadual, no município, 1.711 famílias ficaram desalojadas, tendo que deixar suas casas temporariamente, e 2.244 famílias ficaram desabrigadas, com suas casas totalmente destruídas ou danificadas seriamente (Fotos 9 e 10).



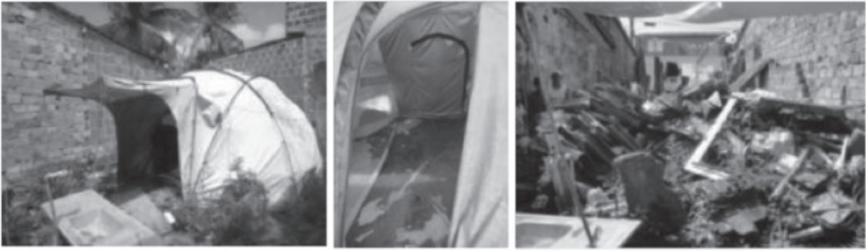
Fotos 9 e 10: Aspectos de moradias destruídas pelas enchentes de 2010, em Barreiros (Acervo: Neped, 2011)

Muitas destas famílias não puderam se recuperar materialmente dos efeitos do desastre de junho de 2010 e os acampamentos ficaram fora de questão nas providências públicas em 2011.

Constatando a persistência da vulnerabilidade das famílias, Madeiro (2011b) afirma:

(...) as novas enchentes de 2011 mostraram o quanto as cidades estão longe de oferecer segurança para os ribeirinhos. Em todas as cidades visitadas pelo UOL Notícias nesse sábado (7), todos os personagens ouvidos nos municípios de São Luiz do Quitunde (AL), Água Preta, Barreiros e Palmares (ambos de PE) relataram que sofreram com problemas similares em 2010 (...) Em Barreiros, que decretou calamidade pública, todos os desabrigados ouvidos pelo UOL Notícias da atual enchente são remanescentes da cheia de 2010. Eles contam que, por falta de opção, voltaram a viver em áreas de risco, próximas ao rio Una. "Quem é que quer morar em um lugar assim? Mas só dão R\$ 150, e qualquer casa que preste custa R\$ 350. Procure um local para só dormir na cidade e veja como está difícil", disse Edeilson Castanha, 20.

As famílias que conseguiram sair dos acampamentos e permanecer instaladas nas barracas, agora em terrenos particulares de familiares ou amigos, viram a degradação dessa morada se acelerar não apenas com as intempéries e com o transcorrer do tempo e do uso, mas devido às



Fotos 11 a 13: Aspectos externos e interior de barraca inserida em terreno particular, no qual havia uma moradia destruída pelas enchentes de 2010. Ali a barraca permaneceu após a extinção do acampamento. Porém, a permanência da família foi inviabilizada devido os danos provocados pela nova enchente, ocorrida em 2011 (Acervo: Neped, julho de 2011).

Além da busca de guarida na casa de parentes e amigos, o auxílio-aluguel só permitiu a tais famílias estabelecer-se em moradias visivelmente insalubres como ainda circunscritas a áreas igualmente suscetíveis àquelas em que estavam suas moradias e barracas destruídas. Dona Y, ex-acampada, está com os filhos pequenos moradia de dois cômodos num beco, convivendo com o esgoto a céu aberto e os furos no telhado de zinco, que deixam ensopar de água de chuva o colchão em que dorme com os filhos, numa moradia que guarda, nas paredes, as marcas de enchentes pretéritas (Fotos 14 e 15) e relata:

[As obras] tão atrasadas demais (...) pegamos dengue, tudinho, eu marido, as crianças, nessa cheia desse ano (2011). (...) Se enche aqui, a gente corre de novo (...) [aqui o que tem] foi doação. (...) Disseram que vão dar as coisas [mobiliário] quando mudar pras casas. (...) Esse aqui [o filho] começa logo a chorar quando dá a cheia, quer ir embora pra casa do pai dele, passar uma temporada lá, tem medo de ir pra escola, fica pensando logo que vai encher. (...) A gente já tá cansada de tá saindo pra outro canto, depois vem a água de noite (...) [os filhos] perdem muita aula, enche tudo lá no colégio e eles ficam um bocado de tempo sem ir.



Fotos 14 e 15: Na moradia alugada, família de ex-acampados convive com goteiras na casa cujas paredes denunciam a suscetibilidade espacial às enchentes (Acervo: Neped, julho de 2011).

Na vizinhança, a Dona Q., também ex-acampada, reside provisoriamente numa casa de onde lhe é possível ter a vista próxima da moradia destruída no desastre de 2010 (Foto 16). Conta ela:

A água veio e levou a casa, com as coisas, tudo dentro (...) caiu de noite, mas eu não tava (...). Se eu ganhasse a casa, era bom demais(...) tem vez que me deito na cama, chorando (...) a gente não dorme direito quando começa a chover, pensando na água que vai vem, uns dizem que vai vir mais do as águas de 2010 (...), dá aquela agonia, a pessoa não come, não dorme direito.



Foto 16: Permanecendo precariamente numa casa alugada num terreno suscetível, a ex-acampada tem como vista persistente o lugar onde estava sua antiga moradia, levada totalmente pelas águas (Acervo: Neped, julho de 2011).

Dona D., também ex-acampada, permanece circunscrita a uma área sujeita a inundações e enchentes. A mobília, que lhe permite retomar algumas das rotinas da vida privada, não proveio de iniciativa do poder público ou do benefício do auxílio-aluguel, entendido como suficiente para a reabilitação das famílias. Foi recuperada do lixo, do descarte de famílias mais abastadas, conta ela:

A gente saiu, comecei a tirá as coisas, a água encheu, ela caiu (...) se a gente tivesse lá, tinha ido junto (...) A gente sem pode fazer nada, [a casa indo] é uma dor muito grande. A cheia de 2011 já chegou até o terraço (...) quando começa a chover, o rio e logo ali, aqui fica tudo cheio dá água, é uma coisa rápida (...) quando começa a chover eu não durmo direito, eu não como direito, eu não faço comida pra ninguém dentro de casa, a gente fica só de alerta (...) a gente foi pegando as coisas [pelo lixo], quando jogava esses povos mais ou menos rico, né [que não reutilizam coisas sujas de lama], que não querem nada, fomos pegando eu e ela [a vizinha].

Os vizinhos dos entrevistados se aproximam e confirmam que aquele é um drama coletivo, levando em seguida os membros da equipe a adentrar nas casas para constatar a veracidade de seu relato, qual seja, o de que ali não é um lugar para se viver com dignidade.

"A minha casa... é só o terreno agora...eu tou morando, só Deus sabe!", suspira o sr. K., que complementa: "Tô morando de aluguel, não recebo nada (...) depois da cheia de 2010, e houve outra cheia [de 2011] aí que veio a decadência". Conta a vizinha, "pegou a beber"...

Conta o Sr. T.:

Foi muito aperreio, um desespero muito grande, a gente agoniado aqui, pra tirar as coisas (...) anunciando no rádio para gente sair daqui, vinha muita água (...) a água foi subindo (...) isso aqui [as bocas de lobo] tá tudo entupido (...) isso aqui ficou um desespero (...) ficamos esperando ajuda dos vizinhos, que tinham carro (...) dormimos, eu e minha esposa, no meio da rua (...) fui pega empréstimo, fiquei devendo empréstimo (...) ficamos no acampamento uns dois meses (...) as pessoas [que saíram do acampamento] tão tudo na casa de parente.

Reitera a Sra. U.:

Aqui a água chegou rápido, ficamos no abrigo, pois aqui ficou muito lama, fiquei sem nada dentro de casa. Nunca recebi nada [de auxílio], fui muito mal atendida (...) devia ter ido na Ouvidoria, mas acabou que não fui, desisti. Na cheia de 2000, abalou a estrutura da casa (...) depois de 8 anos, consegui arrumar e, aí, em 2010, levou tudo (...) não consegui ajeitar a minha casa (...) deram a feira por seis meses (...) ficar na casa de parente foi difícil (...) o dinheirinho que recebo não dava pra ajudar toda a gente lá.

E arremata a Sra. W.:

O que aconteceu foi que, na primeira cheia [2010], a água rachou a minha casa (...) aí a gente não pode ficar aqui, corremo pro posto do fiscal, fiquemo ali (...) peguemo dengue (...) a casa do irmão, da sobrinha, tudo caiu (...) meu irmão ficou, nora, sobrinhas, com a gente nas bacanas (...).

Nada parecem saber sobre seus direitos em relação às unidades habitacionais que estão sendo construídas no conjunto habitacional próximo à rodovia. Tudo o que desconfiam é que a sucessiva demora na construção e na entrega de tais unidades não é obra de um despreparo técnico nem falta de recursos financeiros, mas movida por uma apurada conta política que fará coincidir as promessas de habitação com o calendário eleitoral local.

3.1.1.4 Petrópolis/RJ: mecanismos de dissolução do grupo de desabrigados

Distante da capital Rio de Janeiro 44,3 quilômetros, Petrópolis localiza-se na microrregião Serrana. Com uma área de 795,798 km², o município possui uma densidade demográfica de 371,85 hab/km². Suas principais atividades econômicas são o turismo e o setor de serviços.

No ano de 1991, detinha 255.468 habitantes, dos quais 249.080 (97,5%) residiam na área urbana e 6.388 (2,5%) na área rural. Já no ano

2000, a população total aumentou para 286.537 habitantes, dos quais 270.671 (94,46% do total) residiam na área urbana e 15.866 (5,54% do total) na área rural (PNUD, 2000). No último censo do IBGE, realizado em 2010, a população total do município foi de 295.917 habitantes, dos quais 281.286 (95,05%) residiam na área urbana e 14.631 (4,95%) na área rural. Assim, a porcentagem de pessoas residentes na área urbana teve uma pequena diminuição, passando de 97,5% em 1991 para 95,05% em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 1991, era de 0,751, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,804. A dimensão que mais contribui para este crescimento foi a educação com 44,3%, seguida da renda (35,4%) e da longevidade (20,3%). Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini, passou de 0,56 (em 1991) para 0,58 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000).

O fator de ameaça que engendrou o desastre na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro foi a intensa precipitação pluviométrica no início do ano de 2011, com seu pico na madrugada de 12 de janeiro, suscitando inundações nas áreas ribeirinhas e deslizamentos de terra e rochas.

No Diário Oficial da União, as autoridades caracterizam o desastre ocorrido em Petrópolis como sendo uma situação de emergência decorrente de enxurradas (D.O.U., seção 1, n 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 2011, p.30). Da data do início dos escorregamentos e enchentes até a publicação no Diário Oficial da União transcorreu apenas 02 dias, célere para os padrões burocráticos brasileiros.

Valverde *et al* (2011: 2-3) assim relatam os processos ambientais que culminaram no desastre:

(...) poderemos resumir a cadeia de acontecimentos da seguinte forma:

1. Precipitações continuadas, entre o final de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, em grande parte da Região Serrana Fluminense, devido à expressiva ação da **Zona de Convergência do Atlântico SUL (ZCAS)**, condicionando grande umidade antecedente e fluidificação (Solifluxão) dos solos das montanhas.

2. Precipitações de magna cópia, na noite de 11 para 12 de janeiro de 2011, sobre a linha de cumeeada de parte da Serra do Taquaril, na divida de municípios Petrópolis-Teresópolis.
3. Início de movimentos de massa, na alta bacia (escorregamentos), intensamente conectados entre si, sob vigência de chuvas incessantes de alta cópia. Nesse momento, também eram atingidos Teresópolis e o Brejal.
4. Convergência de fluxos, com alta concentração de materiais fluidificados e grande viscosidade, provenientes dos escorregamentos e sobrecarregando linhas de vazão natural das encostas, que eram predominantemente cobertas por florestas artificiais, lavouras abandonadas e pastagens degradadas. Este fluxo altamente viscoso e de grande turbidez removeu notáveis volumes de solos, assim como a vegetação natural ou não, que não possui enraizamento profundo, nesta região.
5. A torrente/corrída de lama atingiu o Vale do Cuiabá, que representa uma caixa de sedimentação natural. Acompanhada de gigantesca quantidade de troncos, blocos de rocha e outros corpos removidos e transportados com notável facilidade, pelas suas propriedades viscosas, aduzindo-se de inúmeros fluxos, provenientes da borda da bacia ela chegou ao centro da várzea. Foi neste segmento que se concentrou a maior força destruidora, com a mais relevante velocidade, em todo o seu percurso. Decorreu disso a grande quantidade de vítimas fatais e os mais expressivos fenômenos de arrasto de construções e objetos.
6. O fluxo atingiu a média e baixa bacia do rio Santo Antônio, já mais diluído e com menor velocidade, mais com grande aporte de outros caudais, tributados por outras bacias colaterais, tais como o rio Jacó e outras linhas de drenagem locais. Neste trecho, predominou a cheia lateral do rio e a inundação dos bairros marginais.

Nesta época, a equipe do Neped visitou três abrigos no município de Petrópolis, mais especificamente no Vale do Cuiabá, distrito de Itaipava.

Na presente visita, seis meses após aqueles episódios, os abrigos não mais existem.

No abrigo então localizado nas instalações da Igreja Católica do Divino, conhecida como Capela do Divino, à época da primeira visita datada de janeiro de 2011, chamou atenção da equipe a presença de um voluntariado de diversas entidades, além de pessoas sem vínculo e um militar que estavam no local, vocalizando simultaneamente, para diferentes conjuntos de abrigados, regras de uso do espaço do abrigo, chamando-os para diferentes atividades; arbitrando sobre aquilo que seria melhor para o grupo. O assédio (e não o diálogo) era uma constante, confirmou uma liderança interna das famílias abrigadas, pois os abrigados se viam bastante constrangidos, sem privacidade, sem autonomia e sem possibilidades de não acatar o comando dos que diziam *vir para ajudar*. Quando retornamos em julho de 2011, o referido abrigo não estava mais em funcionamento, mas ali nos reunimos com a liderança anteriormente entrevistada que relatou o processo de desativação dos abrigos e transferências para outros locais.

Quando o estabelecimento religioso citado ainda servia como abrigo, a divisão espacial das famílias ocorria com a disposição dos bancos existentes e objetos afins, que, ao serem rearranjados, procuravam minimamente definir uma área para cada família repousar e guardar os seus pertences (Foto 1).



Foto 1: Divisão espacial das famílias a partir a disposição dos bancos da casa religiosa (Acervo Neped, jan. 2011).

Em julho de 2011, o estabelecimento religioso referido já havia retomado suas atividades originais (Foto 2):



Foto 2: Vista interna da Igreja do Divino (Acervo Neped, jul. 2011)

Na entrevista com a liderança comunitária deste abrigo, esta relatou que a desativação completa do abrigo só ocorreu depois que todos os que ali se encontravam foram contemplados pelo auxílio-aluguel. Porém, o processo de passagem da condição de desabrigados para o de aluguel social foi marcado pela pressão do ente público nos desabrigados, ou seja, todo um enredo foi criado pelo Estado para que houvesse a dissolução do grupo de desabrigados. Esse processo pode ser acompanhado no relato a seguir:

Veio um senhor aqui da Prefeitura e ele meio que foi usando de uma certa pressão mascarada, maquiada (...) prometendo algumas coisas para as pessoas. Aí esse senhor veio e falou: se vocês irem [para outro abrigo, em um espaço cedido pela Central dos Correios]...! Aí o pessoal foi lá, conheceu o local. Algumas pessoas gostaram e falaram: "vai ter tudo direitinho, vai ser separado, cada família vai tá em um local tal". Aí, eles foram lá no abrigo, conheceram e algumas pessoas gostaram. O cara [da prefeitura] falou: "oh, **vocês vão tá recebendo o aluguel social** [valor de 500 reais por mês, contrato de um ano] **dentro do abrigo, aí vocês pegam o dinheiro e vocês vão guardando.** Aí quando chegar lá no final do ano, quando a casa de vocês estiver pronta, aí vocês vão ter um dinheiro já guardado". Ele falou isso comigo

e passou isso para as pessoas também (...) Ele convenceu algumas pessoas a irem (...) **Logo em seguida que eles foram, começaram as reclamações.** Aqui dentro [do abrigo na Capela do Divino], a gente mantinha o controle, mas como a gente tinha recebido muita coisa a gente tava ajudando o pessoal de fora e deixava tudo à vontade para as pessoas. Comida, biscoito, tudo que fizesse era à vontade para as pessoas, para as pessoas se sentirem o máximo em casa. **Aí foram pra lá** [abrigo na Central dos Correios] **e tinha um outro tipo de organização, uma disciplina já. Horário pra tudo, se não chegasse em tal horário não podia entrar no abrigo, ficava pro lado de fora** (Relato da liderança comunitária do abrigo na Capela do Divino, Petrópolis, Distrito de Itaipava, jul. 2011).

O poder público municipal de Petrópolis também estava preocupado com o cálculo racional do número de desabrigados. A possibilidade de poder guardar o valor do aluguel social foi o argumento utilizado pelo ente público para estimular as pessoas a saírem do abrigo em que estavam, na Igreja do Divino, e se transferirem para outro (na Central dos Correios), no qual o ente público municipal pudesse exercer mecanismos de dissolução do grupo de desabrigados pautados na desassistência social gradual. Alguns dos mecanismos de dissolução utilizados foram: a entrada controlada de pessoas e de doações no abrigo; o oferecimento de refeições mal preparadas para os padrões das famílias; banheiros sem cuidados e a ameaça de corte do recebimento de aluguel social, caso continuassem no abrigo. O mesmo argumento utilizado para o grupo de afetados mudarem de abrigo foi acessado pelo ente público, mais tarde, para desocupá-lo. Conforme relato do líder da comunidade do Vale do Cuiabá:

É até uma questão de calar a boca, eles viam aqui [abrigo na Capela do Divino], tinham acesso direto, vinha qualquer um. **Lá no outro era diferente, tinha uma cancela, tinha guarda na frente.** Pegavam as doações [funcionários da prefeitura que trabalhavam no abrigo da Central dos Correios] e diziam que eles iam ver o que podia dar (...) Eles queriam tomar domínio de tudo. E são relatos deles, eu não vivi lá (...) **a comida começou a ficar ruim; o banheiro já começou a não ser tão limpo, porque quem fazia era os funcionários deles** [funcionários da Prefeitura]. **E as coisas**

começaram a piorar (...) uma pressão maior para as pessoas saírem. **Aí, as pessoas saírem de qualquer jeito.** As famílias com crianças foram pra quitinete. **As pessoas foram ficando desesperado e foram saindo** (...) E ainda **tinha essa pressão do aluguel social eles falavam** [funcionários da Prefeitura]: **"se não sair vai perder"**.

Tudo se passava como se a responsabilidade do ente público com as populações desabrigadas se restringisse ao oferecimento de aluguel social. A partir de então, quanto mais particularizada fosse a necessidade a atender, mais entendida seria essa carência como uma questão a ser resolvida pelo próprio indivíduo (YAZBEK, 1996). Neste sentido, passa a imperar a seguinte lógica: "qualquer atenção deve ser reduzida ao mínimo para não desestimular o indivíduo a trabalhar" (IDEM, p. 11).

O processo sociopolítico de abandono desenha-se, assim, quando a redefinição dos direitos constitucionais (direito ao abrigo, em condições dignas) subverte-se como carência negociável, dissolvendo o drama humano. Amparados e apoiados nas primeiras horas de seu infortúnio, os desabrigados veem seus direitos de reabilitação e recuperação serem deslegitimados com o passar do tempo, a cada demonstração de desprezo, de descaso, de falsas ilusões, na ausência de uma memória vívida da sociedade em torno daquele drama.

Há em curso, no município, um processo de negação/ocultação do desastre que, além de dissolver o grupo de afetados, reconstitui a paisagem (Foto 3) e nega as possíveis novas áreas de risco que se formaram. Neste processo de ocultação, as responsabilidades ficam diluídas e não bem definidas entre os atores da cena. Segundo depoimento da liderança comunitária do Vale do Cuiabá e de notícias da imprensa regional, em junho de 2011, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) ainda não havia definido quais áreas poderiam ser novamente ocupadas e quais deveriam ser interditadas e, ainda, o órgão corria o risco de ser denunciado à Justiça por omissão nesse caso, já que, diante da indefinição, várias famílias voltaram para suas casas:

Assim, tem um conflito muito grande com o INEA (...) as pessoas não sabem ainda se vão poder continuar ou não. Eles [INEA] falaram há uns 15 dias, mais ou menos, dando uma noção para o pessoal de onde poderia, onde não poderia [reconstruir, voltar a

ocupar]. **Mas, assim, não ficou nada claro ainda.** E tem gente morando dentro do rio praticamente. **A verdade é que muita gente não conseguiu receber o aluguel social, outras acharam que valia a pena voltar, porque também não viu posicionamento nem positivo nem negativo dessas pessoas** [funcionários do INEA] (...) **ficou na incerteza e as pessoas voltaram** (Relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá).

A CPI das Chuvas da Alerj vai convocar a **presidente do Instituto Estadual do Ambiente**, Marilene Ramos, para que o **Inea explique por que passados 162 dias da tragédia de janeiro no Vale do Cuiabá**, o Instituto ainda não determinou quais as áreas onde há risco iminente e as construções devem ser proibidas (...) a imprensa tem denunciado diariamente o retorno das famílias às casas em locais condenados. (DIÁRIO DE PETRÓPOLIS, 2011, s/n, grifo nosso).



Foto 3: A normalidade que se quer forjar e os grandes escorregamentos ainda com cicatrizes nos morros (Acervo Neped, jul. 2011).

Uma invenção técnica muito utilizada nestas situações de desastres é o **mapa de risco**. Na confecção de tal mapa, há um conflito entre a linguagem técnica e a leiga. Como coloca Martinez-Alier (2007): "nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração. Comprovamos (...) que todos esses discursos são linguagens socialmente válidas". Contudo, continua o autor, alertando: "Quem possui o poder político para simplificar a complexidade e sacrificar certos interesses e valores sociais impondo um único discurso de valoração a despeito dos demais?" Ou seja, é preciso atentar-se para quais interesses e valores sociais têm se sobressaído aos demais na feitura do mapa de risco, pois quando não utilizado na interface com as várias ciências e

a população afetada, o mapa vem dotar os órgãos estatais de novos argumentos para reforçar sua performatividade na expulsão dos que se territorializam "fora da ordem". Porém, no caso da feitura do mapa de risco no Vale do Cuiabá, a suspeita que paira sobre os desabrigados é que tal mapa não é divulgado pelo Inea porque nele devem constar áreas onde estão localizadas casas – já reformadas – de pessoas com um padrão construtivo razoável e, outras, com um alto poder aquisitivo (Fotos 4 e 5). Assim como relatou um dos desabrigados:

(...) há uma diferença muito grande de você chegar num lugar que só tem pobre e tirar. Ai, por exemplo, você vai tirar as casas dos pobres dali e tem uma mansão bonita ali também. Como vai tirar a casa daquele cara dali?"



Foto 4: Moradia no Vale do Cuiabá, a qual se apresenta bons padrões construtivos e recém reformada (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 5: Outra edificação de alto padrão construtivo, recém reformada, em meio ao cenário de desastre (Acervo Neped, jul. 2011).

O Vale do Cuiabá é uma localidade marcada pela diferença social. Ao lado de grandes haras e casas de veraneio estão casas humildes onde residem os que estão ali para servir os mais abastados. Comum, no local, são placas alertando para o cuidado com os cavalos que poderão estar em trânsito (Foto 6). Por isso, quando do acontecimento da tragédia, muitos foram os corpos de cavalos encontrados entre os destroços, devido a mais de um haras destruído na localidade (Foto 7).



Foto 6: Placa de alerta com os cavalos de corrida em trânsito, comum na localidade (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 7: Haras destruído (Acervo Neped, jul. 2011).

A indefinição em relação ao mapeamento das áreas atingidas na catástrofe também paira sobre os projetos de reconstrução das moradias definitivas para os desabrigados. Segundo relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá, não há um projeto de reconstrução, nem áreas definidas para determinado fim. Há, sim, diferentes falas que orbitam entre as responsabilidades do Estado e os compromissos assumidos por entes privados do Vale do Cuiabá na época da tragédia:

Aqui no Cuiabá tem um plano [reconstrução] meio que estabelecido. Aqui com os *capos* e no caso **eles se comprometeram a construir 60 casas** [Mas, isso já começou?]. Não, não começou ainda não. **E a prefeitura também prometeu mais 60**, mais 40 lá em cima. Mas, não começou ainda não. **Acho que a previsão nacional disso aí é só outubro pra começar** (Relato de um ex-desabrigado da Capela do Divino).

(...) a gente tem participado das assembleias, das reuniões e é sempre a mesma conversa. Então, tipo assim, (...) falaram sobre os terrenos, **tem um terreno aqui que a Firjan** [Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro] **assumiu que vai construir sessenta e poucas casas**. Tem um outro terreno aqui embaixo que eles falaram que vão construir também. Mas, tipo assim, **tudo falado. Aí são todas falas**. Tipo assim, quando (...) eu pergunto [para o Secretário de Obras do município]: **quando vai começar as obras das casas?** Aí fala assim: "final de **junho**". Aí chegamos lá na outra reunião, na outra assembleia, aí já era audiência pública, aí ele [o Secretário de Obras do município] pegou e falou: "final de **agosto**". Agora, essa semana (...) o vice-governador falou que vai começar em **outubro**. (Relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá).

O atraso na apresentação de um projeto para a reconstrução e a proximidade das eleições municipais faz que os desabrigados desconfiem de uma ligação entre estes dois fatos, supondo, assim, que a construção das novas casas seja utilizada como plataforma de governo para angariar votos, conforme podemos observar no relato a seguir:

Tá meio que empurrando as coisas. Aí eu não sei se é porque é ano eleitoral no ano que vem, sabe?! Parece que ta querendo usar isso meio como uma forma de tentar se reeleger. A gente ouviu muito isso: **as coisas para Petrópolis**, dinheiro essas coisas todas, **são mais fáceis** (isso da boca do prefeito) **porque a gente tem uma ligação direta com a presidente...**coisa e tal... que é do mesmo partido. **O meu receio é esse que começa querer falar** [atual prefeito de Petrópolis]: "**se eu sair o próximo que entrar**

talvez não tenha essa ligação". Quer dizer, se já ta difícil assim com essa ligação, imagine sem essa ligação (Relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá).

Apesar dos vários mecanismos utilizados pelo ente público municipal de dissolver o grupo de desabrigados e, assim, dissipar sua luta, os atingidos nos desastres do distrito de Itaipava criaram um movimento denominado: Movimentos das Vítimas da Catástrofe de Itaipava. Porém, uma das lideranças diz que a participação das pessoas não é intensa e isto o tem desapontado. Segundo seu relato, os mecanismos do Estado, principalmente o aluguel social, têm se mostrado eficientes no que diz respeito ao minar a luta dos desabrigados:

O que a gente tem feito é reunir as comunidades: aqui o Cuiabá, Boa esperança, Maria Machado e no Gentil. Só que não é toda gente que vai: só vai eu, só algumas pessoas, não são todos. Aqui dentro a gente fundou uma Associação, mas, depois, meio que a gente formou um movimento, com as outras comunidades, que se chama **Movimento das Vítimas da Catástrofe de Itaipava**. Mas, assim, nem todas as pessoas tem esse acesso, porque pararam também. **As pessoas pararam no aluguel social (...)** O que me arreventa é o que? Saber que talvez eu esteja fazendo uma coisa que parece que sozinho, não tem muito o apoio das pessoas (...) mas a gente começa a perceber que as pessoas só estão pensando em si que as pessoas não estão pensando no coletivo (Relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá).

Por fim, o desastre no Vale do Cuiabá é a constatação do descompasso estrutural entre os direitos da pessoa humana e a vontade política e social de efetivamente garanti-los. O viés de classe que identifica os grupos sistematicamente afetados nos desastres no Brasil evidencia desigualdades e injustiças mal-equacionadas que, por seu turno, se replicam na (má) qualidade das ações de reabilitação colocadas em curso no pós-impacto. Não é, pois, surpreendente que práticas do ente público perante grupos desabrigados e desalojados sejam consideradas ruins desde quando o tratamento precedente a eles conferido pelo Estado já o era (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2011). O relato a seguir demonstra

como a localidade não foi planejada para o grupo mais fortemente afetado na tragédia:

Há uma desilusão sim, porque, tipo, mas não em mim, porque a gente se sente meio que fora dessa coisa. **A gente ta desiludido em tudo:** a gente não consegue pegar um ônibus mais em paz, **tudo tem que gerar uma luta.** Pra você poder pegar um ônibus é uma luta, você tem que esperar muito tempo. Então, tudo nessa cidade ta meio que (...) você vai ao mercado e encontra preços absurdos (...) coisa de primeiro mundo, de Suécia. Tudo isso influencia, **porque a gente percebe que nada aqui é feito pra gente (...) pras pessoas.** Só para os outros [ricos que passam férias na localidade] (Relato da liderança comunitária do Vale do Cuiabá).

3.1.1.5 União dos Palmares/AL: a lógica do "deixa-morrer" no acampamento Laginha

Distante 80 quilômetros da capital, Maceió, União dos Palmares localiza-se ao leste do Estado de Alagoas, na microrregião Serrana dos Quilombos. O município foi criado em 1831 e seus limites são dados pelas seguintes cidades: Santana do Mundaú, São José da Laje, Ibateguara, Branquinha e Joaquim Gomes. O município é banhado pelo rio Mundaú (UNIÃO DOS PALMARES, 2011).

Com uma área de 420,658 km², o município possui uma densidade demográfica de 148,24hab/km². No ano de 1991, detinha 57.425 habitantes, dos quais 34.040 (59,28%) residiam na área urbana e 23.385 (40,72%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 58.620, um crescimento populacional verificado na área urbana, que passou a ter 37.869 (64,6% do total) enquanto a população na área rural diminuiu para 20.751 (35,4% do total) (PNUD, 2000). No último censo do IBGE, realizado em 2010, a população total do município foi de 62.358 habitantes, dos quais 47.651 (76,41%) residiam na área urbana e 14.707 (23,59%) na área rural. Assim, a porcentagem de pessoas residentes na área urbana cresceu, passando de 59,28%, em 1991, para 76,41% em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de União dos Palmares, no ano de 1991, era de 0,506, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,600. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação com 52,7%, seguida da longevidade (34,5%) e da renda (12,8%). Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini passou de 0,54 (em 1991) para 0,57 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda aumentou no município (Pnud, 2000) apesar do aumento do IDH-M.

União dos Palmares tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, destacando-se como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar de Alagoas. Destaca-se, ainda, como um dos maiores produtores de banana do estado, possuindo usina de açúcar e álcool, indústria de laticínios e plásticos, de cerâmicas em barro (olaria), piscicultura, suinocultura, avicultura (esta com as instalações mais modernas do país "Granja Carnaúba"). Há uma feira livre realizada no município – cinco vezes por semana, sendo a de sábado a principal – que emprega grande parte da população, além do comércio de confecções, calçados, móveis etc (UNIÃO DOS PALMARES, 2011).

Em junho de 2010, dos 19 municípios alagoanos afetados durante as enchentes do rio Mundaú 15 decretaram estado de calamidade pública e 4 situação de emergência. No Diário Oficial da União, as autoridades descrevem o desastre ocorrido em União dos Palmares como estado de calamidade pública relacionado a enxurradas ou inundações bruscas (DOU, Seção 1, n. 120, sexta-feira, 25 de junho de 2010, p. 63). Desde a data do decreto estadual, 20 de junho de 2010 (não houve decreto municipal), até a publicação da portaria de reconhecimento do desastre, em 25 de junho de 2010, passaram-se cinco dias. Essa ligeireza nos padrões comunicativos entre os níveis de governo esboroa-se diante do que foi feito pelo poder público, desde então, em prol da plena recuperação dos afetados, em especial, dos desabrigados.

Em todo o estado, o total de pessoas que ficaram desabrigadas ou desalojadas foi de 69.679 (vide figura 1).

Figura 1 – Cidades atingidas no Estado de Alagoas.

CIDADES ATINGIDAS

TOTAL DE DESABRIGADOS E DESALOJADOS EM ALAGOAS: 69.679
TOTAL DE REPASSE FINANCEIRO AOS MUNICÍPIO: R\$ 10.000.000,00

	CIDADE	PREFEITO	POPULAÇÃO	DESABRIGADOS E DESALOJADOS		REPASSE FINANCEIRO (R\$)
				QUANTIDADE	%POPULAÇÃO	
GRUPO 1	Branquinha	Renata Moraes	12.215	4.200	34,4%	900.000,00
	Murici	Remi Calheiros	26.918	15.000	55,7%	850.000,00
	Quebrangulo	Marcelo lima	11.566	4.800	41,5%	900.000,00
	Rio Largo	Antônio Lins	67.797	6.000	8,8%	850.000,00
	Santana do Mundaú	Eloi da Silva	12.039	4.250	35,3%	800.000,00
	União dos Palmares	Areski Freitas Júnior	62.727	11.000	17,5%	850.000,00
GRUPO 2	Atalaia	Francisco Albuquerque	53.023	4.600	8,7%	510.000,00
	Cajueiro	Antonio Palmery Neto	20.825	734	3,5%	510.000,00
	Capela	João de Paula Gomes	17.366	400	2,3%	510.000,00
	Ibateguara	Eudócia Caldas	15.863	175	1,1%	120.000,00
	Jacuipe	Amaro Jorge da Silva	7.045	2.050	29,1%	340.000,00
	Joaquim Gomes	Benedito Santos	22.436	950	4,2%	340.000,00
	Jundiá	Beroaldo Rufino	4.698	235	5%	120.000,00
	Matriz do Camaragibe	Josedalva Lima	25.493	3.698	14,5%	120.000,00
	Paulo Jacinto	Marcos Lisboa	7.772	1.300	16,7%	510.000,00
	São José da Laje	Márcio Lyra	23.112	5.366	23,2%	800.000,00
	São Luiz do Quitunde	Cícero Cavalcante	32.871	2.060	6,3%	120.000,00
	Satuba	Cícero Ferreira	14.779	1.105	7,5%	340.000,00
	Viçosa	Flaubert Torres Filho	26.830	1.756	6,5%	510.000,00

Fonte: Alagoas (2010, p. 3)

Diante desse desastre, as diferentes frações do Estado desencadearam um conjunto de medidas no intuito de tentar gerenciar o cenário de crise. Entre essas medidas, tem-se a técnica para gerenciar calamidades, intitulada como Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. Se as classificações procuram enquadrar o cenário de crise dentro de uma determinada perspectiva para gerenciá-lo, esse mecanismo sutil permitirá, conjuntamente, criar instrumentos para fazer crescer as forças do Estado (cf. FOUCAULT, 2008) e impedir ou reprimir "delinquências" e eventuais ações tidas como ameaçantes à segurança pública (MARCHEZINI, 2011). Conforme informações do Portal GazetaWeb, de 21 de junho de 2010, foram enviados para os locais afetados, dentre estes o município de União dos Palmares, militares do Corpo de Bombeiros e soldados do Exército. Membros do Bope também foram acionados "para intervir em caso de qualquer tumulto" (LOPES; MELO, 2010).

O gerenciamento deste cenário de crise também demandou que o governo do estado criasse uma coordenação para gerir o Programa da Reconstrução dos Atingidos pelas Enchentes. Segundo informações desse programa (ALAGOAS, 2010), União dos Palmares teve 11.000 (17,5%) dos seus 62.727 habitantes na condição de desabrigados ou de desalojados. No total, foram 17.938 unidades habitacionais destruídas, danificadas ou em áreas de risco no Estado (vide figura 2).

Figura 2 – Diagnóstico das casas destruídas, danificadas e em área de risco (19 municípios AADAN)

Municípios	Quantidade UH - ATUAL
União dos Palmares	5.001
Rio Largo	2.994
Murici	2.328
Santana do Mundaú	1.261
Branquinha	1.089
Atalaia	1.020
São José da Laje	1.011
Quebrangulo	760
Paulo Jacinto	642
Viçosa	430
Cajueiro	364
Joaquim Gomes	315
Ibateguara	31
Jacuípe	288
Capela	273
Jundiá	150
São Luiz do Quitunde	100
Satuba	80
Matriz do Camaragibe	1
TOTAL DE UHs	17.938

Fonte: Alagoas (2010, s/n)

Diante dessa situação de crise, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades) identificou a necessidade de 643 barracas, no município de União dos Palmares, como forma de prover abrigo provisório.

Oitenta barracas foram enviadas pela Defesa Civil e 63 pela ONG Shelter Box, totalizando 143 barracas. Ou seja, somente 22,24% da demanda foi suprida (vide figura 3). Diferentemente de outros municípios brasileiros que costumam utilizar-se de instalações fixas – tais como escolas públicas, instalações de estabelecimentos religiosos, ginásios etc – para organização de abrigos provisórios, União dos Palmares organizou-os em instalações móveis, ou seja, optou pela criação de acampamentos com as barracas doadas.

Figura 3 – Instalação de barracas nos municípios alagoanos

MUNICÍPIO	NECESSIDADE IDENTIFICADA PELAS SEADES	DEMANDA DOS PREFEITOS	BARRACAS ENVIADAS PELA DC	BARRACAS INSTALADAS		OCUPADAS	*
				SAMSUY	SHELTER BOX		
Atalaia	0	0	0				-
Branquinha	835	200	0		17		0%
Cajueiro	30	30	30				0%
Capela	0	40	40				0%
Ibateguara	0	0	0				-
Jacuípe	33	28	0				0%
Joaquim Gomes	50	50	0				0%
Jundiá	27	27	0				0%
Matriz do Camaragibe	0	0	0				-
Murici	423	481	230	82		34	7%
Paulo Jacinto	0	0	0				-
Quebrangulo	100	60	60				0%
Rio Largo	329	279	121	83			0%
Santana do Mundaú	669	595	0				0%
São José da Laje	352	120	0				0%
São Luiz do Quitunde	0	0	0				-
Satuba	0	0	0		63		-
União dos Palmares	643	643	80				0%
Víçosa	38	80	80				0%
TOTALS	3529	2633	641	165	80	34	1%
				245			

Fonte: Alagoas (2010, p. 11)

Em meados de julho de 2011, nossa visita concentrou-se em um dos acampamentos do município, montado à beira da rodovia BR-104 (foto 1), conhecido como Acampamento da Laginha.

Estruturado com barracas cedidas pelo órgão estadual de defesa civil (foto 2), o acampamento Laginha, contam os acampados, ficou um tempo sem ser utilizado. Diante da indefinição das instituições responsáveis, os desabrigados das enchentes relataram que tomaram, eles próprios,

a iniciativa de ocupar o local em dezembro de 2010³. A partir disso, essas instituições instalaram os postes de energia elétrica, mas outras infraestruturas essenciais não foram providenciadas. A não implementação dessas ações prioritárias persistia mesmo após um ano do evento que desencadeou o desastre, e vai se constituindo como fator catalisador do tempo social de abandono das 65 famílias⁴ que vivem no acampamento.



Foto 1: Acampamento montado em terreno às margens da rodovia BR 104 (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 2: Barracas cedidas pelo órgão estadual de defesa civil (Acervo Neped, jul. 2011).

Com a saída do território da casa, a primeira desterritorialização que as famílias/grupos domésticos afetados nos desastres sofrem se refere ao reordenamento no espaço social. Se, como afirma Bourdieu (2001), não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar que assume por meio de suas propriedades, a primeira descaracterização que o agente perde se traduz na passagem para a condição de "desabrigado",

3 No período de junho a dezembro de 2010, antes da ocupação do acampamento com barracas cedidas pela defesa civil, os desabrigados informaram que estavam em outro terreno em barracas construídas com lona.

4 Informação fornecida pelos abrigados. O total de pessoas acampadas seria aproximadamente duzentas.

a qual sinaliza a sua destituição: perdeu o seu acesso à cidade por meio do acesso à moradia e à terra (cf. CARDOSO, 2006), está agora num acampamento distante, em uma barraca e uma terra que não são suas; tem sua ausência de laços exposta, por não poder morar provisoriamente em casas de parentes ou amigos; e, por fim, sua destituição material é reafirmada, porque não detém recursos financeiros para prover outro lugar que não seja um acampamento organizado pelo Estado. No espaço social, não são mais classificados como "moradores", não são mais considerados como "cidadãos", constituindo-se como os "pobres sem moradia", como "sem-teto" (MARCHEZINI, 2010).

O abrigo temporário pode ser um território forjado que reafirma a destituição e desfiliação social. Partindo das considerações de Siena (2009), de que um abrigo pode ser considerado como um prolongamento do desastre, o modo como este será organizado poderá ser um fator a contribuir para *como* será prolongado esse desastre, que pode vir a se tornar uma catástrofe, ou seja, um desastre acentuado. E foi isto o encontrado no acampamento em União dos Palmares, dada a extrema precariedade das condições de vida e a multiplicidade de dimensões do abandono encontradas. Tais dimensões do abandono adquirem um viés espacial, uma vez que o acampamento está longe de tudo e de todos que compõem a vida social urbana e o conjunto de serviços e direitos aos quais o cidadão deveria ter direito – acesso a postos de saúde, a escolas, a lazer etc. Mas o processo de abandono decorrente dessa territorialidade alternativa apresenta outras dimensões de afetação objetivas e simbólicas, a saber:

- insalubridade diante dos rigores do clima (calor, frio, chuva);



Foto 3: Barraca adaptada no acampamento de União dos Palmares/AL. Devido às variações de temperatura apresentadas na região, algumas famílias desenvolveram

estratégias para minimizar o sofrimento de suas crianças às altas temperaturas no interior da barraca, através, por exemplo, da construção de uma estrutura de madeira e telhado com palha. Mas a estrutura do acampamento está suscetível também às tempestades de inverno na região. (Acervo Neped, jul. 2011)

“É **muito quente** [nas barracas]. Tem uns morador que pega os colchão de dentro da barraca e leva as crianças [durante o dia] e fica ali de baixo[da árvore] até quando dá cinco horas, daí vem pra casa e traz as coisas. [Quando é] **Oito horas do dia [da manhã] ninguém consegue ficar dentro das barracas.** Ninguém aguenta não (Relato de abrigado).

À noite, ela é fria... Durante o dia, ela fica suando. De dia é quente, à noite é úmida. Ela não ventila. Entra muita mosca, muriçoca. (Relato de abrigado)



Foto 4: Barracas vizinhas sob o chão de terra. A proximidade entre as barracas compromete a circulação de ar no acampamento. (Acervo Neped, jul.2011).

- falta de serviços básicos no local, como sanitários apropriados;



Foto 5: Sanitários improvisados. Em meio ao mato alto, banheiros estruturados sobre o chão de terra e sem iluminação adequada para seu uso nos períodos noturno oferecem riscos à violência e abuso contra mulheres e crianças (Acervo Neped, jul. 2011)

Prá começa, eu nem vô [no banheiro à noite]. Porque cada um tem sua vasilhinha pra fazê o serviço dentro de casa e joga fora. De dia a gente usa [o sanitário]. (Relato de abrigada)



Foto 6: Ausência de condições sanitárias e disposição inadequada de resíduos sólidos. Próximo às instalações dos sanitários, esgoto corre a céu aberto, revelando a falta de serviços básicos no acampamento e os riscos à saúde daí decorrentes (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 7: Longa espera pelos sanitários prometidos. Em reforma durante um grande período, os novos sanitários ainda não podem ser usados pelas famílias abrigadas no acampamento. (Acervo Neped, jul. 2011).

- exposição pública da pessoa levada ao extremo (banho tomado com roupa; homens, mulheres e crianças banham-se no mesmo espaço, sem divisórias)



Foto 8: Serviços básicos no acampamento da Laginha. À esquerda, quatro caixas de água armazenam água a ser utilizada no acampamento. No centro da foto, instalação construída para execução dos serviços de lavagem de roupa, lavagem de utensílios de cozinha e para tomar banho sem quaisquer divisórias que garantissem o mínimo de privacidade às mulheres, crianças, adolescentes e homens. Tomar banho com roupa era uma estratégia para minimizar a exposição pública extrema do corpo ao olhar do outro. (Acervo Neped, jul. 2011)



Foto 9: Lava-tudo. Em detalhe, área destinada para todos os abrigados lavarem suas roupas, utensílios domésticos e realizarem sua higienização corporal. (Acervo Neped, jul. 2011).

Coisa de banho...é horrível lá atrás. Pra começar, mulé, toma banho assim...tudo junto. Homem, mulher e criança, tudo junto. É pia de um lado e do outro lado é pia também. Lava roupa, lava prato, toma banho. Tudo no mesmo local. Toma banho de roupa minha "fia" [filha]. E depois quando chega no barraco, troca de roupa e volta lá pra lava a roupa...é assim (relato de abrigada).

- problemas de saúde e falta de assistência médica no local;

Tem muita gente que tem dor de cabeça, virose, dor de barriga. Mas

eu acho que todo esses problemas de saúde que a gente tem é por causa daquele banheiro ali (relato de abrigada).

- desassistência social paulatina;

Ganhou muita coisa que veio de distante. Roupa, calçado. Aí depois foi diminuindo, diminuindo até que colocaram a cozinha. **Ai depois que colocaram a cozinha, ai não deram mais nada** [cestas básicas]. (relato de abrigada).

Umas [mulheres] têm como fazê alguma coisa [comida] dentro da barraca, outras não [pois não tem fogão]. **Eles não dão coisas pra eu cozinhar, eu é que tenho que arruma.** (relato de abrigada, acervo Neped, jul. 2011; grifo nosso).

Seis horas estão entregando o café. Onze e meia é o almoço. Cinco e meia é o café da noite que eles entregam. Todos nós aqui tem a fichinha [de controle de retirada das alimentações] (relato de abrigada).

- Insegurança física;

Não durmo direito não. Tenho medo que rasguem a barraca e roubem alguma coisa (relato de abrigada).

Tem problema com droga sim, bastante..(voz baixa). Já teve confusão por causa disso. (...) tem um vigia durante o dia e outro à noite. De vez em quando a polícia vem aqui (relato de abrigada).

- Falta de informação sobre o programa de reconstrução;

Não falaram nada para gente. A gente fica em dúvida quando é que a gente vai sair daqui (relato de abrigada).

A gente está perdido, a gente está à toa, sem informação nenhuma para onde vai. A gente tá aqui abandonado. O Prefeito não veio nenhuma vez aqui. Não veio aqui saber como as pessoas aqui tá como é que num tá. Não veio passar uma hora aqui dentro da barraca pra ver como é que é (relato de abrigada).

Diante da ausência de informações a respeito do programa da reconstrução, os abrigados organizaram manifestações de cobrança de ações por melhores condições de vida nos acampamentos, bem como sobre um posicionamento do governo municipal a respeito da reconstrução das casas. Assim, o grupo interrompeu o fluxo de veículos na rodovia BR-104, ao lado do acampamento.

Passado algum tempo, o drama social torna-se invisível novamente e as novas manifestações ou expressões de luta organizada são a forma de romper o abandono e o silêncio. Conforme o depoimento de uma abrigada no acampamento da Laginha: "A maioria do povo está falando de fechar a pista [rodovia BR-104] de novo⁵. Se eles [governo municipal] não fala nada [sobre a reconstrução] a gente vai fechar a pista. Não fala nada, não vem olha como a gente tá". Uma fala coletiva dos acampados é a que considera que as novas casas serão usadas como estratégia política para as eleições municipais de 2012; daí, o motivo do atraso no programa da reconstrução:

Tem um ano e um mês [do desastre] já. Só promessa, promessa e nada. A promessa é de que entreguem mil casas em dezembro [2011].

Mas eu acho que a gente vai ficar mais um ano porque vão usar a política para entregar essas casas (relata de abrigada).

No tempo transcorrido entre o evento desencadeador do desastre e a situação de penúria vivida nos acampamentos, pode-se identificar um processo semelhante ao que Foucault (1999) denomina como fazer viver e deixar morrer. O fazer viver é expresso nas ações de socorro e resgate por parte do Corpo de Bombeiros, das Forças Armadas, e pela assistência social mínima no provimento de refeições no acampamento. Já o deixar morrer é algo que pode acontecer de forma indireta, como exemplo "o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc." (FOUCAULT, 2002, p. 306). Uma forma de deixar morrer é quando a situação provisória de ocupar acampamentos, casa de parentes ou moradias alugadas torna-se permanente (SIENA, 2010) e isto deflagra, como consequência, a volta das famílias às mesmas áreas de risco das quais foram retiradas ou a novas áreas de risco ou áreas de morte política, como os acampamentos.

⁵ A primeira manifestação com o fechamento da BR-104 foi realizada após a queda de um galpão no acampamento.

As condições que se apresentam no acampamento em União dos Palmares exemplificam o deixar morrer aludido por Foucault à medida que as pessoas são deixadas à míngua, até que a ameaça à sua vida física se concretize em morte. Ou conforme Arendt (2010a), não existindo nenhuma sociedade que se espante diante do drama e lute pela humanidade alheia.

Conforme o depoimento de uma abrigada:

A gente se sente totalmente abandonado pela sociedade. Estamos assim como um animal. **A gente está sem resposta nenhuma.** Porque minha filha tá recém-nascida e não aguenta o verão aqui. De maneira alguma eu tenho condições de alugar uma casa (relato de abrigada).

3.1.1.6 Teresópolis/RJ: discursos da calamidade versus discursos da normalidade

Distante da capital Rio de Janeiro 59,9 quilômetros, Teresópolis localiza-se na microrregião Serrana. Com uma área de 770,601 km², o município possui uma densidade demográfica de 212,49 hab/km². No ano de 1991, detinha 120.709 habitantes, dos quais 101.219 (83,85%) residiam na área urbana e 19.490 (16,15%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 138.081 habitantes, dos quais 115.198 (83,42% do total) residiam na área urbana e 22.883 (16,58% do total) na área rural (Pnud, 2000). No último censo do IBGE, realizado em 2010, a população total do município foi de 163.746 habitantes, dos quais 146.207 (89,28%) residiam na área urbana e 17.539 (10,72%) na área rural. Assim, a porcentagem de pessoas residentes na área urbana cresceu, passando de 83,85%, em 1991, para 89,28% em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 1991, era de 0,700, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,790. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a longevidade com 37,8%, seguida da educação (34,4%) e da renda (27,8%). Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini passou de 0,60 (em 1991) para 0,58 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda diminuiu no município (Pnud, 2000). Teresópolis tem como principais atividades econômicas o turismo, a

indústria, o comércio e a agricultura (TERESÓPOLIS, 2011).

O fator de ameaça que engendrou o desastre na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro foi a intensa precipitação pluviométrica no início do ano de 2011, com seu pico na madrugada de 12 de janeiro, suscitando inundações nas áreas ribeirinhas e deslizamentos de terra e rochas.

No Diário Oficial da União, as autoridades caracterizam o desastre ocorrido em Teresópolis como sendo estado de calamidade pública decorrente de enxurradas (DOU, Seção 1, nº 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 2011, p. 30). Da publicação do decreto municipal, em 12 de janeiro de 2011, até a portaria de reconhecimento da Sedec/MI, em 14 de janeiro de 2011, transcorreram apenas dois dias. Essa relativa eficiência de comunicação entre os três níveis de poder (municipal, estadual e federal) aliou-se, num primeiro momento, ao esforço de diferentes atores públicos para lograr a adoção de providências recuperativas imediatas fazendo que estas, em termos dos gastos realizados e dos trâmites burocráticos, estivessem dentro da mais inquestionável eficiência e lisura da máquina pública. Logo após os episódios de escorregamentos e enxurradas, o Tribunal de Contas da União anunciou à Secretaria Nacional de Defesa Civil que iria monitorar o uso das verbas federais repassadas (Figura 1). Adicionalmente, no início do mês de fevereiro de 2011, foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro um curso de capacitação dos referidos atores a fim de que fossem observados os cuidados no uso dos recursos públicos.



Figura 1: Notícia do sítio da Secretaria Nacional de Defesa Civil informa as ações do

TCU no caso dos desastres na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Em visita técnica do Neped, realizada em janeiro de 2011, o centro de Teresópolis bem como suas atividades comerciais não aparentavam estar vivenciando uma situação de calamidade pública. Exceção a esta paisagem de cidade turística era a entrada das instalações do Centro de Informações Turísticas que, na ocasião, funcionava como Ouvidoria do município e também o Cadastro de Desaparecidos, repleta de cartazes em sua fachada referente aos desaparecidos no desastre⁶. Segundo última atualização dos dados, presente no site da Prefeitura Municipal (atualização de 25 de janeiro de 2011), o número de desaparecidos era de 299. Diante deste drama público, emissoras de TV faziam reportagens no local e entrevistavam pessoas que procuravam amigos e familiares entre os desaparecidos (Foto 1).



Foto 1: Central de cadastro de desaparecidos, organizado pela FIA Fundação para Infância e Adolescência) e localizado no Centro de Informações Turísticas do município (Acervo Neped, jan. 2011).

Já em visita técnica do Neped em julho de 2011, o Centro de Informações Turísticas de Teresópolis havia retomado suas atividades originais. Tanto a Ouvidoria como a Central de Desaparecidos não funcionavam mais no local e os cartazes de desaparecidos que cobriam a fachada não faziam mais parte da paisagem, tal como a presença da imprensa (Foto 2).

⁶ Devido ao grande número de desaparecidos no desastre, tal cadastro estava sendo feito com o apoio de funcionários do SOS Crianças Desaparecidas, da Fundação para Infância e Adolescência/FIA da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.



Foto 2: Antiga central de cadastro de desaparecidos volta às suas funções originais de Centro de Informações Turísticas (Acervo Neped, jul. 2011).

Segundo o depoimento de um funcionário público municipal, o desastre em Teresópolis foi se tornando paulatinamente *velado*, como se tudo o mais tivesse voltado à sua situação "normal", ou melhor, anterior ao evento desencadeador do desastre. Contudo, o número de desaparecidos continua grande, maior que a estatística oficial, mesmo não funcionando mais uma central de desaparecidos na localidade.

Há, desta forma, um jogo de representações que orbita entre os discursos de normalidade e os discursos de calamidade, posto que o imaginário de normalidade interessa à principal atividade econômica local, que é o turismo. Para este setor, é imprescindível que a cidade se mostre como recuperada, pouco afetada, de volta à normalidade. Assim, os discursos da normalidade, tanto da parte do ente público municipal como de parte dos agentes sociais que vivem atrelados às atividades turísticas (setor hoteleiro, setor de comércio e serviços, toda uma rede formal e informal que se alimenta do fluxo de turistas), contrapõem-se aos discursos de calamidade que não ganham expressão como realidade presente ao longo do tempo. Conforme Bourdieu (2004), a realidade é fruto de uma disputa entre os agentes sociais que lutam "pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social" (BOURDIEU, 2004, p.146). Desse modo, tais agentes em disputa – com diferentes tipos e volumes de capitais (econômico, cultural, social etc.) – passam a constituir campos, dentre os quais, para os limites deste trabalho, destacaremos o campo de produção simbólica, definido como "um microcosmos da luta simbólica entre as classes".

Bourdieu (2004) elaborou o conceito de poder simbólico para se referir a esse poder de constituir o dado pela enunciação, como um poder capaz de fazer ver e fazer crer, destinado a confirmar ou transformar a visão de mundo e, conseqüentemente, a ação sobre este mundo e o próprio mundo. Todavia, pelo fato de ser ignorado como arbitrário, esse "poder simbólico é [...] poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 2004, p. 7-8).

Sendo assim, os discursos de calamidade só puderam ser identificados a partir do cruzamento de informações da pesquisa documental e da pesquisa de campo, de base qualitativa, em locais anteriormente visitados pelo Neped. Embora o centro da cidade de Teresópolis estivesse em pleno funcionamento (Foto 3), em visita a distritos e alguns bairros do município, pôde-se verificar diferentes estágios de recuperação das áreas afetadas, ou seja, os discursos de normalidade eram difíceis de serem forjados. No distrito de Vieira, as marcas da destruição eram visíveis no final de janeiro de 2011 (Foto 4) e ainda persistem em alguns locais. Por exemplo, o posto de saúde destruído encontra-se em reforma, tendo suas funções improvisadas em dois ônibus em frente à um estabelecimento religioso, recém-reformado após servir como centro de arrecadação de doações (Fotos 5, 6 e 7).



Foto 3: Região central do município de Teresópolis (Acervo Neped, jul. 2011)



Foto 4: Aspecto da destruição no distrito de Vieira, Teresópolis (Acervo Neped, jan. 2011)



Foto 5: Ônibus improvisados como Posto de Saúde no distrito de Vieira (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 6: Acesso ao "posto de saúde" no ônibus. Auxiliares de enfermagem que trabalhavam no local relataram a dificuldade de alguns pacientes (idosos, pessoas com mobilidade reduzida) de adentrarem no "posto de saúde" por conta das escadas (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 7: Sala de atendimento improvisada no ônibus (Acervo Neped, julho de 2011).

Já no bairro de Campo Grande, a paisagem de abandono contrasta drasticamente com o discurso de normalidade do centro de Teresópolis (Fotos 8, 9, 10 e 11). Segundo relatos dos próprios moradores, o bairro transformou-se em uma espécie de "cidade fantasma". Além do grande número de desaparecidos na localidade, as ações de desobstrução das vias de acesso ao Campo Grande não foram realizadas em sua plenitude e, diante disso, a própria comunidade arcou com os custos de maquinário e mão de obra para remoção de lama, de parte dos entulhos e pedras, dos destroços nas cercas de arame de propriedades, de animais mortos etc. A falta de investimentos do governo municipal no bairro ganhou a mídia a partir da reclamação de seus moradores:

Os moradores cobram ações da prefeitura para tornar os bairros locais "mais habitáveis". É preciso reconstruir estradas e remover as pedras que apareceram no curso do rio, afirmam. "Parece que aqui vamos levar décadas e não chegaremos nem perto do que fomos", acrescentou (VIEIRA, 2011a, s/n).



Foto 8: Amplitude da destruição no bairro de Campo Grande, Teresópolis/RJ (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 9: Destroços permanecem intactos em bairro periférico de Teresópolis mesmo após seis meses do evento catastrófico (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 10: Colchão soterrado compõe a paisagem do bairro abandonado (Acervo N Neped, jul. 2011).



Foto 11: Rampa de acesso em terreno que serviu de apoio para receber os corpos retirados dos escombros (Acervo Neped, jul. 2011).

A falta de investimento em ações de recuperação do bairro e da vida social que isto implica traduz-se numa espécie de luto social: corpos soterrados que ainda não foram encontrados e que, talvez, nunca o serão; pessoas residindo em meio aos destroços; familiares que convivem em meio ao ambiente de destruição onde se encontram os corpos de seus entes queridos. O abandono dos desaparecidos também implica um

descaso com aqueles que não podem realizar seus rituais fúnebres e, diante disso, não conseguem superar suas perdas e reconstruir seus projetos de vida. O tempo cronológico de seis meses da tragédia não corresponde ao tempo social daqueles que vivenciam diariamente a memória de suas perdas materiais e imateriais quando olham ao seu redor.

Na tentativa de capturar o discurso da calamidade, a equipe do Neped visitou o abrigo organizado, em janeiro de 2011, no estabelecimento religioso Ministério Casa de Louvor (Foto 12); porém este não estava mais em funcionamento em julho de 2011. Membros dessa igreja relataram que a maioria dos antigos abrigados alugou casas, em bairros próximos, a partir de recursos próprios, uma vez que muitos não conseguiram o aluguel-social. Embora não funcione mais como abrigo, a referida igreja continua assistindo às famílias por meio do provimento de cestas básicas.



Foto 12: Na parte de cima do prédio, as instalações da igreja Ministério Casa de Louvor, no distrito de Albuquerque, que serviu de abrigo para as famílias em janeiro de 2011 (Acervo Neped, jan. 2011).

Quando questionados sobre a existência de abrigos provisórios no município, os membros da referida igreja disseram que ainda havia dois em funcionamento. Assim, a equipe do Neped visitou os dois abrigos em atividade no município: o abrigo Acolher, administrado pela Igreja Batista Barra do Imbuí (Foto 13), e o abrigo nas instalações da Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.



Foto 13: Fachada do abrigo Acolher, no município de Teresópolis (Acervo Neped, jul. 2011).

O abrigo Acolher está localizado num ginásio esportivo cedido pela Igreja Batista da Barra do Imbuí. A administração do espaço é feita pela própria igreja, que designou uma assistente social para o cargo de gestora do abrigo. Segundo informações da gestora, inicialmente havia 146 pessoas em 29 tendas no abrigo. Atualmente, são 19 pessoas em nove tendas – entre estas 12 são crianças, sendo uma cadeirante – que compõem seis famílias (Fotos 14 e 15).



Foto 14: Tendas montadas no ginásio da Igreja Batista Barra do Imbuí – abrigo Acolher (Acervo Neped, jul. 2011).



Foto 15: Interior da tenda de uma abrigada (Acervo Neped, jul. 2011).

A diminuição do número de abrigados se deve à obtenção de aluguel social por parte de algumas famílias, que tiveram de procurar uma moradia disponível no mercado imobiliário que fosse não só compatível

ao valor do auxílio (no caso, 500 reais), como também localizada em área não sujeita a enchentes e deslizamentos. Entretanto, pode-se notar alguns entraves na viabilização da efetividade do aluguel social como política de reabilitação em desastres, quais sejam:

- a) Discriminação habitacional no aluguel das moradias temporárias;
- b) Indefinição do tempo de validade do aluguel social;
- c) Receio que o auxílio cesse com a mudança da administração municipal.
- d) Baixa oferta do mercado imobiliário no valor compatível com o auxílio;
- e) Inflação dos preços dos imóveis no mercado imobiliário;
- f) Dispendio de recursos financeiros e emocionais na procura de moradias para locação.

No tocante à discriminação habitacional, Bullard (2006) fornece um exemplo dessa problemática ao analisar o processo de reconstrução de Nova Orleans (EUA) após a passagem do furacão Katrina em 2005. O referido autor retrata como o elemento raça e classe ajudaram a definir a habilidade dos sobreviventes "em reconstruir, substituir infraestrutura, obter empréstimos e em se alojar em habitações temporárias e permanentes" (BULLARD, 2006, p. 134). No caso de Teresópolis, essa discriminação habitacional no aluguel das moradias temporárias era associada à própria locação do imóvel para fins de aluguel social a famílias desabrigadas. E, quando não associadas a este primeiro fator, outros critérios passam a ser eleitos para proceder às classificações visando a selecionar quais, dentro os potenciais locatários, enquadram-se nos perfis mínimos exigidos pelos proprietários. Assim, muitos destes recusavam-se a locar seus imóveis para famílias que possuíssem crianças ou a famílias numerosas:

Sofremos **discriminação com famílias** que tinham número maior de **crianças**. A supervalorização do imóvel: uma casinha que antes era 200 reais decolou para 500 reais. Tem a dificuldade de alguns **locatários que não querem alugar quando sabe que a pessoa está recebendo o aluguel social**. Alguns casos aqui eu tive que ligar pessoalmente para o locatário e pedir, tentar sensibilizar...apelando mesmo dizendo "meu amigo é uma forma de você tá ajudando, tá colaborando também com um recomeço para essa pessoa, para essa família e tal" (...). E quando vê que você está argumentando demais, em alguns casos que liguei e tentei negociar tal [com o locatário], quando viu que eu tava forçando muito: "ah, mas **também tem criança**...porque não pode, porque na casa de baixo mora uma pessoa e tâtátá...". Entendeu? Ai complica. Eles usam de muitos argumentos: "ah, **vai que amanhã para de receber o aluguel social**, e aí? É uma situação complicada, porque não podemos deixar de ver o lado do locatário também. Tem uns que vivem daquilo. Por outro lado, tem alguns que ficam bem sensibilizados, igual teve um caso aqui: na hora que vimos o anúncio no jornal eu liguei pra pessoa, eu mesma liguei, e expliquei a situação. Primeiro, antes de eu falar que era uma pessoa que estava no abrigo eu fui perguntando da casa, como se eu quisesse alugar a casa. Ai eu falei: "olha, na verdade a casa não é pra mim. Eu gostaria agora de apelar para a sua sensibilidade porque estou precisando". Ai eu expliquei: "estou coordenando um abrigo e eu to aqui com uma jovem, com uma criança aí eu expliquei. A locatária falou: "Pode me mandar agora, pode falar pra ela vir aqui hoje se ela quiser". Alguns ainda ajudam, mas temos dificuldades bem grandes (Gestora do abrigo Acolher; Teresópolis, jul. 2011; grifo nosso).

Outros entraves que também contribuem para a discriminação habitacional se referem à falta de transparência e de garantias – tanto a locatários quanto a famílias desabrigadas – do aluguel social como política de reabilitação em desastres. Há, por assim dizer, um receio de que o referido auxílio seja interrompido em razão de mudanças na administração municipal, bem como da indefinição do tempo de validade do aluguel social⁷, do atraso na realização dos depósitos deste na conta das famílias cadastradas. Há, por outro lado, um rearranjo

7 Em 26 de janeiro de 2011, a Prefeitura de Teresópolis informou que o referido auxílio seria pago por 12 meses (TERESÓPOLIS, 2011b, s/n).

da dinâmica do mercado imobiliário que irá gerar efeitos na oferta de moradias para os desabrigados. Imóveis, que antes do desastre tinham um determinado valor, passam a ser reajustados de tal sorte que, mesmo sendo de baixo padrão construtivo, mas localizados em áreas seguras, são hipervalorizados, alcançando valores correspondentes ao do aluguel social. Estas situações de discriminação habitacional, observadas em pesquisa de campo, apresentaram similaridades com alguns discursos presentes na mídia, tal como em reportagem da Agência Brasil, disponibilizada pelo Uol Notícias no dia 12 de abril de 2011:

A desabrigada Simone Xavier, de 32 anos, lembra que mesmo recebendo o aluguel social de R\$ 500, muitas famílias não conseguem se mudar. "Primeiro, os aluguéis subiram muito. Segundo, os donos exigem um depósito muito alto. E, terceiro, os proprietários têm medo de alugar para a gente com medo da descontinuidade do pagamento do governo", contou (VIEIRA, 2011b, s/n).

Quando todo o valor do auxílio emergencial passa a ser gasto com os custos apenas de moradia, outros gastos, tais como conta de energia, conta de água, dívidas adquiridas anteriormente, alimentação e afins ficam comprometidos. Muitas vezes, membros da família que contribuíam com a renda doméstica podem ter falecido no desastre, ou mesmo os que sobreviveram podem ter perdido suas fontes de trabalho, podem ter ficado desempregados; isto é, há dimensões de reabilitação em cenários de desastres que estão muito além de um auxílio financeiro. Neste sentido, mesmo aquilo que é tido como auxílio pelo Estado, para os desalojados e desabrigados, configura-se em uma prática de abandono. O dispêndio de tempo, de poucos recursos financeiros e o desgaste emocional diante da negação de vários proprietários em assentirem que seus imóveis sejam locados vai compondo o processo de abandono nos desastres.

Outra situação é a daqueles que não conseguiram receber o aluguel social. Como no caso da senhora Dalva Abreu Bosso, de 52 anos, que utilizou-se do FGTS para reforma de sua casa e perdeu o emprego com a destruição do condomínio para o qual trabalhava (VIEIRA, 2011a, s/n).

Mesmo diante dessas dificuldades, segundo informações dos próprios afetados e da Secretaria de Desenvolvimento Social, aqueles que conseguiram

alugar imóveis no município receberam um "kit móvel" da Prefeitura, o qual continha: um jogo de panelas; uma TV de 14 polegadas; uma geladeira; um fogão; duas camas de solteiro; e uma cama de casal. O recebimento do kit pelo abrigado está condicionado ao encontro de uma casa.

Em entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Social do município, este relatou sobre a recomendação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos de desativar os abrigos provisórios. A eliminação de abrigos incorpora, neste caso, uma conotação positiva na percepção do aparato público, atrelada aos discursos da normalidade e eficiência da administração pública municipal. Segundo o próprio Secretário municipal: "em janeiro tínhamos 1.597 pessoas em 38 abrigos. Hoje temos 6 famílias e mais 7 homens em 2 abrigos".

No entanto, mais do que a desativação dos abrigos – que é a expressão espacial do acolhimento dos desabrigados pelo ente público –, o órgão estadual de direitos humanos deveria focar-se no conteúdo das medidas substitutas de acolhimento que estão sendo postas em prática, isto é, nos mecanismos que as pessoas desabrigadas precisam precariamente acessar para ser humilhanamente assistidas na sua rede privada de relações. A não existência de abrigos não é sinônima de que a assistência social tenha funcionado a contento diante das problemáticas enfrentadas pelos grupos afetados em desastres.

O cálculo racional do número de desabrigados e desalojados adquire o sentido de que o desastre está sendo gerenciado e superado. Mas o drama das famílias em encontrar tais casas e as condições pelas quais elas passam viver a partir de então não são mais tidas como responsabilidades do Estado. É como se toda a responsabilidade do ente público com as populações desabrigadas e desalojadas se restringisse ao oferecimento de aluguel social e kit móvel. O processo sociopolítico de abandono desenha-se, assim, quando a redefinição dos direitos constitucionais subverte-se como carência negociável e, a partir de então, tudo o que porventura venha a acometer esse grupo será tratado como de responsabilidade individual.

Nesse processo, as recomendações de gestão emanadas dos níveis superiores do governo passam a influir nas ações profissionais, pessoais e familiares dos funcionários que trabalham em âmbito municipal e que lidam diretamente com a complexidade dos dramas vividos:

O Estado liga pra mim perguntando: "**Quantas** pessoas tem dentro do abrigo? **Por que que ainda estão?**" Estão recebendo aluguel social... Só que a gente está preso a isto aqui, com todo este sofrimento. A gente está deixando de viver, porque **a gente leva tudo isso pra casa**. A gente depende de outros, mas a gente **está convivendo com a dor**. (...) Eu acho que, na verdade, **a gente tinha que ter uma equipe de psicólogos** lidando. (...) A gente viveu muito isso com eles em várias situações, mas a pessoa que viveu a coisa dela, ela tá sofrendo o dela e **a gente conviveu com estas histórias todas** (Coordenadora de abrigos da Secretaria de Desenvolvimento Social, jul. 2011; grifo nosso).

Uma colega falou hoje pra ela [coordenadora de abrigos] que "**isso que você está fazendo é assistencialismo, isto está errado**". Mas a gente que está convivendo aqui, lógico que a gente vê e percebe nitidamente alguns casos assim, que você vê que é oportunismo, mas são pessoas que não estão sabendo administrar toda esta novidade. Porque **a maioria deles são pessoas humildes que o que tinha construiu com muito sacrifício, teve que abrir mão de muita coisa** (Gestora do abrigo Acolher, Teresópolis, jul. 2011, grifo nosso).

Elucidativo de parte desses dramas com que os gestores de abrigo têm de lidar é o que podemos denominar como *orfandade de adultos*, isto é, a perda de todos os membros da família: em alguns abrigos, pode-se verificar a existência de chefes de família que perderam esposas, filhos, mães, pais, sobrinhos, irmãos, ou seja, os vínculos mais importantes e família nuclear e demais elos na rede primária esfacelaram-se. Muitas vezes, o abrigo se torna o local em que esses órfãos irão buscar apoio não só material, mas também psicossocial – não necessariamente de profissionais capacitados para tal fim e, sim, de outras pessoas que vivenciam dramas semelhantes.

E é muito forte isso. Eu tenho um caso aqui de um senhor. **Ele perdeu a família, ele perdeu os filhos**. Para ele foi uma situação muito difícil, porque ele foi lá, ele desenterrou, ele que achou os corpos, cavava com a mão. **Esse senhor, depois que ele saiu daqui,**

já mudou de casa quatro vezes. Lugar nenhum pra ele tá bom.

E aí, o companheiro dele de barraca (aí, o que nós fizemos com os solteiros: eu não podia dar uma barraca pra cada solteiro. E assim, como todos eles estavam na mesma situação, pensei que ficassem dois ou três juntos e como estão na mesma situação seria uma forma de um ajudar o outro. E foi muito bacana isso)... Eles criaram um **laço de amizade** muito bacana, porque era um ajudando o outro. **Ele tava chorando, aí um sentava perto e chorava junto.** (...) Não está mais abrigado aqui, mas ele tem essa necessidade de vir, de estar. O companheiro dele que tá aqui ainda, ele vem e dorme aí. Ele fala pra mim: "Não consigo ficar dentro daquela casa". Como que você faz numa situação desta? Eu não posso ignorar, virar as costas. Eu percebo que, em algumas coisas, aqui eu estou sendo qualquer outra coisa menos profissional. Não tem como você desvincular isso (Gestora do abrigo Acolher; Teresópolis, jul. 2011, grifo nosso).

Por fim, a urgência em desativar os abrigos e a retomada da normalidade na região central do município culminam na não resistência organizada dos afetados. E isso demonstra como o poder simbólico já foi acessado por aqueles que são capazes de impor uma visão legítima do mundo social. Esse processo sociopolítico de abandono é paulatinamente regido pela dissolução das imagens e expressões da calamidade e acaba favorecendo a introjeção da imagem do abandono por parte dos desalojados e desabrigados.

Em meados de julho de 2011, o Tribunal de Contas da União, por meio da Seprog, constata em documento as muitas deficiências nas ações de defesa civil, conforme menciona o Relator:

(...)A rigor, o MI somente tem ciência da forma como foram aplicados os recursos transferidos, com dispensa de planos de trabalhos, na fase de análise das prestações de contas, haja vista a dificuldade da Sedec para realizar inspeções intermediárias. A ausência de controle concomitante e eficaz por parte do Ministério da Integração Nacional, sobretudo nas transferências operacionalizadas sem análise de planos de trabalho, torna vulnerável a atual sistemática de transferência de recursos do programa 1029 (Respostas aos Desastres e Reconstrução). A título

de exemplo, no caso do desastre ocorrido na região serrana do estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Integração Nacional autorizou, no dia 14/1/11, a transferência de R\$ 100 milhões para ações de socorro ou assistência às vítimas ou restabelecimento de serviços essenciais. Coube ao estado do Rio de Janeiro administrar a aplicação de R\$ 70 milhões deste montante transferido, conforme Portaria 27, de 14/1/11, sendo que o estado definiu a alocação de R\$ 21 milhões para aluguel social para os desabrigados. Os R\$ 49 milhões restantes estavam sendo administrados pela Empresa de Obras Públicas (Emop), vinculada à Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro, e aplicados em obras e serviços de engenharia para restabelecimento dos serviços essenciais, como remoção de entulhos, construção de pontes provisórias etc.(...) Parte da equipe designada para realizar este monitoramento deslocou-se até a região do estado do Rio de Janeiro atingida pelo desastre, cerca de trinta dias após o ocorrido. Na ocasião, a Emop estava se preparando para realizar os primeiros pagamentos dos serviços prestados sob sua administração. Foi apresentada estimativa da primeira medição dos serviços realizados por diversas empreiteiras na ordem de R\$ 10 milhões, ou seja, com estes serviços realizados e efetivamente pagos, ainda restariam R\$ 39 milhões para ações emergenciais de restabelecimento dos serviços essenciais, a serem empregados apenas pelo Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a percepção da equipe responsável pelo monitoramento foi que as ações de emergências para o restabelecimento da normalidade nas cidades atingidas já estavam cessando, e as cidades estavam retomando suas rotinas. Prova disso foi a informação da defesa civil de Teresópolis de que os integrantes da Força Nacional que estiveram trabalhando na região já se preparavam para deixar o local. Nesse contexto, é difícil perceber onde seriam aplicados os R\$ 39 milhões restantes para ações emergenciais (restabelecimento dos serviços essenciais) sob administração da Emop (TCU, 2011: 15-16).

O descontrole no uso dos recursos públicos na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro foi visível e, no Acórdão 1264/2011, do TCU, descreve:

(...) 6. Cabe salientar, por seu turno, que desde 18/01/2011 esta SECEX já vinha efetivando reuniões com a Secretaria de Obras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando orientar quanto às ações e atos administrativos a serem empreendidos pelos Órgãos competentes do Estado, esclarecendo eventuais dúvidas porventura existentes no que tange à formalização dos procedimentos. (...)13. Impende destacar que, até o presente momento, todas as ações efetivadas nas áreas atingidas foram de socorro e de assistência às vítimas, não tendo sido iniciadas, ainda, as ações de reconstrução.(...) (...)a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro não disponibilizou, até o presente momento, mesmo após reiteradas solicitações, qualquer documento relativo à utilização dos recursos federais repassados ao Governo do Estado. Segundo informações colhidas nas reuniões efetivadas entre esta Equipe de Fiscalização e aquela Secretaria, ainda não houve pagamento à conta dos recursos federais transferidos, sendo que os respectivos processos de dispensa de licitação ainda estariam sendo constituídos. É sobretudo importante frisar que, decorridos dois meses e meio dos acontecimentos climáticos e do repasse de recursos por meio do Ministério da Integração Nacional, nenhuma planilha de medição, contrato, nota fiscal e/ou laudo de fiscalização foi disponibilizado pelo Governo do Estado à Equipe de Fiscalização desta Corte (...) percebe-se que, dos sete milhões de reais transferidos pelo Governo Federal, cerca de cinco milhões serão utilizados na prestação de serviços de remoção de barreiras, com desobstrução de vias, e de remoção de resíduos, escombros, entulhos, lama e detritos (...) Analisando tais Planilhas, percebe-se que as medições não se encontram atestadas pelos Fiscais dos respectivos contratos e tampouco estão acompanhadas dos diários e/ou laudos de vistoria pertinentes (...) O que impressiona é que não houve cobertura contratual nem empenho prévio da despesa (...)É fato que a calamidade que se abateu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro, e a conseqüente emergência dos serviços a serem realizados, impediram, de início, que fossem observados, rigorosamente, alguns dos ditames da Lei nº 8.666/93, tais como a formalização prévia dos contratos e a correta fiscalização dessas avenças, que ficou prejudicada pela extensão dos trabalhos.

Esse entendimento, no entanto, se aplica àqueles momentos imediatamente posteriores à catástrofe, quando a calamidade exigia do gestor público tomadas de decisão que, em algumas situações, poderiam não estar inteiramente compassadas com as formalidades exigidas na legislação. Não há como justificar, todavia, dois meses e meio após a decretação do estado de calamidade pública, a existência de serviços prestados sem cobertura contratual.

(TCU: 2011a: <http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/ServletTcuProxy>)

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro viu as práticas de uso dos recursos públicos com preocupação, conforme afirma:

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) decidiu hoje (9), por unanimidade, em sessão plenária, que os municípios da Região Serrana atingidos pela tragédia dos temporais de janeiro, e nos quais foi decretado estado de calamidade pública (Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Sumidouro), têm de informar como foram aplicadas as verbas destinadas às obras de recuperação. Segundo relatório preliminar, há claros indícios de irregularidades e impropriedades no uso dos recursos. São verbas federais (R\$ 200 milhões), estaduais (R\$ 230 milhões) e municipais (R\$ 14 milhões), além de doações de particulares (R\$ 7 milhões), chegando a cerca de R\$ 444 milhões. Os auditores do TCE-RJ não encontraram documentos ou contratos que comprovem a utilização de cerca de R\$ 77 milhões desse total. O presidente do TCE, conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior, afirmou que tais irregularidades se tornam ainda mais graves porque, já no primeiro momento da tragédia, o Tribunal enviou à região técnicos que, didaticamente, explicaram aos gestores financeiros dos municípios, como tinham de agir, dentro da lei, em casos de calamidade pública. Logo após a tragédia de janeiro, o TCE percorreu os municípios atingidos, capacitando 243 servidores das prefeituras para o uso dos recursos na recuperação (...). O voto preliminar, aprovado pelo plenário, foi relatado pelo conselheiro José Gomes Graciosa, com base nos primeiros levantamentos dos técnicos do Tribunal. Segundo Graciosa, "entre as diversas irregularidades mencionadas estão a fraude na

utilização do dinheiro público, obras inacabadas, a malversação de verbas, a utilização inadequada de suprimentos, a celebração de contratos verbais, de contratos sem licitação acima dos valores de mercado e sem a formalização de atos de dispensa de licitação, com empresas que realizariam ações emergenciais após a tragédia, além da falta de controle na execução contratual" (TCE-RJ, 2011: s/p).

Passados seis meses do início do desastre, a Prefeitura Municipal de Teresópolis se viu de tal forma envolvida em irregularidades no uso dos recursos destinados à recuperação dos afetados que esse foi um dos fatores centrais para que a Câmara dos Vereadores aprovasse, em agosto de 2011, o afastamento do prefeito municipal por 90 dias, a fim de apurar as irregularidades. No discurso de posse, o vice-prefeito comprometeu-se com a priorização na recuperação dos afetados. Mas, desafortunadamente, passado apenas um dia em que assumiu tal compromisso, o vice-prefeito morreu devido a um infarto.

3.1.1.7 Jaboatão dos Guararapes-PE: a resistência possível diante do abandono

O município do Jaboatão dos Guararapes está situado no litoral do Estado de Pernambuco. Limita-se ao Norte com a capital pernambucana e o município de São Lourenço da Mata, ao Sul com o Cabo de Santo Agostinho, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com Moreno. Faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR) (JABOATÃO DOS GUARARAPES, 2011).

O perfil do relevo, do litoral para o interior, é composto por uma Planície Costeira formada por depósitos fluviais e marinhos onde havia a restinga e hoje recebe a expansão do mercado imobiliário (JABOATÃO DOS GUARARAPES, 2011). O município tem como principal rio que corta a cidade o rio Jaboatão.

O município possui uma área de 257,3 km², sendo sua densidade demográfica de 2.255,7 habitantes por km² (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 475.090 habitantes, dos quais 419.832 residiam na área urbana e 55.258 na área rural. No ano de 2000, eram 581.556 habitantes, dos quais 568.474 habitavam na área urbana e 13.082 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de crescimento anual foi de 2,36% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 88,37%, passou para 97,75% no ano de 2000 (PNUD, 2000). Segundo os resultados

do Censo do IBGE feito em 2010, a população total do município era de 644.620 habitantes, dos quais 630.595 (97,82%) residiam na área urbana, e 14.025 (2,18%) na área rural.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, Jaboatão apresentava, em 1991, o valor de 0,701, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,777. Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM- Educação, IDHM-Longevidade e IDHM- Renda), a que mais contribuiu foi a dimensão foi a longevidade, com 46,9%, seguida da educação (35%) e da renda (18,1%). A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,65 em 2000 (PNUD, 2000).

Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), no ano 2000, dos 581.556 habitantes de Jaboatão, 251.621 residiam em áreas de morros, representando 43% da população, e 329.935 residiam em áreas de planície, representando 57% da população do município (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2004). Os domicílios subnormais em Jaboatão dos Guararapes constituíam, no ano de 1991, um percentual de 22,21% do total e, no ano 2000, de 9,42% (PNUD, 2000).

A inserção territorial predispõe a impactos deletérios decorrentes das chuvas persistentes e as condições socioeconômicas precárias dos moradores de vários bairros confirmam-no. A desigualdade social acentua uma distribuição espacial que segrega os pobres nas áreas em que os riscos relacionados às enchentes e escorregamentos são previsíveis na época das chuvas. Uma vez que a má distribuição espacial é oriunda da má distribuição de renda, e ambos estão refletidos na distribuição assimétrica do poder, a previsibilidade dos riscos não confere imediatas providências do Estado para contê-los. Decorre a afetação contínua da mesma população, ano após ano, vendo sua parca riqueza sendo carregada pelas águas das chuvas. Quando não, o caso de ser uma população cada vez maior. Conforme Lucena (2006, p.31), no *"ano de 2000, de um modo geral, 3.850 pessoas foram afetadas em todo cenário do município. Em 2005 este número foi elevado para 91.596 pessoas afetadas"*.

No dia 2 de junho de 2005, quinta-feira, por volta das 17 horas, uma significativa quantidade de chuva caiu sobre toda a Região Metropolitana do Recife, atingindo também o município de Jaboatão dos Guararapes (cerca de 70,8mm de chuva, segundo dados da Defesa Civil Municipal),

provocando o transbordamento do rio Jaboaão, enchentes, inundações e deslizamentos em vários bairros periféricos da cidade, tais como os bairros Moenda de Bronze e a Vila das Aeromoças.

No Diário Oficial da União, o desastre em Jaboaão dos Guararapes é definido como situação de emergência e caracterizado pelas autoridades como sendo devido a enxurradas, com uma considerável dimensão espacial, a saber:

(...) zona urbana, Distrito I: Estrada da Batalha, Maçaranduba, Muribeca, Cajueiro Seco, Espinhaço da Gata, Conjunto Dom Helder, Buenos Aires, Jardim América, Parque da Lagoa, Coquinhos, Sotave, João de Deus, Lagoa das Garças, Jardim Prazeres, Sovaco da Cobra, Pajilozinho, Carolinas, Marcos Freire, Jardim Piedade, Nova Divineia, Vila Nossa Senhora do Carmo, Vaquejada, Planeta dos Macacos, Vila dos Palmares, Aritana, Jardim Copacabana, Capivara, Jardim do Náutico, Comunidade da Borborema, Asa Branca, Comportas, Sítio dos Pintos, Rio das Velhas, Barra de Guaiamun, Loteamento Integração Muribeca, Loteamento Jardim Muribeca, Comunidade Parque Histórico Guararapes, Zumbi do Pacheco, Vila das Aeromoças, Alto das Aeromoças, UR-05, UR-06, UR-10 e UR-11; Distrito II: Jaboaão Centro - Socorro, Santo Aleixo, Cascata, Vista Alegre, Engenho Velho, Alto Santa Rosa, Moenda de Bronze, Campo de Monta, Loteamento Colônia, Lote 92, Vila Rica, Alto Santo Antônio, Goiabeira, São José, Lote 23, Lote 56, Boa Esperança, Vila Piedade e Jardim Quitandinha; Distrito III: Cavaleiro - Zumbi do Pacheco, Canaã, Cavaleiro-Centro, Jangadinha, Sapo Nu, Engenho Santana, Floriano, Jardim Floriano, Moeda de Bronze, Usina Bulhões, Vila Rica, Santo Antônio, Campo de Monta, Malvinas, Loteamento Santa Joana, Alto da Colina, Alto Macaiba, Alto do Céu, Alto Cristo, Alto João Buarque, Alto Santa Terezinha, Alto São Sebastião, Alto do Sol, Nossa Senhora dos Prazeres, Alto Vento, Retiro, Sucupira, Loteamento Bom Sucesso, Loteamento Terra de Santana, Loteamento Grande Recife, Dois Carneiros, Monte Verde, Jangadinha e Pacheco; Distrito IV: Curado I, Curado II, Curado III e Curado IV; Distrito V: Jardim Jordão; e zona rural: Engenho Corveta, Engenho Vargem Fria, Engenho Caxito, Engenho Pau Amarelo, Engenho Caxito de Baixo, Engenho Zumbi, Engenho Carijó, Engenho Macujé, Engenho Palmeira, Engenho Penadubinha, Engenho Pedra Lavrada, Engenho Capelinha, Engenho Santo Antônio e Mata do Engenho Salgadinho (DOU, seção 1, n 136, segunda-feira, 18 de julho de 2005, p. 47).

Da data do decreto municipal, 13 de junho de 2005, até a publicação da portaria de reconhecimento do desastre, em 18 de julho de 2005, passaram-se 35 dias; ou seja, mais de um mês. E muitos afetados esperam pelas medidas recuperativas há seis anos.

Imagens da afetação, durante a precipitação pluviométrica e após ela, foram gravadas em vídeo pela Prefeitura Municipal (e cedida aos pesquisadores do Neped). Dentre elas, destacavam-se: a inundação de estabelecimentos religiosos, como as instalações da Igreja Nossa Senhora do Rosário; a danificação de estabelecimentos públicos, como o Instituto Nacional do Seguro Social; a danificação e destruição de vários estabelecimentos comerciais e suas mercadorias (mercado da farinha, lojas de eletrodomésticos, açougues etc). O grande volume de água que corria nas ruas principais e nas travessas situadas num nível abaixo dessas, deixou os munícipes impotentes diante da situação, muitos dos quais permaneceram ilhados, à espera de um socorro que tardou a chegar: "há muita gente ilhada, esperando o Corpo de Bombeiros. (...) Todo o Estado de Pernambuco está sofrendo com as chuvas e não temos estrutura para atender a todo esse povo", relatava, no vídeo, o diretor do Distrito de Jaboatão.

O colapso da estrutura de atendimento da Defesa Civil local e órgãos sob sua coordenação na ação de socorro ficou evidente diante dos acontecimentos como a ausência de embarcações para salvamento e o quadro insuficiente para atender as ocorrências, o que levou o executivo municipal a demandar apoio das Forças Armadas (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007) para amenizar as falhas do sistema.

No dia seguinte ao das chuvas torrenciais (3 de junho, sexta-feira), as autoridades do executivo municipal pareciam comovidas com o drama dos desabrigados, tal como registrado no referido vídeo: "Tenho 59 anos, nunca vi uma situação dessa (...) Emergencialmente, o mais importante é a roupa, é o colchão, é a alimentação e lençol para que as pessoas [que perderam suas casas] tenham um pouquinho de dignidade", afirmou o Secretário de Saúde de Jaboatão dos Guararapes. Contudo, as ações em prol dos desabrigados não eram pautadas pelas necessidades imediatas das famílias – como medidas de evitação de doenças de veiculação hídrica – mas pelo horário de funcionamento da administração municipal: "Espero que a partir de segunda-feira [6 de junho de 2005], a nossa Saúde possa fazer a prevenção, com a vacinação de tétano, de gripe, de alguns problemas de diarreia",

declarou a referida autoridade.

No pós-chuva, no dia seguinte, na feira livre do Jaboatão-Centro, enquanto alguns comerciantes limpavam o lugar (identificavam as coisas que ainda tinham serventia e descartavam produtos e alimentos contaminados na enchente), pessoas circulavam entre os montes de gêneros alimentícios descartados na rua à procura de se abastecer. O descarte de objetos na calçada reunia grupos de pessoas que os ressignificavam para extrair deles novas funções. Assim, aquilo que se perdia na lógica de mercado era fonte de suprimento dos pobres do lugar, numa catação desenfreada por restos e destroços (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007).

No bairro Moenda de Bronze, a rua se transformou no lugar de exposição dos bens materiais destruídos e/ou danificados irreversivelmente: máquina de costura, máquina de lavar, botijão de gás, sofás. No processo de limpeza, documentado no referido vídeo, havia uma divisão clara de atribuições: o homem retirando a lama pesada de dentro da casa e removendo-a para a rua; a mulher, realizando a limpeza mais detalhada de dentro da casa, tentando remover resíduos e odores das paredes, dos móveis e eletrodomésticos restantes, reorganizando-os. O cheiro de lama e a marca da enchente tatuada na parede das casas (Foto 1) e demais edificações constituem-se como cicatrizes da comunidade e das famílias, atestando a veracidade das memórias partilhadas: "olha até onde veio a água". Houve famílias cujas casas foram carreadas pelas águas com todos os objetos, restando apenas o terreno e pedaços de parede.



Foto 1: Altura atingida pelo rio Jaboatão quando da enchente de junho de 2005. Em detalhe (na elipse vermelha), marca da altura atingida pelas águas do rio

quando da ocorrência da enchente. Próximo ao morador do bairro, no canto inferior direito, detalhe dos tijolos que restaram das casas destruídas (seta roxa) (Acervo Neped, out./2005).

Em 2005, segundo a Comissão Municipal de Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes/PE (COMDEC/JG, 2005 apud LUCENA, 2006), 5.504 pessoas encontraram-se na situação de desalojadas e 4.496 desabrigadas. Os dados enunciados na tabela abaixo (Tabela 1) permitem analisar o quadro dos danos humanos pelo viés etário:

Tabela 1– Levantamento dos danos humanos segundo faixa etária, no ano de 2005, no município de Jaboatão dos Guararapes (PE)

DANOS HUMANOS NÚMERO DE PESSOAS	0 A 14 ANOS	15 A 64 ANOS	ACIMA DE 65 ANOS	GESTANTES	TOTAL
DESALOJADAS	1.050	3.577	857	20	5.504
DESABRIGADAS	900	3.147	441	8	4.496
DESLOCADAS	-	-	-	-	-
DESAPARECIDAS	-	3	-	-	3
LEVEMENTE FERIDAS	12	25	5	-	42
GRAVEMENTE FERIDAS	-	2	-	-	2
ENFERMAS	26	3	-	3	32
MORTIAS	6	14	-	-	20
AFETADAS	18.319	64.117	9.100	60	91.596

Fonte: Comdec/Jaboatão dos Guararapes 2005 (apud LUCENA, 2006)

Dentre os bairros de Jaboatão dos Guararapes impactados, o Moenda de Bronze foi um dos tiveram desabrigados em decorrência das enchentes de 2 de junho de 2005. A equipe do Neped visitou um abrigo no referido bairro em outubro de 2005 – três meses após as chuvas de 2 de junho – a fim de realizar pesquisa de campo (Fotos 2 e 3).



Fotos 2 e 3: Abrigo temporário no bairro Moenda de Bronze, no município de Jaboatão dos Guararapes, em outubro de 2005. À esquerda, o abrigo temporário visto de fora. À direita, a realidade do abrigo temporário e dos distintos abrigados (Acervo Neped, out./2005).

Neste período, a situação de convivência forçada entre famílias no abrigo e a interlocução com o Estado já mostravam sinais de desgaste. Na escola tomada como abrigo temporário não havia salas (de aula) suficientes para abrigar as famílias reservadamente, e esta não interrompeu totalmente as atividades escolares, ou seja, aquela infraestrutura pública estava servindo como "escola-abrigo" (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007). Isso engendrou conflitos no interior da comunidade em relação à reivindicação social pelo uso precedente do lugar como destinado às atividades de ensino. Esses conflitos acentuaram a situação degradante ao exacerbar a condição *outsider* dos desabrigados, tornando mais pública a sua ausência de laços sociais de quem não tem para onde ir, de ser um supérfluo (BAUMAN, 2005), de ser marcado pela ameaça de despejo, de ser descartado.

Na sociodinâmica da estigmatização entre estabelecidos e outsiders, as relações de poder e de status é que configuram a identidade e superioridade do grupo estabelecido, "bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23). Assim, os desabrigados – como outsiders – passam a não ter "função nenhuma para os grupos estabelecidos: simplesmente estão em seu caminho e (...) [precisam ser] exterminados ou postos de lado até perecerem" (Idem, p. 32). Essa estigmatização foi exacerbada quando, em 17 de março de 2006, o Jornal Hoje (da Rede Globo) exibiu imagens da "escola-abrigo" de Jaboatão dos Guararapes-PE, reforçando uma imagem de desordem em que os diversos pertences das famílias ficam amontoados, tornando explícitos os conflitos emergidos pela reivindicação do uso do espaço entre abrigados e comunidade não-abrigada. Nesse processo, os outsiders, pelo baixo poder de veicular seu ponto de vista mediante o acesso aos recursos midiáticos, acabam assimilando uma culpa que é imposta pelos grupos estabelecidos,

na reafirmação de seus papéis e identidades dentro da estratificação social e do desempenho do habitus do grupo. A partir de um critério utilitarista, a "culpa" recai sobre os sem-nada, por não terem condições materiais de sustentar suas famílias numa moradia:

"No mesmo espaço uma situação inusitada. Escola para 2.400 alunos e abrigo para 32 famílias. São pessoas que ficaram sem casa na cidade de Jaboatão (PE), vítimas de enchente de 2005. 'Muita gente que reclama, muito aluno que reclama porque a gente está aqui', diz uma desabrigada. 'Não é fácil. Isso sem contar com os dias que nós temos que suspender as aulas por falta de água', fala a diretora Dilce Correia. (...) Pais e alunos estão revoltados. 'Meu filho não aprende nada. Nem o nome dele ele sabe', reclama uma mãe. 'Quando começou duas turmas, três em uma sala só eu terminei desistindo', conta uma estudante" (CARVALHO, 2006).

Diante da "(...) impossibilidade de os grupos *outsiders* retaliarem com termos estigmatizantes equivalentes para se referirem ao grupo estabelecido" (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.27), aos abrigados tem restado, como último recurso, as manifestações públicas de insatisfação quanto ao estado de desatendimento, desconsideração e afins; manifestações essas que tomam a forma de resistência que o grupo tem encontrado para não ser invisibilizado e, por conseguinte, evitar ser exterminado de cena, abandonado. A manifestação gera incômodo à lógica do gestor do equipamento público, traz à tona as limitações de seus procedimentos burocráticos. Constitui-se como um ato que é *tipicamente* "mágico(...)" pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando, assim, a sua existência como grupo conhecido e reconhecido" (BOURDIEU, 2004a, p. 118). Isto é, a manifestação faz parte de uma luta simbólica e, nesse caso, refere-se a uma luta pela moradia e por um território. Em 15 de abril de 2006, depois de manifestações nas ruas do Recife-PE, os desabrigados das enchentes de junho de 2005, com o apoio da ONG Cáritas⁸,

8 Na ocasião das enchentes em Pernambuco foi desenvolvido, pela ONG Cáritas NE 2, Cáritas Alemã e pela entidade de cooperação solidária Catholic Relief Service (CRS), um projeto intitulado Projeto Emergências que realizava atividades de educação e reestruturação, por meio de oficinas e reuniões, sensibilizando as

conseguiram marcar uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco:

Vítimas das enchentes que atingiram, em 2 de junho do ano passado [2005], as cidades de Jaboatão dos Guararapes e Moreno, no Grande Recife, e Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata, participarão, às 10h de segunda-feira, de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no Centro do Recife. O objetivo é cobrar do governo do Estado e das secretarias municipais de Educação e Ação Social a construção das 1,4 mil casas, prometidas às famílias desabrigadas, logo após o temporal. De acordo com a Comissão Intermunicipal dos Desabrigados, os recursos para as obras foram liberados pelo Ministério das Cidades há dois meses. Ao todo, 1.458 famílias continuam sem ter onde morar (...). A maioria dos desabrigados de Jaboatão morava na comunidade Moenda de Bronze, que fica próxima à Escola Bernardo Vieira de Melo. O temporal de junho do ano passado destruiu completamente dezenas de residências e alagou várias ruas (JORNAL DO COMMERCIO, 2006b).

Nessa audiência pública, conforme noticiado pelo Jornal do Commercio, em 18 de abril de 2006, o governo do estado se propôs, a construir, com recursos federais, 1.500 casas, as quais seriam concluídas num prazo de 180 dias (JORNAL DO COMMERCIO, 2006c). Todavia, diante do não cumprimento do prazo, nova manifestação dos desabrigados tomou as ruas do Recife em 10 de outubro de 2006:

Cerca de 180 desabrigados do município de Jaboatão dos Guararapes realizam a partir das 10h desta terça-feira (10) uma passeata para cobrar do Governo do Estado a construção de casas. As pessoas tiveram as residências destruídas durante as enchentes do segundo semestre de 2005. A concentração será no Parque 13 de Maio, em frente à Câmara de Vereadores do Recife, de onde os manifestantes seguirão até o Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo, onde vão pedir por providências. Em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco, em abril deste ano, o secretário estadual de Infraestrutura, Francisco Petribu, anunciou a construção de 1.500 casas em várias cidades do Estado atingidas pelas fortes chuvas. Naquela

famílias para a busca e garantia de seus direitos (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CÁRITAS-NE2,2006).

ocasião, Petribu informou que as casas seriam construídas num prazo de seis meses. No caso de Jaboatão, as obras ainda não começaram (JORNAL DO COMMERCIO, 2006d).

A manifestação é uma forma de dar visibilidade a realidades que são produzidas como não-existentes, é uma forma de não se abandonar e não se deixar ser abandonado. Entretanto, a compreensão das diferentes faces dos processos políticos sociopolíticos de abandono exige a escuta dos que se encontram nessa condição. Em 2 de junho de 2007, dois anos após o início do desastre de Jaboatão, o Neped/UFSCar pôde realizar uma nova pesquisa de campo no município. A então diretora da Comissão Municipal de Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes (Comdec-JG) informava ser de 1.055 o número de desabrigados dos 4.496 que existiam em 2005. Na ocasião foi visitado o abrigo temporário organizado na Associação dos Moradores Vila das AeroMOÇAS (Foto 4).



Foto 4: Abrigo temporário tomado para estudo em Jaboatão dos Guararapes-PE (Acervo Neped, 2007).

O discurso institucional de defesa civil sobre a provisoriedade locacional e o compromisso com uma solução em encaminhamento foi sistematicamente confrontado com o prolongamento da situação restritiva, fragilizando nas famílias o entendimento de si no mundo; dito de outro modo, nos termos de Bourdieu (2001), obstruindo-lhes o direito de situar-se, reconhecer-se e ocupar um espaço próprio. A luta dos abrigados pela sobrevivência no dia a dia ocorria sem perspectivas de uma moradia e somava-se a um conjunto de limitações que depunha ainda mais contra a esperança. A narrativa oficial de que estaria havendo

priorização da reconstrução de suas casas em área segura, dando ao abrigado alento diante do sofrimento vivido no abrigo ("estou passando por tudo isso, mas terei, enfim, uma moradia digna"), ficava cada dia mais vazia frente a um "aqui e agora" no qual as necessidades básicas de sobrevivência eram vividas no descaso do ente público (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007). O abandono do Estado no cumprimento dos seus deveres de proteção social podia ser ilustrado, dentre outros, pela irregularidade na distribuição das cestas básicas. Os abrigados procuravam se manter por meio de soluções de abastecimento alternativas e indignas tais como a partir do que era recolhido num lixão próximo à Vila das Aeromoças, o lixão da Muribeca. Os poucos fogões recuperados da enchente e deslizamento, e que serviam para a preparação da comida, tinham o gás adquirido como resultado da venda da coleta dos objetos do lixão ou de realização de faxinas pelas mulheres ou, ainda, pela doação de algumas igrejas, sobretudo evangélicas, às quais os desabrigados eram fiéis. Na imprevisibilidade do resultado da coleta no lixão, na incerteza quanto à materialização de uma moradia num futuro próximo, seguiram construindo uma rotina permeada por medos, humilhações, privações, adoecimento, circunstâncias estas que não geraram mobilização da opinião pública, naturalizando o abrigo, num bairro pobre, como parte de uma paisagem geral de destituição invisibilizada pelo meio social macroenvolvente (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007).

À espera de sua nova casa, os abrigados ficavam confinados num cômodo que, sendo originalmente uma sala, tornou-se um quarto coletivo. Oficialmente, na época, eram 48 famílias (algumas, com 5 ou 6 membros), ocupando uma área útil de aproximadamente 100 m². Outros dois cômodos eram: o único banheiro, de utilização para asseio pessoal à base do uso de balde, e uma cozinha. No quarto coletivo, os colchões se amontoavam e as camas se encostavam umas nas outras; cada colchão ou cama acomodando mais de uma pessoa da mesma família tornando impossível, espacialmente, forjar a divisão territorial entre famílias com paredes de lençóis. Tratava-se, pois, de uma situação de exposição total da intimidade. A partilha de um mesmo cômodo para dormir revelava, entre as mulheres, aspecto crucial dos medos relativos à ausência de privacidade: o do assédio sexual. Viviam

num estado constante de alerta, em particular as mulheres chefes de família, em relação a si e aos seus filhos menores, e às adolescentes. Embora não tenha sido registrado nenhum caso de abuso sexual, o relato das mulheres com medo de adormecer por se sentir espionada (e desejada) pelos homens foi comum.

Destacava-se, no local, a insalubridade. Com a necessidade de fechar portas e janelas por motivo de segurança e tentativa de conter invasão de ratos, o ambiente, sem a devida circulação do ar, propendia ao risco de contaminação e adoecimentos: registraram-se três casos de tuberculose (de pessoas que tentavam persistir no tratamento), casos recorrentes de sarna e infestação de piolho. "Os homens pegam sarna lá no lixão. Sentam no colchão [utilizado como sofá durante o dia] (...) O banheiro é também uma infestação de piolho", contou uma abrigada. Casos de leptospirose também foram registrados no abrigo quando da ocorrência da enchente e ainda existem registros em razão dos homens irem trabalhar no lixão e contraírem a doença: "Os homens pegam 'doença do rato' lá no lixão", conta outra abrigada (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007).

O abandono paulatino do provimento às famílias nos abrigos temporários estudados, bem como a morosidade na materialização de novas moradias, compõem uma estratégia do Estado para dissuadir o grupo da existência de uma cidadania em curso e, assim, moldar a aceitação da forma indigna como sua dor e perda são vivenciadas.

Em análise de pesquisa documental constata-se que, desde o ano de 2005, outros novos desastres relacionados às chuvas aconteceram no município, aumentando, ano após ano, o número de grupos de desabrigados e de desalojados de diferentes bairros e regiões do município, sem que as políticas de reconstrução se concretizassem para o primeiro grupo afetado (das enchentes de junho de 2005): isto é, vê-se que esse é um dos casos que podem ser caracterizados dentro do que Ultramarini (2006) designa como uma crise cumulativa urbana que não ganha visibilidade como tal, mas sim como uma crise circunstancial e restrita ao período chuvoso. A cada ano as estatísticas oficiais apontam novos números de desabrigados e de desalojados: em 18 de junho de 2010, segundo o portal da Prefeitura de Jaboatão, 680 famílias foram

deslocadas para abrigos ou casa de parentes e amigos em virtude das enchentes e deslizamentos (ROCHA, 2010); em 4 de maio de 2011, a festa prevista para comemorar os 418 anos do município foi cancelada por conta das enchentes e deslizamentos, e o número de desabrigados foi de 111 pessoas (Portal NE10/Uol, 2011a), em 19 de julho de 2011, 14 famílias ficaram desabrigadas (Portal NE10/Uol, 2011b).

Em julho de 2011, a equipe do Neped retornou a Jaboatão dos Guararapes e realizou pesquisa de campo a fim de observar o desenrolar desta estratégia do Estado de paulatino abandono dos afetados em desastres. O abrigo na Associação dos Moradores Vila das Aeromoças foi novamente visitado (Foto 5).



Foto 5: Fachada do abrigo instalado na Associação dos Moradores Vila das Aeromoças (Acervo Neped, jul. 2011).

Ilustrativa da crise cumulativa anteriormente referida é a situação encontrada neste abrigo: ali estavam pessoas abrigadas desde as enchentes de junho de 2005, mas também de outras enchentes subsequentes, como, por exemplo, a de 2011. Há, por parte dos desabrigados de 2005, uma nítida insegurança emocional diante da ameaça de esquecimento do seu velho drama ante o aumento contínuo do número de desabrigados em diferentes bairros de Jaboatão, ano após ano. As categorias que permitem compreender o processo sociopolítico de abandono podem ser sintetizadas a partir de algumas regularidades identificadas nas entrevistas. Entre essas regularidades, estão a descrença no poder público, a incerteza em relação ao futuro e a desilusão com as promessas não cumpridas. Conforme o

relato da presidente da Associação dos Moradores Vila da Aeromoça e desabrigada das enchentes de junho de 2005:

A gente só não é esquecida porque chega a política. O filho do prefeito veio aqui...ele foi o cara...e a gente continua do mesmo jeito, prejudicado (...) **Só que hoje a gente tem mais de mil já prejudicado da cheia que passou este ano** [2011]. Aí eu digo: **vai atender esta de 2005 e este restante o que a gente vai fazer?** A gente precisa de alguém que faça uma política habitacional que resolva nossa situação, porque não é fácil, não é fácil mesmo (presidente da Associação dos Moradores Vila das Aeromoças e desabrigada, Acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

Se há, por um lado, um processo sociopolítico de abandono, por outro lado, manifesta-se uma resistência organizada por parte do conjunto de abrigados e de desalojados desse abrigo. Ou seja, a luta por moradia não é dispersa nem tampouco atrelada à espera resignada das ações governamentais. Não se configura aí um processo de *abandonar-se*, mas sim de manifestação do seu drama e de luta por justiça ao longo de todo este tempo:

Desde 2005, ninguém ganhou nada, ninguém ganhou nada até agora. Tão em casa de parente, **tá todo mundo jogado do mesmo jeito**, ninguém ganhou nada. **As casas estão sendo feitas agora porque a gente foi pra justiça** e até agora tá sendo construída, uma parte vai ganhar, mas esta parte da gente daqui vai ficar tudo fora. De 2005 apenas duas famílias daqui entraram no auxílio-moradia de 150 reais (Presidente da Associação dos Moradores Vila das Aeromoças e desabrigada, Acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

A luta organizada dos desabrigados persiste mesmo diante das condições precárias e insalubres do abrigo. A estrutura física do local não apresenta condições adequadas de encanamento (Fotos 6 e 7). O abastecimento de água é feito por um caminhão-pipa que distribui esta água para o posto de saúde e este, por sua vez, repassa para o abrigo, conforme relato abaixo:

Água pro banheiro é porque o povo do posto de Saúde traz. Traz o pipa e coloca aí. Às vezes falta água. Toma banho do que jeito que dá, aqui que não é muito adequado. Nem chuveiro tem (Relato de uma abrigada, Acervo Neped, jul. 2011).



Fotos 6 e 7: Inexistência de encanamento na cozinha e no banheiro (Acervo Neped, jul. 2011).

Outras agravantes relatadas pelos abrigados e que depõem contra sua segurança física e emocional são:

- convivência pública exacerbada;

(...) não tô mais dormindo aqui não, porque não tem condição, é **muita gente dormindo um em cima do outro** (Relato de uma abrigada, Acervo NEPED, jul. 2011, grifo nosso).

- espaço físico inadequado para o número de pessoas (vide foto 8)

59 famílias dependem da associação. *Aqui não cabe tudo, mas se você esperar, daqui a pouco vem tudinho com a latinha, com as coisas pra pegar comida aqui* (Relato de uma abrigada, Acervo NEPED, jul. 2011, grifo nosso).



Foto 8: Parte das pessoas que se encontram abrigadas na Associação dos Moradores Vila das Aeromoças (Acervo Neped, jul. 2011).

- multiplicidade de problemas sociais, tais como, alcoolismo, consumo de droga, gravidez na adolescência, violência contra mulheres e crianças, tentativa de suicídio

Quatro mães com **problema com drogas**: crack, maconha e ninguém tem marido, bota os filhos no mundo pra tá assim (...) Além de droga tem [problema com] **cachaça** e um bocado (Relato de uma abrigada, Acervo NEPED, jul. 2011, grifo nosso).

[em relação aos conflitos à noite, na hora de dormir] Sempre tem, porque não é fácil. Um **homem chegou aqui bateu tanto na mulher** e ela está escondida na comunidade (Relato de uma abrigada, Acervo NEPED, jul. 2011, grifo nosso).

- problemas de saúde diversos, tais como, Aids, tuberculose, hipertensão, diabetes, depressão, distúrbios mentais.

Embora houvesse regularidade na distribuição da alimentação (Foto 9) por parte da prefeitura municipal (três vezes ao dia), as refeições vinham prontas e, segundo os abrigados, não adaptadas para determinadas necessidades como, por exemplo, as dos diabéticos, hipertensos etc conforme relato abaixo:.

Diabetes e pressão alta é que mais tem. **Quase todo mundo é hipertenso.** [A comida que vem pronta, vem muito salgada?] Às vezes vem, as vezes acontece, às vezes o feijão vem queimado. Não é uma comida balanceada e era pra ser. **A gente que é doente e hipertenso tem que comer uma comida balanceada.** Mas, no caso da precisão não pode ser, porque tem que comer o que vem (Relato de uma abrigada, Acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).



Foto 9: Refeição fornecida aos abrigados pela prefeitura municipal (Acervo Neped, jul. 2011).

Esse conjunto de situações configura, assim, uma pobreza multidimensional (Pnud, 2010). Para compreender a natureza deste tipo de abandono e a multidimensionalidade da pobreza aí imbuída, a análise dos depoimentos dos desabrigados mostraram que o lixão da Muribeca, considerado a última alternativa de sobrevivência, constituía-se como uma fonte de trabalho e de obtenção de um sustento alternativo às doações e que agora não pode ser mais acessado. Segundo relataram os abrigados:

Mas, hoje em dia **nem o lixo existe mais.** [Do que vivem as pessoas?] Agora não tem mais nada, não tão vivendo mais de nada. Agora é passar necessidade. Até a sopa que tinha, que doavam, cortaram. No lixão, alguns eles deram uma ajuda outros ficaram sem nada (Relato de um abrigado, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

Tem dia que uma procura o pão pra comer pra dar aos filhos e não

tem. Alguma comida ... e o marido parado, não tem. **Antigamente tinha o lixão pra catar e hoje não tem. E trabalhava tudinho no lixão e tudo perdemos** (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

No mesmo dia em que a equipe do Neped esteve no abrigo Vila das Aeromoças, os abrigados relataram que a Defesa Civil havia passado lá no período da manhã para avisar que, em dois dias, o abrigo seria desativado. Essa desativação, conforme os depoimentos dos desabrigados, seria como o ápice de uma gradual desassistência social que vinha ocorrendo ao longo dos últimos meses. Tal desassistência configurava-se na interrupção da distribuição de vários itens de primeira necessidade, a saber: cesta básica; leite e mingau; água mineral; material de limpeza e higiene pessoal e outros, conforme os relatos a seguir:

Tem dia que não mandam água, **desde a semana passada tão sem água, porque a defesa civil não mandou mais a água. Material de limpeza...piorou...**que este espaço aqui tem que ser limpo, porque as famílias dormem com colchão, a gente sai pedindo a um e a outro. Um, como tem dinheiro compra um real de cloro, outro compra um real de detergente. **Não tem sabonete mais pra tomar banho** (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso)..

A Defesa Civil mandava água todo dia [um galão deste – 20 litros?] Não, mandava 5 deste e **desde a semana passada que não manda mais**. E agora ela veio hoje e disse que não vai mandar mais. **Estamos tomando água da torneira** [aquela doação do posto de saúde com carro pipa] (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

No começo era doação, agora mais nunca, nada, o pessoal está tudo no zero. **Nem o mingau dos meninos e leite que davam cortaram**, não tem mais. **Mais de 3 meses** (...) descartável que vinha não vem mais (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

Tava dando **uma feira** [cesta básica] a cada pessoa, por mês e cortou. **Faz uns 6 meses ou 7 que cortou** (Relato de um abrigado, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

Antigamente a Cáritas ajudou muita gente, trouxe comida, trouxe roupa, mas agora não dá nada...se der 10 reais eles querem de volta (...) Então, a única pessoa que está ajudando ultimamente é o Prefeito de Jaboaão que manda esta comida que chegou agora. **E amanhã ela** [defesa civil] **pediu o abrigo pra fechar**. Não atendeu todas as famílias e **disse que a partir de amanhã não dá mais e vai fechar o abrigo**. [Quem veio falar isso?] Foi a Defesa Civil que veio aqui hoje. (...) **Tem que desocupar amanhã e a comida é até amanhã** (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso).

As tentativas da defesa civil de desativação do abrigo e realocação dos desabrigados para programas de aluguel social sofreram resistência destes, pois a descrença no poder público prevalece diante de todo este processo de gradual desassistência social e de abandono paulatino. De

acordo com o depoimento da presidente da Associação dos Moradores Vila das Aeromoças e também abrigada:

Cortou as cestas básicas que a gente tinha direito (...) Ninguém aqui recebe mais cesta, ficaram sem nada. Então, **ficou uma coisa assim muito difícil e a gente tá assim muito jogada.** Porque eu acho que **a gente não é lixo, a gente não é cachorro (...)** Como é que estas famílias podem sair daqui sem receber o aluguel? **Eu não vou fechar a associação e botar as famílias fora (...)** **estamos jogados ao léu.** (Relato de uma abrigada, acervo Neped, jul. 2011, grifo nosso)

Além de não considerarem o valor do aluguel social (150 reais) concernente aos preços praticados no mercado imobiliário local, os desabrigados almejam que a construção de novas casas seja efetivada, uma vez que não suportam mais o caráter provisório de moradia que se tornou permanente nesses seis anos de vivência do desastre de junho de 2005.

Achava melhor assim, que desse logo esse auxílio, mas que agisse logo com as casas também. Porque casa de 150 reais, não tem casa de 150 reais. **Não existe casa de 150 reais, existe sim, dentro da lama, num barraco de madeira na favela** (Relato de uma abrigada, Acervo NEPED, jul. 2011, grifo nosso).

4. Considerações Finais: o abandono como indício de desastres catastróficos num futuro próximo

Os seis casos acima trazem importantes subsídios à análise das relações sociopolíticas no contexto de desastre. Tais relações tanto evidenciam falhas sistemáticas nas medidas de prevenção e preparação – e, desse modo, sedimentam a vulnerabilidade socioespacial e concretizam os desastres – quanto deixam de suprir os afetados nos requerimentos fundamentais à sua plena reabilitação e recuperação.

Das manifestações de abandono, destacam-se especialmente cinco, a saber:

- a. o fracasso das interações do ente público com os grupos empobrecidos e miseráveis a fim de evitar sua vulnerabilidade

- extrema, traduzida em morte e desaparecimento quando do impacto de fatores de ameaça, como as chuvas e seus efeitos;
- b. a incapacidade em prover bem-estar aos desabrigados e elevá-los a um patamar superior de cidadania, na forma de garantia de acesso à moradia digna;
 - c. a crueldade em desativar abrigos provisórios sem que a solução definitiva de moradia tenha se materializado;
 - d. o planejamento e deliberação monológicos em torno das medidas de recuperação bem como o vazar das ações e o vácuo das informações oficiais para os desabrigados e desalojados;
 - e. a ausência de uma correspondência estrita entre os recursos financeiros e demais recursos (humanos e materiais) disponibilizados para as medidas de reabilitação e recuperação de desalojados e desabrigados e a existência de ações efetivas de amparo e promoção dessas famílias, restituindo-lhes a cidadania (perdida ou jamais alcançada); entre outros.

O vazar nas comunicações entre os níveis de governo e o acompanhamento dos gastos realizados para a recuperação dos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública foi objeto de análise do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em documento recente manifesta:

(...) a auditoria operacional realizada na Sedec identificou a carência de recursos humanos, especialmente no DRR, como um dos problemas graves enfrentados pela Secretaria, já que comprometia a qualidade e a tempestividade das atividades realizadas. Assim, segundo o relatório da auditoria, os termos de compromisso encaminhados pelos entes federados demoravam a ser aprovados (em média 36 dias para termos firmados por estados e 61 dias para municípios), não era possível realizar o acompanhamento de todos os processos em execução e nem analisar as prestações de contas tempestivamente, gerando estoque de processos. Diante da situação encontrada, o TCU,

por intermédio dos subitens 9.2.8, 9.2.9 e 9.2.10 do Acórdão 729/2010 - Plenário, recomendou à Secretaria Nacional da Defesa Civil que levasse ao conhecimento da Casa Civil da Presidência da República a necessidade de estruturação da Secretaria (TCU, 2011b: 12).

Mais adiante, o relator comenta:

Ocorre, contudo, que a desburocratização pretendida pela lei encontrou, na deficiente estrutura da Sedec e na ausência da regulamentação que ela deveria expedir, o ambiente ideal para que prospere o descontrole, abrindo brechas para a má utilização dos recursos por ela gerenciados (52-53). (...) Isso conduz à lamentável constatação de que, em episódios que envolvem desastres, os problemas maiores não derivam da ausência de recursos orçamentários e financeiros, mas da falta de capacidade de resposta dos diversos entes federados, para promover o restabelecimento da situação de normalidade. De fato, em entrevistas conduzidas pelas equipes, os responsáveis por municípios atingidos por desastres comentaram, inclusive, sobre a existência de um aparente "excesso" de recursos, sobretudo aqueles materializados na forma de doativos enviados pela população, em contraponto à ausência de uma estrutura capaz de promover sua distribuição às famílias necessitadas (TCU, 2011b: 56-57).

Embora, como medida de reabilitação, os abrigos provisórios, como também os acampamentos, se constituam numa territorialidade intrinsecamente subumana, pois (a) confinam os múltiplos espaços privados às mesmas regras de convivência, (b) ditadas por um agente externo às famílias, (c) redutor das relações privadas de autoridade, (d) suscetibilizando as relações privadas e de intimidade no seio da família, (e) expondo-a ao convívio forçado com terceiros, (f) além dos demais desatendimentos das necessidades individuais e coletivas, não será por medidas arbitrárias, como na dissolução forçada desses espaços, que o problema que os originou estará, de fato, resolvido.

As dimensões mais significativas de abandono identificadas nos acampamentos e abrigos são:

1. a insalubridade diante dos rigores do clima (calor, frio, chuva);
2. a insalubridade diante a ausência de condições materiais da família para a devida higienização do local;
3. a falta de serviços básicos no local, como sanitários apropriados;
4. a exposição pública da pessoa levada ao extremo (banho tomado com roupa; homens, mulheres e crianças banham-se no mesmo espaço, sem divisórias);
5. as doações que findaram (cesta básica, material de limpeza, material de higiene pessoal etc.);
6. a falta de assistência médica.

No que concerne aos **entraves na viabilização do auxílio-aluguel**, identificamos:

1. a discriminação habitacional no aluguel das moradias temporárias; especialmente, em relação às famílias numerosas e com presença de crianças;
2. que as próprias famílias são instadas a procurar as moradias temporárias num contexto de desgaste emocional, de falta de recursos financeiros para se deslocar e de tempo, quando precisam conciliar com a busca de trabalho e cuidado com filhos, idosos, familiares com deficiências, entre outros;
3. a baixa oferta, do mercado imobiliário formal e informal, de moradia em áreas seguras e no valor coberto pelo auxílio-aluguel;
4. a disparada dos preços no mercado imobiliário: casas que antes valiam menos passam a ter seus preços alterados para valores correspondentes ao auxílio-aluguel. Dessa forma, a família não tem como se mudar, pois não encontra condições de arcar com os custos da energia, água, alimentação, transporte coletivo etc.;

5. a indefinição do tempo de provimento do auxílio-aluguel; ou, ainda, auxílios que cessam muito antes de as novas moradias serem entregues pelo ente público;
6. o receio que o auxílio cesse com a mudança da administração municipal (devido às eleições municipais).

Por fim, no atinente às **limitações das ações de reconstrução frente aos desastres relacionados às chuvas**, identificamos que os diferentes grupos afetados estão sujeitos aos seguintes problemas, a saber:

1. falta de perspectiva de que venham ser eventualmente contemplados com unidades habitacionais dentre aquelas erguidas (morosamente) em conjuntos habitacionais no município;
2. restrições de ordem econômica e técnica (obstrução das autoridades) à possibilidade de retorno ao lugar da moradia interdita;
3. ansiedade prolongada, por razões difusas, dentre as quais se destacam as incertezas sobre o futuro de sua moradia, o que tem desdobramentos em termos:

3.1) da distância que as áreas destinadas à reconstrução guardam em relação ao seu lugar original de vivência que, sendo longas, desarrumam a organização comunitária, as rotinas de trabalho, de escolarização, os vínculos com seu grupo religiosos, enfim, aquilo que a caracteriza identitariamente e no seu projeto existencial;

3.2) do cerceamento constante de seu direito de participação na esfera política, tal como: (a) nas tentativas de obtenção dos esclarecimentos necessários; (b) na obstrução à sua participação direta no planejamento dos projetos de reconstrução; (c) no referente ao tempo de execução e entrega das obras e (d) na adoção dos critérios de distribuição das moradias;

3.3) da concretização do receio generalizado de que a entrega

das unidades habitacionais seja cronologicamente ajustado para adequar-se às eleições municipais que se aproximam (por tal razão, as obras estariam seguindo tão morosamente), e instrumental às campanhas dos candidatos (sobretudo, os que já se encontram no poder), os quais poderão utilizar a promessa de entrega das moradias como moeda de troca para o voto.

Os aspectos supra caracterizam o estágio atual de abandono, o qual mescla, em maior ou menor medida, elementos deflagradores de **insegurança física, insegurança social e insegurança emocional**, quais sejam:

- a incerteza em relação ao futuro;
- a descrença no poder público;
- o silêncio provocado pela desilusão com as promessas não cumpridas pelo ente público;
- a ausência de informação consistente;
- a desassistência social paulatina;
- a invisibilidade social;
- as manifestações de hostilidades contra si e seus familiares;
- os assédios de toda a ordem;
- a privação de espaço e de recursos materiais para a afirmação da individualidade bem como na garantia do bem-estar e da coesão familiar; entre outros.

Abrigos e acampamentos constituem, sim, a evidência mais cabal de uma desfiliação social que os desastres incrementam. Quando mais perdurem no tempo, maiores são os indícios de que as providências públicas têm falhado na consecução de medidas recuperativas, o que é fator muito incômodo para as autoridades; quanto mais, diante de vultosos recursos liberados – fora de rigores de processos de licitação – para proteger os grupos afetados, objetivo que, com o passar do tempo, parece fugidio. Ademais, abrigos e acampamentos são ambientes que propiciam a deterioração da convivência social e da autoimagem dos abrigados/acampados.

No entanto, a determinação de autoridades para que os abrigos sejam desativados compulsoriamente, sem cuidar para que as medidas recuperativas tenham sido plenamente viabilizadas, apenas escamoteia, senão mesmo

recrudesce, o processo de desfiliação social das famílias atingidas mais severamente pelos desastres. Os abrigos ou acampamentos estão se tornando, no Brasil, uma espécie de tabu, assunto sobre o qual as autoridades municipais não gostam de falar; providências de instalação que evitam, a todo o custo, tomar; lugares de segregação, os quais precisam desaparecer da vista do cidadão comum. A aparência de normalidade deve prevalecer na localidade. Gradativa e sombriamente, as autoridades constituídas e a comunidade envolvente entendem que o restabelecimento das funções usuais das instalações (escolas, ginásios, galpões, centros comunitários, salões paroquiais, terrenos etc.) seja mais legítimo que administrar, conviver e ceder, territorialmente, espaço para reduzir a penúria dos desabrigados.

A dispersão dos desabrigados significa tão somente a pulverização de dramas que, ao fim e ao cabo, perduram como dramas coletivos, expressão de uma vulnerabilidade ampliada, com a qual as autoridades vão se deparar quando do impacto de um novo fator de ameaça. Daí que os desastres vindouros tenderão a ser catastróficos. Não o impedirá as iniciativas cruéis de fragmentar esses dramas, fazer seus sujeitos vivê-los no isolamento; encolher as possibilidades de mútuo reconhecimento humano; inviabilizar o mútuo apoio psicossocial; frustrar a organização e controle social das medidas recuperativas. Desastres catastróficos correspondem à perda de elementos indispensáveis para a emancipação humana e sua substituição por práticas sociopolíticas que aumentam a vulnerabilidade, embora, retoricamente, digam reduzi-la, faz uso instrumental das tragédias. É para esse rumo sombrio, nas turvas águas das desigualdades sociais, que a combatida nau brasileira, infelizmente, se lança a todo o vapor.

5. Referências

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

AGÊNCIA ESTADO. Pernambuco já tem 9 municípios em estado de calamidade. **UOL Notícias**, 8 maio 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>

ultimas-noticias/agencia/2011/05/08/pe-ja-tem-9-municipios-em-estado-de-calamidade-em-pe.jhtm>. Acesso em: 8 jul. 2011.

ALAGOAS. Coordenação do Programa de Reconstrução. **Programa da Reconstrução**: dos atingidos pelas enchentes. 2010. 11p. Disponível em:<<http://www.reconstrucao.al.gov.br/a-reconstrucao>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,. 2010a.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André de Macedo Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. 2010b.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. London: Thousand Oaks; Nova Delhi: Sage, 1992.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BULLARD, R. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma "nova" Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: Fase, 2006. p. 126-147.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Barreiros pode somar cem mortos vítimas das**

chuvas, 20 jun. 2010b. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?materia=20100620153919&assunto=6&onde=VidaUrbana>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Pernambuco já tem 14 mil desabrigados em decorrência das chuvas**, 20 jun. 2010a. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?materia=20100620102145>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

1.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS. **CPI das Chuvas da Alerj vai convocar novamente o Inea**, 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://diariodepetropolis.com.br/?s=trag%C3%A9dia&x=0&y=0>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: and essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1983.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FLOR, A. Em Barreiros (PE), abrigos são mais disputados que comida. **Folha Online**, 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/756363-em-barreiros-pe-abrigos-sao-mais-disputados-que-comida.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. [Curso no Collège France – 1975-1976]. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; Giddens, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, . 1997. p. 73-134.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. **Mapa interativo de Santa Catarina**, 2009. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>>. Acesso em: 5 fev. /2009.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil de Santa Catarina. Enchentes 2008. **Relatório de Ações Enchentes Santa Catarina**: 31 dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=30>. Acesso em: 4 fev. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina**. [Organizado por Maria Lúcia de Paula Herrmann]. Florianópolis: Ceped/UFSC, 2004. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/mapa.html>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. **Administração para abrigos temporários**. Rio de Janeiro: Sedec-RJ, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEWITT, K. Excluded perspectives in the social construction of disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. London; New York: Routledge, 1998. p. 75-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

IRWIN, A. **Sociology and the environment:** a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell, 2001.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. **Perfil de Jaboatão dos Guararapes.** Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/historia.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

MADEIRO, Carlos. Gasto público bilionário não evita nova tragédia das chuvas em Alagoas e Pernambuco. **UOL Notícias**, 7 maio 2011a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/07/gasto-publico-bilionario-nao-evita-nova-tragedia-das-chuvas-em-alagoas-e-pernambuco.jhtm>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

MADEIRO, Carlos. Vítimas enfrentam segundo recomeço em 10 meses após novas enchentes no Nordeste. **UOL Notícias**, 8 maio 2011b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/08/novas-enchentes-no-nordeste-levam-vitimas-a-enfrentar-segundo-recomeco-em-10-meses.jhtm>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

MARCHEZINI, V. **Desafios de gestão de abrigos temporários:** uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MARCHEZINI, V. Lógicas de poder, discursos e práticas do Estado e dos afetados no contexto "pós-desastre". In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., 2011, Recife. **Anais...** Recife: XXVIII Alas, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATOS, O. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. *Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, SBPC, n. 101, 10 set. 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=459>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PE360GRAUS.COM. **Rio Una enche e situação de Barreiros é caótica**, 19 jun. 2010a. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/chuvas/2010/06/19/NWS,515267,4,214,NOTICIAS,766-RIO-UNA-ENCHE-SITUACAO-BARREIROS-CAOTICA.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

PE360GRAUS.COM. **Moradores de Barreiros tentam recomeçar a vida após a enchente**, 26 jun. 2010b. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/chuvas/2010/06/26/NWS,515679,4,214,NOTICIAS,766-MORADORES-BARREIROS-TENTAM-RECOMECAR-VIDA-APOS-ENCHENTE.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado. **Perfil dos municípios**. 2011. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/PerfilMunicipios.aspx>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

PERNAMBUCO. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Acompanhe aqui o trabalho realizado nos municípios afetados pelas chuvas**, 25 ago. 2010. Disponível em: <<http://200.238.107.64/web/codecipec/exibirartigo?companyId=communis.com.br&articleId=5235>>. Acesso em: 20 set. 2010.

PNUD/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **A verdadeira riqueza das nações**: vias para o desenvolvimento humano. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: maio 2011.

PNUD/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

1. PORTAL NE10/Uol. **Jaboatão decreta estado de emergência e cancela comemoração do aniversário da cidade**, 4 maio 2011a. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/05/04/jaboatao-decreta-estado-de-emergencia-e-cancela-comemoracao-do-aniversario-da-cidade-269713.php>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

2. PORTAL NE10/Uol. **Diminui o número de desabrigados e desalojados em Pernambuco**, 19 jul. 2011b. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/05/04/jaboatao-decreta-estado-de-emergencia-e-cancela-comemoracao-do-aniversario-da-cidade-269713.php>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA. **Guia cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.ilhota.sc.gov.br/conteudo/?item=4356&fa=5&cc=195>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

QUARANTELLI, E. L. A social science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI. E. L. (Ed.). **What is a disaster?** New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005. p. 325-396.

ROCHA, H. Jaboatão registra mais de 250 ocorrências em virtude das chuvas. **Aba notícias**, 18 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/index.php?opcao=21&id=2304>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

SENNETT, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record , 2004.

SIENA, M. Política de remoção: "Fazer viver ou deixar morrer". In: VALENCIO,

N. F. L. S. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2010. v. 2, p. 101-111.

SOROKIN, P. A. **Man and society in calamity**: the effects of war, revolution, famine and pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life. New York: E. P. Dutton, 1942.

SYLOS, G. Ainda sem casa, moradores de Ilhota (SC) deixarão de receber auxílio do Estado. **UOL Notícias**, 27 maio 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/especial/santa-catarina/ult7457u4.jhtm>>. Acesso em: 29 maio 2009.

TERESÓPOLIS. **A cidade**. 2011a. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

TERESÓPOLIS. Prefeitura de Teresópolis faz conferência de dados para pagamento do Aluguel Social. **Aba Notícias**, 2011b. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Acórdão 1264/2011**. Ata 18/2011. 18 maio 2011. Plenário. 2011a. Disponível em: <<http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/ServletTcuProxy>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório do Ministro Relator** (Ref. auditora operacional na Secretaria Nacional de Defesa Civil). Brasília: TCU/Seprog, 2011b. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/seguranca_publica/Relat%C3%B3rio%20do%20Ministro%20Relator-DEFESA%20CIVIL%20-%20Monitorame.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Municípios da Região Serrana têm que explicar uso de verbas após tragédia**. 9 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?View=%7B54EA2379%2D979E%2D4C19%2DBFFD%2DAB0ECE2C3AD6%7D&Team=¶ms=itemID=%7BE85CA4B3%2D16F3%2D4455%2DBB42%2D60AD90540F83%7D%3BpMunicipio=%3B&UIPartUID=%7B584625FF%2D9438%2D>>

47BD%2D9780%2DEF8BBC3A705A%7D>. Acesso em : 9 ago. 2011.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Seade, v. 20, p. 109-122, 2006.

UNDP/ISDR/IRP. **Guidance note on recovery**: psychosocial. Japan International Recovery Platform Secretariat, 2010.

UNIÃO DOS PALMARES. Prefeitura Municipal. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.uniaodospalmaresal.com.br/?pg=acidade>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

VALENCIO, N. **Nos bastidores dos desastres**: a vulnerabilidade institucional de defesa civil sob a ótica dos grupos severamente afetados. Relatório Científico de Projeto de Pesquisa. São Carlos: UFSCar, 2011a.

VALENCIO, N. Desastres "naturais" ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28., Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2011b. 19 p.

VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, p. 96-108, 2006. Impresso2006.

VALENCIO, N. et al. **Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil**: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas. Relatório Científico do Projeto de Pesquisa. São Carlos; UFSCar, 2009.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M. Desastre e indiferença social: o Estado frente aos desabrigados. **Antropolítica**: revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política, Niterói, RJ, v. 23, p. 223-254, 2007.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. O guardador do portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2010,

v. 2, p. 3-29. 2010.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Os desastres como indícios da fragilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. **Territorium**, Revista da Associação Portuguesa de Prevenção, Riscos e Segurança (em publicação). s/d.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. **Análise sociológica referente aos desastres em ocorrência na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Relatório Técnico Neped/DS/UFSCar n. 2/2011. São Carlos: Neped, 2011a.

VALVERDE, Y. et al. **Diagnóstico sobre eventos naturais extremos ocorridos no Vale do Cuiabá**. Distrito de Itaipava, Petrópolis- RJ: Instituto Superior do Ministério Público, 12 jan. 2011.

VIANNA, L. F. de N.; SOUZA, J. M. de. **Relatório sobre o levantamento dos deslizamentos ocasionados pelas chuvas de novembro de 2008 no complexo do morro do baú**: municípios de Ilhota, Gaspar e Luiz Alves. Florianópolis: Epagri, 2009.

VIEIRA, I. Impasse entre prefeitura e Rotary impede que desabrigados possam se mudar para tendas em Teresópolis. **Da Agência Brasil**, 12 abr. 2011a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/04/12/impasse-entre-prefeitura-e-rotary-impede-que-desabrigados-possam-se-mudar-para-tendas-em-teresopolis.jhtm>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

VIEIRA, I. Moradores voltam para casas condenadas pela Defesa Civil em Teresópolis. **Da Agência Brasil**, 12 abr. 2011b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/04/12/moradores-voltam-para-casas-condenadas-pela-defesa-civil-em-teresopolis.jhtm>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

O presente relatório é resultado do trabalho solicitado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped), do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O documento descreve e analisa a afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados em desastres ocorridos no Brasil.

